



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Departamento de Letras e Artes
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS – MEL

HELIONARDO OLIVEIRA DE CARVALHO

**O DISCURSO DA REVISTA *O CRUZEIRO* E O GOLPE DE
1964**

Feira de Santana, BA
2018

HELIONARDO OLIVEIRA DE CARVALHO

**O DISCURSO DA REVISTA *O CRUZEIRO* E O GOLPE DE
1964**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Palmira Virgínia Bahia Heine Alvarez

Feira de Santana, BA
2018

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

C323

Carvalho, Helionardo Oliveira de

O discurso da revista *O Cruzeiro* e o Golpe de 1964 / Helionardo Oliveira de Carvalho. – 2018.

124 f. : il.

Orientador : Palmira Virgínia Bahia Heine Alvarez.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2018.

1. *O Cruzeiro*. 2. Discurso - Mídia. 3. Golpe Militar, 1964 – Brasil.
I. Alvarez, Palmira Virgínia Bahia Heine, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU 801:981"1964"

HELIONARDO OLIVEIRA DE CARVALHO

**O DISCURSO DA REVISTA *O CRUZEIRO* E O GOLPE DE
1964**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de
Feira de Santana – UEFS, como requisito para obtenção
do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Prof.^a Dr.^a Palmira Virgínia Bahia Heine Alvarez
UEFS (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Carla Luzia Carneiro Borges
UEFS (Avaliador interno)

Prof. Dr. Gilberto Sobral
UNEB (Avaliador externo)

A Deus, o meu refúgio e fortaleza nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Como dizem as Sagradas Escrituras, tanto o querer como o efetuar provêm dEle, o Altíssimo, por isso dedico a Ele toda a minha gratidão por ter chegado até aqui.

À minha orientadora e professora Palmira Heine, por cada instrução, cada demonstração de saber que tanto me inspiraram para a construção desse trabalho. Agradeço também por toda a paciência que foi demonstrada a mim nesse percurso em que fui seu orientando.

Quero agradecer também à Prof.^a Dr.^a Suani Vasconcelos, minha professora querida, por ter acreditado no meu potencial para adentrar ao mestrado da UEFS, por todo o incentivo dado e pelas contribuições que ajudaram a gerar as ideias para desenvolver o tema da presente dissertação. Agradeço aos meus familiares pelo apoio, a cada colega da sexta turma do MEL, pelos momentos que passamos juntos, pelas discussões que muito me enriqueceram. Não poderia deixar de agradecer a todos os colegas do GEPEAD, que, em cada reunião, fomentaram discussões inspiradoras, as quais contribuíram substancialmente para meu trabalho.

Agradeço à Deise Costa, minha esposa, pela ajuda concedida nos imprevistos que vinham surgindo durante esta trajetória, a cada amigo, em especial, a Jaqueline Lima, grande amiga e conselheira. Ela, sempre muito atenciosa, foi uma grande incentivadora dos meus sonhos e objetivos.

Gratidão, não poderia haver melhor sentimento para transmitir a todos por mais esta conquista.

A história sempre se repete. O que foi feito se fará outra vez. Na verdade, não há nada de novo debaixo do sol. Tudo JÁ foi DITO ou feito antes. Você pode mostrar alguma coisa nova? Como é que você sabe que isso não existiu há muito tempo?

(Eclesiastes 1: 9, 10)

RESUMO

Com base na perspectiva teórica da Análise de Discurso de vertente pecheutiana e apoiado nos estudos históricos sobre a ditadura militar, o presente trabalho tem como objetivo analisar os discursos que fazem referência à necessidade de uma intervenção militar no Brasil, produzidos pela revista *O Cruzeiro*. Cumpre refletir sobre os modos como a revista discursivizava em suas publicações essa temática e os posicionamentos ideológicos que ocasionaram a produção de tais discursos. As sequências discursivas coletadas foram analisadas com base nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso, como os de condições de produção, formação ideológica e formação discursiva, interdiscurso e formações imaginárias, atrelando os princípios dessas categorias da AD às reflexões sobre o funcionamento do discurso da mídia. O *corpus* de análise deste trabalho constitui-se de enunciados que foram extraídos de oito edições semanais de *O Cruzeiro*, datados do período de março a abril de 1964. Os resultados apontam que os discursos presentes nas matérias e reportagens que abordavam os assuntos relacionados à cena política do país naquele ano defendem uma tomada de poder pelos militares, tanto para impedir a implantação de um regime ditatorial baseado nos ideais comunistas, quanto para retirar o país do caos político e econômico que, de acordo com as sequências analisadas, foram ocasionados pelas ações políticas do presidente João Goulart.

Palavras-chave: Discurso; Mídia; Golpe militar; *O Cruzeiro*.

ABSTRACT

Based on the theoretical perspective of the Discourse Analysis of pecheutian strand and supported in the historical studies on the military dictatorship, the present work has the objective to analyze the discourses that make reference to the necessity of a military intervention in Brazil, produced by the magazine *O Cruzeiro*. It is necessary to reflect on the ways in which the magazine discursivized in its publications this theme and the ideological positions that led to the production of such discourses. The collected discursive sequences were analyzed based on the theoretical assumptions of Discourse Analysis, such as the conditions of production, ideological formation and discursive formation, interdiscourse and imaginary formations, linking the principles of these categories of AD with reflections on the functioning of the discourse of the media. The *corpus* of analysis of this work consists of statements that were extracted from eight weekly editions of *O Cruzeiro*, dating from the period of March to April in 1964. The results indicate that the discourses present in the stories and reports that deal with the subjects related to the country's political scene in that year advocated a military takeover, both to prevent the establishment of a dictatorial regime based on the communist ideas, and to remove the country from the political and economic chaos that, according to the sequences analyzed, were caused by the political actions of President João Goulart.

Keywords: Discourse; Media; Military coup; *O Cruzeiro*.

LISTA DE ESQUEMAS

ESQUEMA 1.....	83
ESQUEMA 2.....	91
ESQUEMA 3.....	98

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	28
QUADRO 2	70
QUADRO 3	71
QUADRO 4	71
QUADRO 5	74

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	56
FIGURA 2	57
FIGURA 3	58
FIGURA 4	59
FIGURA 5	61
FIGURA 6	64
FIGURA 7	64
FIGURA 8	66
FIGURA 9	68
FIGURA 10	70
FIGURA 11	77
FIGURA 12	78
FIGURA 13	80
FIGURA 14	84
FIGURA 15	86
FIGURA 16	88
FIGURA 17	90
FIGURA 18	90
FIGURA 19	92
FIGURA 20	94
FIGURA 21	96
FIGURA 22	97

LISTA DE SIGLAS

AD: Análise de Discurso

AEI: Aparelhos Ideológicos do Estado

FD: Formação Discursiva

FI: Formação Ideológica

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PSD: Partido Social Democrático

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

SUPRA: Superintendência da Reforma Agrária

UDN: União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 ANÁLISE DE DISCURSO E SEUS CONCEITOS: APRESENTANDO A TEORIA	15
1.1 PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO PECHETIANA	15
1.2 FASES, OBJETOS E PROCEDIMENTOS EM ANÁLISE DO DISCURSO	18
1.2.1 O discurso	20
1.2.2 Sujeito e sentido no espaço discursivo.....	23
1.2.3 O interdiscurso	26
1.2.4 Condições de produção	27
2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: O GOVERNO DE JOÃO GOULART	30
2.1 ANTECEDENTES DA POSSE DE JOÃO GOULART	29
2.2 AS PROPOSTAS DE REFORMA ECONÔMICA DO GOVERNO JANGO.....	35
2.3 OS APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO NAS LUTAS DE CLASSES.	37
2.3.1 Aparelhos Ideológicos de Estado: partidos políticos.....	41
2.3.2 Aparelhos Ideológicos de Estado: sindicatos	44
2.4 OS TEMORES GERADOS PELOS IDEAIS COMUNISTAS E A DERROCADADA DO GOVERNO GOULART	45
2.4.1 O retorno de um ideal	45
2.4.2 A tentativa final	48
3 MÍDIA E DISCURSO: CONSTRUÍDO A CENA DO GOLPE	50
3.1 A NOTÍCIA E O PAPEL DA MÍDIA COMO DIFUSORA DE IDEOLOGIAS ..	50
3.2 A MÍDIA E OS PRIMEIROS MOMENTOS DO GOVERNO JANGO.....	52
3.3 <i>O CRUZEIRO</i> : A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE SOCIEDADE.....	55
3.4 <i>O CRUZEIRO</i> E A OPOSIÇÃO AO GOVERNO GOULART.....	60
4 MATERIAIS E MÉTODOS: A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	67
4.1 DISPOSITIVOS DE ANÁLISE	67
4.2 A CONSTRUÇÃO DO <i>CORPUS</i>	69
5 OS CAMINHOS DA REVOLUÇÃO	76
5.1 O GOLPE: ASSEGURANDO A DEMOCRACIA	76
5.1.2 O golpe: combate à ameaça comunista	83
5.2 O GOLPE: MEIO PARA SALVAR O BRASIL DO CAOS	91
PALAVRAS FINAIS	99
REFERÊNCIAS	101
ANEXOS	105

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado busca analisar como se deu a discursivização do golpe militar em matérias e reportagens jornalísticas publicadas pela revista semanal *O Cruzeiro* nos momentos finais que antecederam o golpe militar, um dos eventos que mais marcou a história sócio-política do Brasil. Ainda que passados mais de 50 anos de seu acontecimento, debruçar-se sobre ele e as ações que o geraram é de grande relevância para compreender a história do país e muitos dos acontecimentos que tem se desenrolado em dias atuais.

O presente trabalho tem como aporte teórico a Análise de Discurso de vertente pecheutiana e, por meio de seus conceitos, pretendemos analisar os discursos veiculados pela revista *O Cruzeiro*. O trabalho divide-se em seções que vão da apresentação da teoria aqui utilizada até a análise dos dados. Assim, na primeira seção, procura-se apresentar o espaço teórico a que estão filiados os estudos discursivos postulados por Pêcheux. Embora já se tenha falado sobre essa teoria, seus conceitos e extensões, não poderíamos deixar de relembrar seus postulados.

Na segunda seção, serão apresentadas as condições de produção em que os discursos analisados foram difundidos pela revista *O Cruzeiro*. Trazer as considerações sobre o momento histórico em questão é fundamental, pois todo discurso é atravessado pela história. Assim, traremos os principais acontecimentos relacionados à política do Brasil da época, fazendo um percurso que começa pela sucessão presidencial, após a renúncia de Jânio Quadros, até chegarmos ao ponto alto da crise política que culminou no golpe. Dentre os fatos que mais trouxeram oposição ao governo de João Goulart, falaremos sobre as Reformas de Base propostas pelo seu governo, atrelando-as aos conceitos de Aparelhos Ideológicos de Estado propostos por Althusser (1985), para que possamos refletir sobre as lutas de classe, as quais estão no bojo dos conflitos políticos do governo Goulart.

Na terceira seção, trataremos do funcionamento do discurso na mídia e de sua participação na tomada do poder pelos militares. Faremos uma breve descrição sobre como os meios de comunicação, de um modo geral, apoiaram a derrubada do presidente Jango. Apresentaremos, nesta seção, algumas considerações sobre a história de *O Cruzeiro* e a sua importância no país como veículo difusor de tendências e conceitos, além de refletir, é claro, sobre seus posicionamentos com relação ao governo Goulart e suas propostas.

Na quarta seção, apresentamos a metodologia, com uma breve descrição dos modos e estilo de análise que propomos utilizar da Análise de Discurso de Linha Francesa.

Apresentamos, ainda, os quadros com as categorias de análise que foram levantadas devido à sua recorrência na revista: (i) O golpe para assegurar a democracia; (ii) O golpe para combater a ameaça comunista; (iii) O golpe para salvar o Brasil do caos político e econômico. A segunda categoria, por manter forte relação com a primeira, foi considerada como sua extensão. Apontadas as categorias sobre o golpe, distribuimos as sequências discursivas selecionadas dentro de cada uma delas. Na última seção, desenvolvemos as análises sobre as categorias apresentadas e as sequências discursivas correspondentes. Com o desenvolvimento deste trabalho, deixamos patente a importância de rememorar esse período tão significativo para a sociedade brasileira, época que trouxe ao Brasil um período de repressão e violação dos direitos civis.

1 ANÁLISE DE DISCURSO E SEUS CONCEITOS: APRESENTANDO A TEORIA

Os estudos sobre a linguagem ganharam uma nova dimensão quando os linguistas lançaram um novo olhar sobre aquilo que estava no entremeio da língua e da sociedade. Assim, tornou-se de grande relevância abordar aquilo que a Linguística formal não contemplava em seus respectivos estudos, o discurso. O discurso veio a ser o objeto de estudo da Análise de Discurso de Linha Francesa, doravante AD, a qual lançaria seus esforços para compreender como se dava o funcionamento desse fenômeno. Essa teoria surge na França, no final dos anos de 1960, tendo como seu principal representante o filósofo Michel Pêcheux, num contexto em que as noções de leitura passavam por transformações em seu campo.

1.1 PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO PECHEUTIANA

As relações entre a AD e a Linguística são muito estreitas e, numa acepção mais ampla sobre as extensões da Linguística, a AD pode ser considerada um ramo de seus domínios; entretanto, mesmo nesse nível de proximidade, essas relações não deixam de ser paradoxais, por conta do recorte saussuriano que delimita seus domínios (COURTINE, 2009, p. 37).

Os estudos sobre a linguagem passam a compreender os fenômenos linguísticos para além dos limites impostos por Ferdinand Saussure, extrapolando, assim, as noções estruturalistas da língua. A AD começa a introduzir em seus estudos sobre a língua aquilo que lhe fora negado anteriormente, o caráter sócio-histórico e ideológico que a constitui. Com essas novas concepções, torna-se possível dizer que a estrutura linguística é afetada pelo seu exterior, funcionando como materialização do discurso e dando origem aos processos discursivos.

O estudo da língua, como mencionamos, era destituído do contexto social, já que Saussure não se preocupou em compreender os fenômenos históricos e ideológicos que constituíam a língua. É nessa ausência de relação entre a língua e seu contexto social que Saussure irá trabalhar as bases do Estruturalismo. A AD vem justamente estabelecer as bases históricas e sociais referentes à língua, não tendo o objetivo, como nos mostra Orlandi (1996), de completar a relação da Linguística com as Ciências Sociais, mas, antes, de trabalhar as contradições entre esses dois campos científicos.

Desde a década de 1950, estudos linguísticos já encaminhavam a constituição de uma análise do discurso enquanto disciplina, mostrando a importância dos trabalhos de uma série de teóricos, como Zellig Harris, Roman Jakobson e Émile Benveniste, para mostrar a possibilidade de ir além das análises que davam prioridade unicamente à frase e passar a compreender os processos de enunciação (BRANDÃO, 1995).

Apesar da separação que o estruturalismo impôs aos estudos linguísticos, não se pode negar a sua importância para o desenvolvimento de uma teoria do discurso. Conforme Orlandi (2012, p. 18), sobre o trabalho de Harris, um linguista estruturalista:

Ainda em termos de precursores, outra forma de análise bem sucedida, que já pesquisava o texto, é a do estruturalista americano Z. Harris (anos 50). Com seu método distribucional, ele consegue livrar a análise do texto do viés conteudista mas, para fazê-lo, reduz o texto a uma frase longa. Isto é, caracteriza sua prática teórica no interior do que chamamos isomorfismo: estende o mesmo método de análise de unidades menores (morfemas, frases) para unidades maiores (texto) e procede a uma análise linguística do texto como faz na instância da frase, perdendo dele aquilo que ele tem de específico. Como sabemos, o texto não é apenas uma frase longa ou uma soma de frases. Ele é uma totalidade com uma qualidade particular, com sua natureza específica.

Desse modo, pode-se entender que, já nesse período, buscava-se a feitura de uma análise que transpassasse os simples estudos das estruturas frácticas, e começava-se a buscar uma análise que fosse além da simples estrutura da frase. Assim, tomando o texto como unidade fundamental nas análises da linguagem, abriu-se caminho para o desenvolvimento das teorias discursivas. Sobre as questões referentes ao trabalho de Pêcheux e o que ele suscitou para os estudos linguísticos, Orlandi (2005, p. 10) esclarece:

Pêcheux reflete sobre a história da epistemologia e a filosofia do conhecimento empírico. Seu objetivo é transformar a prática das Ciências Sociais. Focalizando o sentido, que é o ponto nodal no qual a Linguística intersecta a Filosofia e as Ciências Sociais, Pêcheux reorganiza esse campo do conhecimento. Pelo confronto do político com o simbólico, a Análise de Discurso que ele propõe levanta questões para a Linguística, interrogando-a para a historicidade que ela exclui, e, do mesmo modo, ela interroga as Ciências Sociais questionando a transparência da linguagem sobre o qual elas se sustentam.

Assim, entende-se que Pêcheux tem como objetivo propor um diálogo entre a Linguística e as outras Ciências Sociais, as quais, antes, estavam excluídas da pesquisa linguística. Ele promove esse diálogo pelo confronto do político com a questão do simbólico. Para tal, não é mais possível excluir a historicidade da língua, pois o objeto de estudo da AD,

que é o discurso, não pode ser tomado excluindo-se os sujeitos, a sociedade e a história; afinal o que se buscava compreender, a partir de então, era a produção de sentidos na sociedade.

A abrangência da teoria discursiva que é proposta por Pêcheux faz necessária sua filiação a outras teorias, mais especificamente a filiação da AD à Linguística, ao Marxismo e à Psicanálise. Pêcheux (1990) declara que a confluência de diferentes domínios teóricos é uma das questões centrais que se referem à leitura.

A AD pecheutiana toma dos postulados saussurianos, no campo da Linguística, a noção de língua, visto que ela tem sua própria ordem, não interessando para a AD a análise da língua apenas a partir de sua estrutura gramatical, morfológica, sintática ou fonológica, importa, sim, observá-la como acontecimento marcado pelas especificidades históricas e ideológicas dos enunciadores.

Filia-se ao Marxismo, tendo como base, principalmente, o materialismo histórico, considerando o homem como o motor da história, a qual deve ser explicada através das lutas de classes, sendo, por isso, importante entender o lugar ocupado socialmente pelo sujeito do discurso, a fim de compreender os sentidos do discurso.

Já na Psicanálise, sua grande contribuição é a concepção de sujeito inconsciente. O sujeito não será mais visto segundo a ótica cartesiana, o do “penso logo existo”, senhor completo de seus atos e vontades, cuja essência é marcada pela liberdade completa, mas passará a ser concebido como um sujeito marcado pela incompletude e dividido entre o consciente e o inconsciente. Sobre esse tripé teórico em que se apoia a AD, afirma-se:

Nos estudos discursivos não se separam a forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como estrutura mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. Aí entra então a contribuição da Psicanálise, com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito. Este por sua vez se constitui na relação com o simbólico, na história (ORLANDI, 2012, p. 19).

A língua não é mais concebida como uma simples estrutura de entidades abstratas, mas sim como acontecimento, acontecimento da língua. A AD traz esse postulado marcando em definitivo o rompimento com a velha concepção de língua, dissociada das questões histórico-sociais, como foi ditada pela Linguística em anos anteriores.

1.2 FASES, OBJETOS E PROCEDIMENTOS EM ANÁLISE DO DISCURSO

A primeira fase da AD, que vai de 1969 a 1975, é iniciada com a publicação de *Análise Automática do Discurso* de Pêcheux, que é marcadamente centrada na relação que Pêcheux estabelece com Louis Althusser a respeito do conceito de ideologia. Nessa fase, os discursos políticos teórico-doutrinários são os principais objetos de análise, por se pressupor que tais *corpora* seriam mais “estabilizados” (MUSSALIM, 2001). A respeito do objeto de análise dessa fase, Pêcheux traz em seu prefácio ao livro de Courtine (2009) algumas considerações sobre as inclinações ao estudo dos textos políticos:

Essa inclinação irresistível, porém, tem uma história própria, visto que é afetada pela história: a análise dos discursos (políticos) surgiu na forma de um trabalho político e científico especializado, visando a tomar posição em um campo ideologicamente estruturado (demonstrando/criticando/justificando este ou aquele discurso, inscrito nesta ou naquela posição). (COURTINE, 2009, p. 22).

Nessa fase, as análises ocorrem de forma bastante automatizada, em que o interesse centra-se principalmente na superfície linguística. É a fase da *Análise Automática do Discurso*, através da qual os discursos seriam analisados automaticamente, por meio de estruturas lógicas. Essa fase concebe o discurso como uma maquinaria. Sobre o processo de produção de discurso nessa fase, Pêcheux considera o seguinte:

Um processo de produção discursiva é concebido com uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seu discurso: os sujeitos “acreditam” que utilizam seus discursos quando na verdade são seus “servos” assujeitados, seus “suportes” (PÊCHEUX, 1997, p. 311).

O *modus operandi* dessa fase inicial da AD era constituído por algumas etapas. Primeiro, fazia-se a seleção do *corpus*; em seguida, a análise de cada sequência linguística, considerando-se as construções sintáticas e o léxico; para depois passar à análise discursiva, cujo objetivo era perceber as relações de sinonímia e paráfrase; e, finalmente, apresentá-las, visto que são decorrentes de uma mesma estrutura geradora do processo discursivo (MUSSALIM, 2001).

Diante de todo esse processo, o papel do analista era interpretar os dados obtidos na automatização, os quais deveriam ser relacionados com a ideologia, com os sujeitos e com o histórico-social. Nessa fase, a noção de “máquina discursiva” é bastante presente, termo

inclusive bastante propício, se levarmos em conta o modo como as análises eram realizadas, isto é, de forma automatizada.

Têm-se, então, a noção de “máquina discursiva”: uma estrutura (condições de produção estáveis) responsável pela geração de um processo discursivo (o processo de construção do manifesto comunista, por exemplo) a partir de um conjunto de argumentos e de operadores responsáveis pela construção e transformação das proposições, concebidas como princípios semânticos que definem, delimitam o discurso (o comunista, para tomá-lo como exemplo) (MUSSALIM, 2001, p. 118).

Para a AD dessa fase, cada processo discursivo corresponde a uma máquina discursiva, sendo cada máquina discursiva um processo discursivo diferente: “A maquinaria existente na vida social produzia sentidos sob a forma de paráfrase, e os faziam ser repetidos, de forma que os sujeitos eram assujeitados a essas máquinas”. (MAZZOLA, 2009).

A partir da segunda fase da AD, essa noção de máquina discursiva perde seu *status*. O conceito de formação discursiva advindo das teorias do filósofo Michel Foucault é a mola propulsora para o estabelecimento de tais mudanças. Essa fase vai de 1975 a 1980, sendo “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas” o artigo que irá delinear essa nova fase, iniciado pela seguinte afirmativa de Pêcheux:

[...] nestes últimos anos, a “análise automática do discurso” (abreviadamente: AAD) produziu um certo número de publicações, tanto no nível teórico quanto no das aplicações experimentais. Parece-nos que as observações, interpretações, críticas ou mesmo deformações que suscitaram nestes dois níveis precisam de uma reformulação de conjunto, visando a eliminar certas ambiguidades, retificar certos erros, constatar certas dificuldades não-resolvidas e, ao mesmo tempo, indicar as bases para uma nova formulação da questão, à luz dos desenvolvimentos mais recentes, frequentemente não-publicados, da reflexão sobre a relação entre a linguística e a teoria do discurso. Daí, a presença indispensável de um linguista no balanço que empreendemos (PÊCHEUX; FUCHS, 1997c, p. 163).

Nessa fase, Pêcheux, juntamente com Fuchs, propõe reformulações nas perspectivas dessa teoria, com o objetivo de desfazer ambiguidades e corrigir certos erros. Apesar do que foi proposto para essa segunda fase, Mussalim (2001, p. 120) afirma:

No que diz aos procedimentos de análise, a AD-2 apresenta muito poucas inovações; o deslocamento efetivo que se dá com relação à AD-1 diz respeito sobretudo ao objeto de análise: discursos menos “estabilizados”, por serem produzidos a partir de condições de produção menos homogêneas. [...]

Para a autora acima, a única mudança que ocorreu, nessa fase, diz respeito ao objeto de análise. Na fase anterior, buscava-se analisar discursos estáveis e homogêneos, o que passa a ocorrer de modo diferente nessa segunda fase, em que não se prioriza essa homogeneização e estabilidade discursiva.

Como mencionado anteriormente, essa fase também é marcada pela apropriação feita por Michel Pêcheux da noção de formação discursiva, resignificando-a para o campo da Análise de Discurso. Para a AD, o sujeito é o resultado da relação existente entre história e ideologia.

A terceira fase da AD vai de 1980 até a morte de Michel Pêcheux em 1983. Os limites dessa fase não parecem estar muito bem definidos, contudo reconhecem-se novas formulações, como a extinção em definitivo da noção de maquinaria discursiva, bem como a incorporação do pensamento de outros teóricos à teoria discursiva. Adota-se a ideia de que múltiplos discursos podem atravessar uma formação discursiva (FD), conforme Mussalim (2001, p. 120):

[...] os diversos discursos que atravessam uma FD não se constituem independentemente uns dos outros, para serem em seguida, postos em relação, mas se formam de maneira regulando no interior de um interdiscurso. Será a relação interdiscursiva, portanto, que estruturará a identidade das FDs em questão. Em decorrência dessa nova concepção do objeto de análise – o interdiscurso -, o procedimento de análise por etapas, com ordem fixa, como afirma Pêcheux (1983), explode definitivamente.

Em decorrência dessa nova concepção a respeito das formações discursivas, surge, então, para a AD, um novo objeto de análise: o interdiscurso. Essas mudanças apontadas fazem com que os métodos de análises utilizados até então sejam definitivamente alterados.

1.2.1 O discurso

A noção de discurso não é consensual entre os pesquisadores. Isso ocorre devido aos diferentes campos de estudo nos quais tal conceito é trabalhado. O discurso de que trata a AD, como diz Pêcheux (1990), distancia-se dos esquemas elementares de comunicação apresentados pelos estruturalistas, pois não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre interlocutores, mas, de modo geral, de efeitos de sentidos; além disso, o discurso não corresponde à noção de fala, como poderiam pensar alguns. Sobre a diferença entre discurso e fala, Orlandi (2012, p. 22) explica:

O discurso não corresponde à noção de fala pois não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema, onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso, como a fala, apenas uma ocorrência causal, individual a realização do sistema, fato histórico, a-sistemático, com suas variáveis etc. O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto.

O discurso, para a AD, não é tomado como um conceito correspondente à ideia que a Linguística estruturalista tem com respeito à fala, muito menos é seu sinônimo, assim como não é oposto à ideia de língua, como se a língua fosse uma estrutura com uma regularidade não possuída pelo discurso. O discurso, assim como a língua, possui suas regularidades:

A concepção de discurso como um campo de regularidades, em que diversas posições de subjetividade podem manifestar-se, redimensiona o papel do sujeito no processo de organização da linguagem, eliminando-o como fonte geradora de significações [...] (BRANDÃO, 1995, p. 30).

O discurso é um campo de regularidades, e nele diferentes posições de subjetividade podem ser manifestas, dando, segundo tal noção, um novo papel aos sujeitos no que diz respeito à organização da linguagem. Ainda sobre o termo discurso, Pêcheux afirma:

[...] “discurso”, tal como funciona na expressão “teoria do discurso”, há dois equívocos complementares a serem evitados. O primeiro consiste em confundir discurso e fala (no sentido saussuriano): o discurso seria a realização em atos verbais da liberdade subjetiva que “escapa ao sistema” (da língua). [...] O segundo equívoco se opõe ao primeiro porque “distorce no outro sentido” a significação do termo “discurso”, enxergando aí um suplemento social do enunciado, logo um elemento particular do sistema da língua, que a “linguística clássica” teria negligenciado. (PÊCHEUX, 1997, p. 178).

A base material do discurso é a linguagem, porém, para que suas regularidades sejam apreendidas, é necessário compreender os processos de sua produção. O discurso não é um simples gesto de comunicação, o discurso é a materialidade que configura as condições históricas e ideológicas de sua produção. É por esse motivo que o materialismo histórico althusseriano constitui uma das bases teóricas que sustentam a AD, ao afirmar que a ideologia sempre traz uma materialidade:

Ao propor-se a investigar o que determina as condições de reprodução social, Althusser parte do pressuposto de que as ideologias tem a existência material, ou seja, devem ser estudadas não como idéias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção. Trata-se do materialismo histórico que dá ênfase a materialidade da existência, rompendo com pretensão idealista de ciência de dominar o objeto de estudo controlando-o a partir de um procedimento administrativo aplicável a um determinado universo como se sua existência se desse no nível das idéias. Para o materialismo, “o objeto real (tanto no domínio das ciências da natureza como no da história) existe independente do fato de que ele seja conhecido ou não, isto é, independentemente da produção ou não do objeto do conhecimento que lhe corresponde”. (MUSSALIM, 2001, p. 103).

A linguagem torna-se, para os estudos althusserianos, o lugar ideal para discutir a materialização da ideologia, o que, como mencionado, não é algo que existe no campo das ideias, mas que se concretiza como um conjunto de prática materiais. Segundo Althusser (1985), “a ideologia, diz respeito à relação que os indivíduos possuem com suas condições reais de existência”, contudo essas concepções são, em grande parte, imaginárias, não correspondendo, de fato, à realidade.

É por meio do discurso que os indivíduos manifestam essas ideologias, fazendo uso dos elementos linguísticos para torná-las materiais. Isso significa dizer que o discurso é exterior à língua, pois ele se encontra no social, contudo constitui-se de elementos puramente linguísticos. Por isso, Pêcheux afirma que a Linguística é “solicitada constantemente para fora do seu domínio” e argumenta:

Em outras palavras, se a linguística é solicitada a respeito destes ou daqueles pontos exteriores a seu domínio, é porque, no próprio interior de seu domínio (em sua prática específica), ela encontra, de um certo modo, essas questões, sob a forma de questões que lhe dizem respeito [...]. A linguística não seria afetada por exigências em direção à “Semântica” se ela já não tivesse se encontrado de algum modo, como essas questões no seu interior (PÊCHEUX, 1997, p. 89).

Como disse Pêcheux, a Linguística precisa olhar para fora do seu domínio, pois no seu interior existem questões que forcem esse olhar para fora. A AD, com seus estudos sobre o discurso, busca fazer esse trabalho, buscando, em outras disciplinas, respostas para inquietações que a Linguística sozinha não poderia resolver – questões como a da ideologia, por exemplo, a qual se materializa na língua. Para se considerar uma formação social, é preciso levar em conta as formações ideológicas, as quais são constituídas por “um conjunto complexo que comporta atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem

‘universais’, mas se referem a posições de classe em conflito com as outras”. (PÊCHEUX, 2017, p. 72-3).

O discurso, como afirma Orlandi (2005), é o entremeio entre a linguagem e o social, é aquilo que nem a Linguística nem as Ciências Sociais abordavam em seus estudos. Por esse motivo, a AD não trabalha unicamente com o sistema linguístico, como se ele em sua imanência fosse suficiente para tratar das questões discursivas. A AD traz para cena elementos antes renegados pela linguística estruturalista, como o elemento sujeito, o qual, como foi dito anteriormente, não é o dono dos sentidos produzidos pelo discurso, mas possui a sua importância na cena enunciativa, pois não há discurso sem sujeito. Esses dois elementos, sujeito e sentido, serão discutidos a seguir.

1.2.2 Sujeito e sentido no espaço discursivo

O sujeito não é dono, nem origem do dizer, mas constitui-se elemento importante para os estudos propostos pela AD, pois não existe discurso sem sujeito. Sobre a noção de sujeito discursivo, Orlandi explica:

Devemos ainda lembrar que o sujeito discursivo é pensado como “posição” entre outras. Não é uma forma de subjetividade mas um “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz (M. Foucault, 1969): é a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz. O modo como o sujeito ocupa seu lugar; enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui. Da mesma maneira, a língua também não é transparente nem o mundo diretamente apreensível quando se trata de significação pois o vivido dos sujeitos é informado, constituído pela estrutura da ideologia (M. Pêcheux, 1975). (ORLANDI, 2012, p. 49).

Como mencionado acima, o sujeito, para a AD, não diz respeito à simples questão da subjetividade, como se referindo à questão da individualidade do ser. Para essa corrente teórica, o sujeito é lugar, posição que se ocupa na sociedade para que se possa ser sujeito, embora essa posição não lhe seja acessível. Esse lugar social não se refere simplesmente a um espaço, mas a uma estrutura ideológica presente na interdiscursividade que o constitui. Mais uma vez, sobre a questão do sujeito e a sua relação com o discurso, é importante trazer o seguinte pensamento de Pêcheux:

Somos, assim, levados a examinar as propriedades da forma-sujeito, do “Ego-maginário”, como “sujeito do discurso”. Já observamos que o sujeito

se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação é fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo e sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (PÊCHEUX, 1997, p. 163 [grifos do autor]).

O esquecimento é ressaltado como uma propriedade constitutiva do sujeito do discurso. Orlandi (2012) distingue-o em dois tipos, pois um é da ordem da enunciação, é o esquecimento parcial, o qual diz ser pré-consciente, também chamado de esquecimento enunciativo, que produz a impressão de realidade do pensamento. O outro é chamado de esquecimento ideológico, o qual se refere ao campo do inconsciente, que é resultado do modo como somos afetados pela ideologia.

É importante compreender esse processo, pois, quando nascemos, os discursos já estão em funcionamento. Os discursos não se originam no indivíduo, mas ao nascer o indivíduo ingressa nessa dinâmica. Orlandi (2012) reitera, então, que o esquecimento é estruturante e faz parte da constituição do sujeito e dos sentidos. Ainda de acordo com a AD, o sujeito é o resultado da relação existente entre a história e a ideologia. O sujeito, na teoria discursiva, constitui-se na relação com o outro, e não sendo, como já foi dito, a origem do sentido, está condenado a significar, atravessado pela incompletude.

O sujeito é resultado da sua inscrição em uma determinada formação discursiva. De acordo com Pêcheux (1997), as várias formações discursivas que compõem as formações ideológicas é que determinam o que pode e o que deve ser dito a partir da posição que o sujeito ocupa. É importante estabelecer as relações existentes entre esses dois conceitos tão básicos para AD, que são o de formação ideológica e o de formação discursiva, sobre os quais Pêcheux explica:

O ponto da exterioridade relativa de uma formação ideológica em relação a uma formação discursiva se traduz no próprio interior desta formação discursiva: ela designa o efeito necessário de elementos ideológicos não-discursivos (representações, imagens ligadas a práticas etc.) numa determinada formação discursiva (PÊCHEUX, 1997, p. 168).

O conceito de formação discursiva é básico para a AD, pois por meio dele é possível compreender o processo de produção de sentidos, a relação que ele estabelece com a ideologia e como se dão as regularidades do funcionamento do discurso. Daí compreende-se que o

sujeito se inscreve numa determinada formação discursiva, a qual dará sentido ao que ele diz na sua produção discursiva.

O discurso proferido por um sujeito é constituído pelo entrecruzamento de diferentes discursos, o que desfaz qualquer tentativa de se pensar numa suposta homogeneidade do sujeito. O sujeito não é uno, até mesmo porque ele pode apresentar mais de uma formação discursiva. Partindo para a questão do sentido e sua relação com o sujeito, Orlandi explica:

O sentido é assim uma relação do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito (ORLANDI, 2012, p. 47).

Essa relação do sujeito com o sentido acontece porque ele também se relaciona com a história, sem a qual não haveria discursividade, ou seja, os efeitos linguísticos materiais na história. Ainda de acordo com Pêcheux (1997), o que faz com que um sujeito reconheça um determinado sentido numa produção discursiva concreta é a relação de paráfrase que existe no interior de uma dada formação discursiva. Sobre a produção discursiva e a questão do sentido, Mussalim acrescenta:

[...], apesar dos sentidos possíveis de um discurso estarem preestabelecidos, eles não são constituídos *a priori*, ou seja, eles não existem antes do discurso. O sentido vai se constituindo à medida que se constitui o próprio discurso. Não existe, portanto, o sentido em si, ele vai sendo determinado simultaneamente às posições ideológicas que vão sendo colocadas em jogo na relação entre formações discursivas que compõem o interdiscurso (MUSSALIM, 2001, p. 132).

Pode-se dizer que um discurso possui uma série de sentidos possíveis, os quais vão sendo construídos em relação à construção do próprio discurso, significando dizer que os sentidos não possuem uma existência anterior. O sentido não existe em si mesmo, ele vai sendo determinado à medida que vão sendo postas as posições ideológicas no jogo das relações de formações discursivas que compõem o interdiscurso.

A partir do que foi exposto, podemos apresentar três modos diferentes de se conceber o sujeito ao longo das três diferentes fases da AD. Na primeira fase, o sujeito era concebido como um sujeito assujeitado, o qual não poderia ser tomado como quem fala, ou como fonte do próprio discurso. Na segunda fase, surgem algumas alterações devido às noções de formação discursiva que são introduzidas; rompe-se com a ideia de sujeito uno, tomando o

sujeito como disperso, que pode assumir diferentes posições e diferentes papéis no espaço interdiscursivo. A terceira fase considera o sujeito como sendo essencialmente dividido, marcado pela heterogeneidade. A ideia de sujeito assujeitado não deixa de existir, mas na segunda e terceira fases considera-se que o sujeito faz movimentos de rupturas com a FD dominante, num processo de identificação, contraidentificação ou desidentificação.

1.2.3 O interdiscurso

O discurso, como discurremos, não é uno; ele é composto por uma rede de dizeres que o antecedem num momento anterior da história. Pêcheux (2014) alerta que algo sempre fala antes em outro lugar, e esses já-ditos é que constituem o interdiscurso, o qual “fornece a matéria prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita”. Segundo Orlandi, a noção de interdiscurso se confunde com a própria noção de memória discursiva:

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquele que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2012, p. 31).

A definição apresentada pela autora compara o interdiscurso com a noção de memória discursiva, que, segundo ela, são todos os já-ditos ou todo o conjunto de saberes discursivos que estão na base do dizível e que tornam os dizeres possíveis. Ao tomar a expressão “memória discursiva”, é importante salientar que, para a AD, ela não diz respeito à ideia que temos sobre recordação (memória individual) que se tem do passado, mas refere-se à memória social. Orlandi (2012) nos mostra, também, que é importante não confundir a noção de interdiscurso com a de intertexto: aquele é o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos, enquanto este é estrito à relação de um texto com outros textos. O esquecimento está na base da constituição do interdiscurso, ou seja, quando dizemos não sabemos ao certo a origem do dizer, o que não ocorre com relação à ideia de intertexto.

É importante estabelecer uma distinção entre o interdiscurso e o intradiscurso, sobre os quais Pêcheux expõe:

[...] pode-se dizer que o intradiscurso, enquanto “fio do discurso” do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal do “exterior” [...] diremos que a forma-sujeito (pela qual o “sujeito do discurso” se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como um puro “já-dito” do intradiscurso, no qual ele se articula por “co-referência” (PÊCHEUX, 1997, p. 167 [grifos do autor]).

O intradiscurso é aquilo que se diz no momento da produção discursiva, e o interdiscurso é o já-dito, ou, como afirma Orlandi (2012), é a “relação do já-dito e o que se está dizendo”. O intradiscurso é aquilo que se está dizendo num dado momento, sob dadas condições.

Após essa breve exposição sobre alguns aspectos do interdiscurso e sua relação com o conceito de memória discursiva, assim como o estabelecimento da diferença desse conceito com os de intertexto e intradiscurso, será apresentada a definição de condições de produção, outro importante termo trabalhado pela AD.

1.2.4 Condições de produção

Em sentido amplo, Orlandi (2012) define condições de produção como o contexto sócio-histórico e ideológico, compreendendo os sujeitos e a situação. Brandão (1995) afirma que foi Pêcheux o primeiro a tentar formular esse conceito, utilizando-se do esquema comunicacional elaborado por Jakobson. Segundo Brandão (1995), a contribuição de Pêcheux está no fato de ele ver nos protagonistas do discurso os lugares determinados na estrutura de uma formação social, e não a simples presença física de organismos individuais.

Sobre condições de produção (CP), Pêcheux e Fuchs (1997) esclarecem que é possível entendê-las como determinações que caracterizam um processo discursivo, ou seja, características múltiplas de uma situação concreta que conduzem à produção da superfície linguística de um discurso empírico concreto.

Ao falar da impossibilidade de o sujeito ter acesso a tais condições de produção de seu discurso devido à inconsciência de que é atravessado, Mussalim (2001) afirma que a AD representa essas condições de forma imaginária. A noção de formações imaginárias é apresentada por Pêcheux no seguinte quadro:

Quadro 1: Formações imaginárias

Expressão que designa as formas imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente	
A {	IA (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado com A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	IA (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado com A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B {	IB (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado com B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	IB (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado com B	“Quem é ele para que me fale assim?”
A	IA (R)	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B	IB (R)	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

Fonte: Pêcheux (1997 [1969], p. 83).

Esse esquema esboça, segundo Pêcheux (1997), a maneira pela qual a posição dos protagonistas do discurso intervém, a título de condições de produção do discurso. O autor indica ainda que todo processo discursivo supõe antecipações das representações do receptor por parte do emissor sobre as quais se funda a estratégia discursiva. Sobre essa concepção, Orlandi (2012) acrescenta que a antecipação é a capacidade que todo sujeito possui “de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras”, antecipando-se a ele com respeito aos sentidos que estão sendo produzidos por suas palavras.

Para Courtine (2009), “se as condições de produção assimilada a um ‘vetor de formações imaginárias’ constitui um quadro geral para a sua definição” com relação ao discurso, é necessário distingui-la de um discurso ou de vários discursos particulares. Segundo o mesmo autor, a noção de CP apresenta, ao mesmo tempo, um conteúdo empírico e heterogêneo.

O caráter heterogêneo e instável da noção de CP de um discurso faz dela, nessa perspectiva, o lugar onde se opera uma *psicologização espontânea* das determinações propriamente históricas do discurso (o estado das contradições de classe em uma conjuntura determinada, a existência das relações de lugar a partir das quais o discurso é considerado, no centro do aparelho, o que remete a situação de classe) que ameaça continuamente transformar essas determinações em simples circunstâncias em que interajam os “sujeitos do discurso”, o que equivale também a situar no “sujeito do

discurso” a fonte de relações de que ele é apenas o portador ou o efeito (COURTINE, 2009, p.51-2 [grifos do autor]).

A crítica de Courtine à proposta de Pêcheux está no fato de, segundo o teórico, ele não romper com as origens psicologizantes oriundas da fase anterior, alegando inclusive que o termo imagem ou formação imaginária poderia ser substituído pela noção de papel.

Em seu artigo, Fonseca (2010) comenta sobre as relações de força presentes na base constituinte das condições de produção, pelo que diz:

Na base de sua compreensão está a constatação de uma desigualdade real, a assimetria na relação entre os homens, o desnível entre os lugares que ocupamos e os poderes que exercemos no todo da produção social. Vale a pena destacar que isso que está em jogo, seja num texto ou num discurso, nunca são apenas relações entre sujeitos e temas ou entre sujeitos e objetos. O que está em jogo são, sobretudo e essencialmente, relações entre sujeitos. Se o discurso é efeito de sentido entre interlocutores, a tensão constituinte da relação entre estes interlocutores não é estranha aos sentidos aí produzidos (FONSECA, 2010, p. 2).

As condições de produção estabelecem as relações de força no interior do discurso, mantendo com a linguagem uma relação necessária. As condições de produção são exteriores à língua. Acrescentamos também que as CP que constituem os discursos funcionam a partir das relações de sentido que um discurso estabelece com discursos anteriores. Dessas relações resultam os sentidos gerados por um determinado discurso (ORLANDI, 2012).

2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: O GOVERNO DE JOÃO GOULART

A fim de melhor situar o leitor no tema desenvolvido nesta pesquisa, cumpre-nos falar sobre o momento histórico, que configura as “condições de produção” (CP) em que se realizaram as sequências discursivas que serão, aqui, objetos de análise, visto que o discurso, como afirma Pêcheux (1990, p. 179), “só pode ser concebido como um processo social” que acontece num dado momento histórico, sob condições dadas. Trataremos, nesta seção, sobre o desenrolar dos principais acontecimentos políticos e sociais que marcaram nosso país no início da década de 1960, no entorno do governo do presidente João Goulart, pois, para a Análise de Discurso de Linha Francesa, todo discurso tem relação com a história.

2.1 ANTECEDENTES DA POSSE DE JOÃO GOULART

Antes de delinear os momentos mais marcantes que ocasionaram o golpe militar de 1964, convém voltar um pouco mais no tempo, em direção aos fatores que provocaram a posse de João Goulart e os impasses que o político estava prestes a enfrentar com sua repentina ascensão ao cargo mais importante do país.

O ano era 1961. Jânio Quadros, o então presidente, havia ganhado as eleições no ano anterior, porém a sua gestão foi breve, durando apenas sete meses. Nesse curto período, Jânio Quadros praticou uma política econômica e externa que desagradou a uma série de segmentos que antes o apoiavam: políticos, militares, dentre outras parcelas das classes dominantes. Segundo Gasparini (2004), a candidatura de Jânio Quadros, presidente que antecedeu João Goulart, foi apoiada por Carlos Lacerda¹, o qual desde a década de 1950 posicionava-se em defesa de uma ditadura transitória. Descontente com os rumos assumidos pela política interna e externa após a posse do seu aliado, Lacerda resolve fazer oposição ao governo de Jânio, como relata Gasparini (2004):

A noite de 18 de agosto de 1961 marcou a aceleração da crise política que culminaria com a renúncia de Jânio. Lacerda encontrou-se com o ministro da

¹ Além de jornalista, Lacerda participava ativamente da vida política, tendo sido eleito vereador pelo Distrito Federal, em 1947, e anos mais tarde foi empossado primeiro governador do Estado da Guanabara criado em 1960. Fonte: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Carlos Lacerda*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/carlos_lacerda>. Acesso em: 12 dez. 2017.

Justiça, Pedrosa Horta, e com o próprio presidente. Segundo o governador da Guanabara, o ministro teria sondado sua posição a respeito de uma “reforma institucional” a ser realizada exclusivamente pelo Executivo, com o fechamento do Congresso. Para tanto, teria lhe pedido que enviasse uma série de artigos nos quais ele, Lacerda, defendera a implantação de um regime de exceção, em 1955 (GASPARINI, 2004, p. 620).

Conforme o exposto, os planos favoráveis a um suposto sistema de regime militar já teriam sido esboçados anos antes pelo então governador da Guanabara², Carlos Lacerda. Após o encontro relatado, Lacerda protagonizou outro evento decisivo para a renúncia do então presidente Jânio Quadros:

Lacerda teria afirmado, num segundo encontro com o ministro: “ou renuncio amanhã” ou “vou denunciar ao país o que vocês estão fazendo”. Ficou com a segunda opção: durante uma semana, dedicou-se a contatar uma série de lideranças políticas e militares, repassando informações e procurando confirmações do pretense golpe em andamento. [...] O governador da Guanabara e os militares bradaram ainda mais contra a política externa vigente. No dia 22, em discurso proferido em São Paulo via TV Excelsior, Lacerda insinuou que havia a possibilidade de golpe. No dia 24, formou, a partir do Rio de Janeiro, uma rede de rádio e TV e, para citar suas palavras, “virou a mesa”: atacou duramente a política externa do presidente e descreveu seus encontros com o ministro da Justiça, afirmando ter sido convidado para um golpe (GASPARINI, 2004, p. 620).

A fala de Lacerda chamou a atenção de todo o país, o que levou políticos a se reunirem para discutir a polêmica questão. No dia 25 de agosto, acontece a renúncia de Jânio Quadros à presidência da República, tendo, para isso, convocado ministros militares e anunciado a sua saída do governo. Coelho (1982) traz o trecho de um telegrama que o diretor da CIA no Brasil enviou a Washington constando que o presidente “renunciou na expectativa de provocar uma forte reação popular desejando seu retorno ao cargo com maiores poderes contra seus oponentes”. Ainda sobre a renúncia, Coelho (1982) explica:

Há de se recordar que, nas primeiras horas do dia 25 de agosto, um raciocínio político foi comum a milhões de brasileiros. Jânio renunciara, mas o Congresso devia discutir a questão ou, na pior das hipóteses, mandar reconhecer a firma. Enquanto isso, um pequeno contingente de janistas saiu às ruas impedindo que ele se fosse, ainda que necessária a concessão de maiores poderes. Era a capacidade de governar com mais autoridade sobre

² De origem tupi, a palavra Guanabara significa “seio-mar”. A Guanabara foi um antigo Estado Brasileiro situado na cidade do Rio de Janeiro. Nele se encontrava o antigo Distrito Federal (1891-1960). Em 1975, o presidente do Brasil Ernesto Geisel oficializou a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, mantendo, desse modo, a denominação de Estado do Rio de Janeiro. Fonte: HOJE NA HISTÓRIA. *Fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<https://seuhistory.com/hoje-na-historia/fusao-dos-estados-da-guanabara-e-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

um Congresso onde o Planalto era minoritário e sobre uma UDN onde o Janismo era visto como um fenômeno pitoresco capaz de levar o partido ao poder (COELHO, 1982, p. 22).

Como se especulava, a renúncia foi mais um dos atos característicos de Jânio, que tinha como marca a teatralidade. Com ela, o presidente tinha a pretensão de causar uma comoção popular, o que forçaria o Congresso a pedir seu retorno. Ainda confirmando as intenções por trás da renúncia de Jânio Quadros, o qual sabia que os ministros militares se opunham ao seu vice-presidente, o autor esclarece:

Hoje a interpretação dominante é que a renúncia foi motivada por interesse golpista. Jânio sabia da desconfiança dos ministros militares e de muitos políticos contra Goulart e que, se renunciasse, eles não aceitariam Jango. Então calculou que seria chamado para assumir tendo poderes acima do Congresso, com o apoio dos militares (COELHO, 1982).

Coube ao Congresso aceitar ou rejeitar a renúncia. Foi em meio a uma grande crise política e institucional, ocasionada pela renúncia de Jânio e pela tentativa de golpe dos ministros militares, que o governo de João Goulart iniciou-se em 1961 – como se vê, com muita resistência da oposição.

No dia 25 de agosto de 1961 Jânio Quadros renunciou ao cargo de Presidente da República, após sete meses de mandato. Quem deveria assumir era o vice-presidente João Goulart, que se encontrava em viagem numa missão diplomática na China. A partir daí estabeleceu-se uma crise no país, visto que os ministros militares do governo de Jânio, o general Odilo Denis, do Exército, o almirante Sílvio Heck, da Marinha, e o brigadeiro Grun Moss, da Aeronáutica, decidiram que João Goulart não poderia assumir. A fim de justificarem esse ponto de vista lançaram um Manifesto à Nação que teve como principal acusação a Jango sua suposta admiração pelos regimes dos países socialistas e, portanto, sua presença na presidência estimularia o caos, a anarquia e a guerra civil (NASCIMENTO, 2016, p. 16).

A forte oposição política com relação à sua futura posse justificava-se por ser considerado simpatizante do comunismo. Acreditava-se, segundo os posicionamentos ideológicos dos militares à época, que, caso assumisse o poder, haveria o risco de ocorrer uma revolução comunista em terras brasileiras. Assim, João Goulart teve de encontrar soluções para a crise econômica que se instaurara no Brasil:

Na área econômica, os seus desafios mais urgentes eram a inflação crescente e os problemas de balanço de pagamentos. Apesar de propostas oficiais enérgicas para o combate desses problemas, quando ocorreu a ruptura da

legalidade, o Brasil encontrava-se com inflação galopante, deterioração ainda maior das contas externas e crescimento negativo do produto per capita. Além de conter esses desequilíbrios, deveria a política econômica, entendida em sentido amplo, ser o instrumento para reformar o modelo de desenvolvimento então vigente, buscando instituir um capitalismo mais humano e mais voltado aos interesses nacionais (ALMEIDA, 2010, p. 13).

Assim, antes mesmo de assumir o cargo de Presidente da República em lugar de seu antecessor, Jango, como também era conhecido João Goulart, já tinha uma série de problemas a enfrentar, desde a oposição política até as crises econômicas de que sofria o país. Grande parte da oposição sofrida por Jango decorria do fato de ser esquerdista e de ter, segundo os militares, feições socialistas.

Em 1961, quando Jânio Quadros renuncia à Presidência da República, os militares percebem uma boa chance de assumir as rédeas da nação. Nessa época, passa a ser defendido o impedimento da posse de Jango, para que fossem realizadas novas eleições. Para garantir a posse de Jango, no Rio Grande do Sul, um movimento de resistência política liderado pelo então governador do estado, Leonel Brizola, cria o que vai ficar conhecido como a Campanha da Legalidade. No entanto, apenas em 1963, quando o bloco de poder formado pela UDN e o PSD já parecia ter tomado conta do cenário político, é que Jango procura construir um governo nacional-reformista, amparando-se nas camadas populares e na classe trabalhadora (CAZARIN; MENEZES, 2008, p. 6).

Com a mobilização realizada por Leonel Brizola para manter a ordem institucional, a qual previa a posse do vice-presidente, e com o apoio de alguns políticos, industriais e ruralistas do Sul do país, Jango consegue assumir o cargo, fato que não lhe diminui a oposição:

Nos vários estados da federação, políticos, estudantes, militares de baixa patente, governadores de estados e no Congresso, a maioria das vozes se levantou contra o golpe. O movimento operário também se manifestou pela legalidade através de greves em todo o país. Representantes da alta hierarquia da Igreja, associações de estudantes, intelectuais, sindicatos e, finalmente, altos oficiais militares se opuseram ao golpe, a começar pelo marechal Henrique Lott, de tradição legalista, com influência na tropa, que desfizera um golpe em 1955, quando tentaram impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek (NASCIMENTO, 2016, p. 20).

Os militares preparavam um golpe para impedir que Jango ascendesse ao poder, já que alegavam que o vice-presidente, o segundo na linha de sucessão ao cargo da presidência da República, tinha posições favoráveis ao socialismo. Os militares não aceitariam que o país

cedesse à maior liderança socialista daquele período, a União Soviética, o que seria contrariar os interesses dos Estados Unidos, a maior potência capitalista.

As pressões ao governo se iniciaram ainda no governo de Jânio, por causa do modo pelo qual a política externa independente se desenvolvia no país e pela visível oposição do presidente à direita, tal oposição personificada na pessoa de Carlos Lacerda (NASCIMENTO, 2016). Contudo uma série de atos contra o golpe militar desencadeou-se no país. As manifestações a favor da posse de Jango tinham apoio de inúmeros setores da sociedade, de artistas a intelectuais, e até mesmo alguns grupos de militares foram contra o que diziam ser uma violação da Constituição.

A figura de Leonel Brizola foi importantíssima na luta contra o golpe, dando início à Campanha da Legalidade, que buscava cumprir a Constituição, fazendo com que o vice assumisse a posse da presidência. O governador do estado do Rio Grande do Sul fez uso de uma rede de rádio para realizar a sua campanha, denunciando as ações golpistas que estavam sendo esquematizadas e procurando adesões contra esse esquema.

A Cadeia da Legalidade foi de suma importância para o movimento pró-Jango; por meio dela, Brizola fazia uma série de pronunciamentos a favor da ordem democrática para o povo brasileiro, que, inclusive, era transmitida para o exterior em línguas como inglês, espanhol e alemão. Isso fez com que Leonel Brizola angariasse a simpatia da opinião pública internacional.

Os militares que tinham planos de impedir a posse do vice-presidente, frente a tamanha oposição da sociedade, não encontraram saída, senão ceder às pressões. Entretanto a concessão não foi efetuada de todo, pois eles implantaram o sistema parlamentarista, que reduzia os poderes do presidente. Esse sistema restringiria Jango, cujos poderes seriam divididos com um primeiro-ministro. As consequências desse ato seriam prejudiciais para os movimentos de esquerda – desejosos de profundas mudanças na estrutura do país –, considerando que os partidos conservadores eram maioria no Congresso.

Diante da crise que se instalara em virtude da forte oposição nos mais diversos segmentos sociais contra o veto à posse de João Goulart, os militares golpistas não tiveram alternativa se não recuar e negociar politicamente. A saída encontrada foi a implantação do parlamentarismo, que permitiria aos golpistas ficarem em parte satisfeitos, pois o futuro presidente não teria poderes totais e os legalistas teriam o respeito à Constituição com a posse de Jango (NASCIMENTO, 2016, p. 22).

Leonel Brizola tentou resistir à proposta da instauração do parlamentarismo, mas não obteve apoio no meio político.

A alternativa constitucionalmente correta, ou seja, a posse de Jango com plenos poderes presidencialistas chegou a ser defendida principalmente por Leonel Brizola, mas sem obter apoio nos círculos políticos nem dos militares. Nos meios políticos a maioria do congresso optou pela saída parlamentarista. O comandante do III exército deixou claro para Brizola que acompanharia a decisão de João Goulart (NASCIMENTO, 2016, p. 23).

O apoio à emenda parlamentarista equivaleria a declarar a aceitação do golpe, o que, conforme Nascimento (2016), seria uma forma de manter no poder forças que vinham beneficiando interesses estrangeiros em prejuízo da democracia e do desenvolvimento do próprio país.

O PCB (Partido Comunista Brasileiro), mostrando-se decepcionado com a aceitação de Jango pelo parlamentarismo, fez uma série de críticas declarando que ele não soube aproveitar o apoio dos militares e de movimentos populares para promover reformas. Outras opiniões afirmam que Jango assumiu a presidência como estratégia para aumentar sua influência política com o apoio dos partidos de direita, sem, contudo, perder o apoio da esquerda, tendo como objetivo demonstrar, após a sua posse, a inviabilidade política e administrativa do parlamentarismo. (NASCIMENTO, 2016).

Para muitos, tanto a posse de João Goulart quanto o parlamentarismo foram golpes de Estado civil instituídos para evitar outro golpe, o militar. Os setores relacionados à esquerda apelidaram o parlamentarismo de “golpe branco”, pois desviava-se do próprio princípio parlamentar, visto que o Congresso não poderia ser dissolvido pelo chefe de Estado para que novas eleições fossem convocadas. Ficava claro, dessa maneira, que era mais importante manter um presidente sem plenos poderes a permitir um governo mais robusto.

Contudo o sucesso do parlamentarismo não convencia e, aos poucos, foi perdendo o apoio das principais lideranças civis e militares. Com a superação da crise do veto à posse de Jango, as forças políticas de esquerda e de direita, incluindo o próprio presidente, começaram a sabotar o então vigente sistema de governo.

2.2 AS PROPOSTAS DE REFORMA ECONÔMICA DO GOVERNO JANGO

Em 1963, iniciou-se uma nova etapa no governo Jango. Com o plebiscito realizado no dia 6 de janeiro, os poderes presidenciais são restituídos, ficando mais livre o caminho para a realização das reformas que há muito o presidente desejava concretizar.

Ao implantar no Brasil o regime presidencialista de governo, a questão levantada era: João Goulart superaria a crise econômico-financeira, afastando as tensões político-sociais que vinham desgastando o governo? As propostas feitas eram muitas, e a maioria delas se mostravam antagônicas entre si.

O Poder Executivo anunciou condições de resolver os problemas que a sociedade brasileira vinha enfrentando, e apresentou a proposta do “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-social: 1963-1965”, elaborado por Celso Furtado (Ministro do Planejamento) e por San Thiago Dantas (Ministro da Fazenda).

O objetivo do Plano Trienal era reduzir os altos níveis da inflação e elevar o país a um estágio de desenvolvimento compatível com o que ocorreu no fim da década de 1950. Alguns setores da esquerda consideraram o Plano como um avanço, pois propunha que era possível combater o processo inflacionário sem trazer prejuízos ao desenvolvimento. Os empresários, de início, também receberam a proposta de modo favorável, porém ela começou a sofrer seus primeiros abalos quando os movimentos sindicais, as organizações nacionalistas e de esquerda começaram a protestar contra por consistir, segundo eles, num projeto de “caráter reacionário”. (TOLEDO, 2004).

Quando a política de redução de subsídios ao trigo e ao petróleo começou a afetar os salários das classes populares, as críticas ao Plano Trienal se agravaram ainda mais. O ano findou, e com ele veio o reconhecimento de que o famigerado Plano do governo havia se tornado um real fracasso para a economia do país, não trazendo a desaceleração da inflação, e muito menos a aceleração do crescimento. A respeito desse contexto de desentendimentos e a incapacidade do Congresso em absorvê-los, Ribeiro (2013) explica do seguinte modo:

[...] por mais que o Plano Trienal não tenha gerado grandes conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo no momento de sua divulgação, seu fracasso foi um dos fatores determinantes para o fim do frágil apoio que o governo João Goulart possuía de setores da burguesia industrial. Além disso, a tensão existente entre as classes passou a se manifestar de forma mais intensa no Congresso Nacional, contribuindo para a polarização dos interesses representados pelos congressistas (RIBEIRO, 2013, p. 126).

A confirmação do insucesso do plano apresentado mal havia se concretizado e outra proposta do governo já passava a ser tomada como uma nova prioridade, erigida como um estandarte pelo qual o governo lutaria energicamente. As reformas de base – agrária, bancária, fiscal, eleitoral etc. – eram tidas, por Jango e sua equipe, como indispensáveis para que o capitalismo industrial brasileiro pudesse atingir um novo patamar de desenvolvimento. Os setores de esquerda afirmavam que, sem tais reformas, o capitalismo continuaria sendo no país um mero formalismo, por isso apoiavam tais medidas.

Com o aumento da capacidade mobilizadora do sindicalismo urbano que vinha ocorrendo desde a década de 1950, houve uma maior capacidade desses movimentos de influir nas agências estatais e paraestatais, com vistas a esboçar uma estrutura organizativa horizontal, diferente da estrutura oficial, que era de perfil vertical. Com esse aumento na capacidade de mobilização por parte dos sindicatos urbanos, surge a emergência da inserção dos trabalhadores rurais no cenário sociopolítico do país. Esse fato deu impulso à luta pela reforma agrária e pelos direitos sociais.

O homem do campo que, por muitos anos, viveu excluído e subjugado pelos senhores rurais, passa a ser considerado possuidor dos mesmos direitos à cidadania adquiridos pelos trabalhadores da zona urbana, o que se materializou com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural. Tais acontecimentos, associados ao fato de que grande parte do território que poderia estar sendo usado para agropecuária estava sob o domínio de um pequeno número de proprietários, os quais pouco faziam para explorar o seu potencial de produção, deram impulso ao governo Jango para pleitear a aprovação da reforma agrária no Congresso.

Ao longo do ano de 1963, como apresenta Napolitano (2016), “o governo Jango travou batalhas decisivas no campo institucional”. A aprovação da reforma agrária, que era o piloto de muitas reformas que logo viriam, foi mais uma das batalhas perdidas pelo Poder Executivo. Meses mais tarde, o governo pleitearia, novamente, a aprovação da reforma agrária, contudo as negociações continuaram a acontecer de maneira difícil, visto que os latifundiários exigiam o pagamento de títulos pela desapropriação de terras.

A imagem de Jango como político nacionalista-reformista e que se mostrava favorável à causa dos trabalhadores, sobretudo os da zona rural, já era notória desde que exerceu os cargos de Ministro do Trabalho e vice-presidente nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, respectivamente. Porém foi com ascensão de Jango ao cargo da presidência que as discussões se intensificaram.

Consolidou-se nesse período a visão de que havia uma questão agrária a ser resolvida no Brasil, de que a concentração da propriedade fecundiária, traço contínuo de nossa história desde os tempos coloniais, era a base de todo um conjunto de problemas com os quais se deparavam a grande maioria da população rural, como miséria, fome, isolamento, baixos níveis de escolaridade, precárias condições de moradia e infraestrutura, apenas para citar alguns (GRYNSPAN, 2006, p. 57).

O debate sobre a reforma agrária e a melhoria de vida dos trabalhadores do campo teve amplo destaque desde que Jango assumiu o governo, sendo o elemento central das principais propostas de reformas, as quais se intensificaram depois da vitória do plebiscito de 1963. Apesar de muitos projetos a respeito das reformas terem sido lançados, não houve nenhuma vitória, pois muitos dos deputados, ao passo que denunciavam o latifúndio e o reconheciam como um monstro, “o criavam no quintal de casa” (NAPOLITANO, 2016). A esquerda nacionalista via tais reformas sociais e econômicas como uma maneira indispensável de fortalecer e ampliar a democracia política do país, sem as quais as classes populares e trabalhadoras estariam distantes de vivenciar uma melhor distribuição da renda, e as desigualdades regionais permaneceriam.

2.3 OS APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO NAS LUTAS DE CLASSES

A partir das análises até aqui apresentadas a respeito do breve período em que João Goulart esteve no poder, é notório que, assim como em tantos outros momentos históricos no Brasil, a luta de classes foi o que permeou grande parte da cena política do momento em questão. Como discutido anteriormente, o projeto reformista do governo Goulart vai de encontro aos interesses econômicos das classes dominantes do país. Por isso, o movimento que se empreendeu contra a aprovação de quaisquer projetos identificados com o projeto de reforma agrária do governo insere-se em um movimento muito maior cujas intenções eram obstruir as ações do Executivo na tentativa de conter o desenvolvimento da organização de classes trabalhadoras que se proliferavam no país.

A partir de agora, analisaremos o modo como os conflitos que estavam relacionados aos projetos de distribuição de terra propostos pelo governo Goulart foram pautados nos interesses de classes divergentes entre si.

Desde o início do período republicano, as estruturas, tanto estatais quanto políticas, estavam sob o domínio das oligarquias agrárias do Nordeste e do Sul/Sudeste do país (RIBEIRO, 2013, p. 37). Esse grupo, que se apoiava no monopólio da terra e no clientelismo,

conseguiu, por um longo período de tempo, garantir que seus interesses fossem cumpridos no Congresso Nacional. Contudo, com a intensificação do processo de industrialização no país, a classe formada pela burguesia industrial-financeira que se situava nas regiões Sul e Sudeste ganhou força na cena política. O surgimento dessa nova classe poderia indicar a suplantação dos interesses da elite rural, porém o que ocorreu foi o contrário. Os interesses políticos e econômicos tradicionais dos grandes latifundiários foram aceitos em grande medida pela elite industrial (RIBEIRO, 2013, p. 37).

É importante compreender o papel do Estado nessa luta pela supremacia das classes dominantes, reconhecendo que ele, como a história pode mostrar, não foi favorável, na maioria das vezes, às classes dos trabalhadores rurais e ao proletariado. O Estado pode ser visto, seguindo a definição dada por Althusser (1985) em *Aparelhos Ideológicos do Estado*, como uma máquina de repressão que garante que os dominadores assegurem a sua dominação sobre a classe trabalhadora. Essa compreensão de que o Estado está por assegurar a supremacia da classe dominante nos leva a entender a resistência que as propostas de Jango sofreram por parte da grande maioria do Congresso Nacional.

Filósofo influente na filosofia marxista, Louis Althusser traz importantes considerações sobre questões referentes às lutas de classes e ao papel que o Estado – considerado pelos clássicos marxistas como Aparelho de Estado – exerce sobre essas lutas:

O aparelho de Estado que define o Estado como força de execução e de intervenção repressiva, ao serviço das classes dominantes, na luta de classes travadas pela burguesia e pelos seus aliados contra o proletariado é de facto o Estado, e de facto a função fundamental deste (ALTHUSSER, 1985, p. 32).

Uma consideração como essa, para muitos, é um tanto quanto perturbadora, visto que acreditam ser dever do Estado, por exemplo, assegurar a todos a melhor distribuição das riquezas produzidas no país e a garantia de acesso a inúmeros outros benefícios. Apesar da contradição que se levanta, é possível notar que a classe que está no comando da política é, em sua maioria, aquela que representa os interesses dos que possuem o poder do capital e que tem por objetivo manter sua supremacia. Isso configura, como bem afirma Althusser, a eterna luta dos detentores dos meios de produção contra aqueles que detêm a força de trabalho, submetendo-os ao processo de extorsão da mais-valia, ou seja, à exploração capitalista (ALTHUSSER, 1985, p. 31). Porém, conforme pondera Pêcheux (2014, p. 131), “os aparelhos ideológicos de Estado [AIE] constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção”.

Os grandes latifundiários detinham não somente o monopólio das terras, mas também o poder político sobre as populações rurais, o que por muito tempo impediu que governantes anteriores criassem políticas assistencialistas ou trouxessem outros benefícios à população daquele Brasil.

O interior do país, além da grande concentração de terra, era também marcado pela precariedade da vida de sua população – um povo que não dispunha dos requisitos básicos de saúde, que era afetado pelos altos índices de analfabetismo, reflexo de uma péssima infraestrutura educacional, além de sofrer com as degradantes condições de trabalho no campo. Esse povo não só dependia da intervenção paternalista do Estado como também não possuía nenhum porta-voz político direto, tornando-se “refém do setor ‘progressista’ da classe política na luta pelos seus direitos” (RIBEIRO, 2013, p. 127).

As propostas de reforma agrária já vinham sendo discutidas muito antes do governo Jango, contudo não havia homogeneidade no modo como seria feita a distribuição dessas terras improdutivas. A respeito dessa questão, é importante trazer as considerações de Ribeiro (2013) sobre as longas discussões relacionadas à distribuição de terras que vinham sendo feitas desde meados das décadas de 1940 e 1950 até o governo de João Goulart:

Foi assim que o Poder Executivo consolidou-se como o principal foco de elaboração das propostas de Reforma Agrária. Em contrapartida, ele também era o alvo preferido das manifestações de massas que exigiam a redistribuição das terras improdutivas. Vale destacar, que esses projetos obtiveram uma maior repercussão na década de 1960 em decorrência do fortalecimento do movimento dos trabalhadores rurais e do crescimento do seu potencial de pressão sobre o sistema político. Nesse contexto, não podemos considerar uma novidade o discurso reformista adotado por João Goulart (RIBEIRO, 2013, p.).

A reforma agrária, apesar de ser um dos símbolos do governo Jango, não era nenhuma novidade, já que vinha sendo discutida em governos anteriores, passando a ter um amplo destaque principalmente porque os governantes viram nisso um meio de angariar votos daqueles que aderiam à ideia de melhor distribuição das terras no campo.

Contudo os diferentes projetos da reforma agrária intensificaram a crise política que vinha se desenvolvendo entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante o referido governo. Como esclarece Ribeiro (2013), faz-se necessário compreender a existência das fortes alianças de classe que enrijeciam a estrutura econômica do país, impedindo a realização de políticas distributivas, para entender que essa questão não poderia ser resolvida no âmbito institucional, pois suas origens remetem à solidez de tais alianças.

Na tentativa de obter a aprovação das suas propostas nas mais diferentes instâncias, Jango construiu o discurso de que tais reformas beneficiariam toda a sociedade brasileira “uma vez que amenizariam os tensionamentos sociais e contribuiriam para a solução da crise financeira” (RIBEIRO, 2013, p. 32), porém, como o projeto apresentado favoreceria mais os trabalhadores do campo do que os latifundiários donos das terras improdutivas, uma série de mobilizações foi realizada pelos grandes proprietários, que passaram a questionar as reais intenções do governo, “considerando como demagógicas as medidas de expropriação e distribuição de terras, que acarretariam fatalmente a desorganização da produção” (NATIVIDADE, 2011, p. 5).

2.3.1 Aparelhos Ideológicos de Estado: partidos políticos

Examinando ainda os embates relacionados às propostas de reformas do governo, notamos que era visível a falta de consenso entre os partidos políticos. Nesse processo, alianças necessárias foram redefinidas, causando embaraços político-institucionais dentro do Poder Legislativo, pelo confronto entre sólidos interesses de classes.

Um dos principais pontos da divergência relaciona-se à concepção de indenização justa (RIBEIRO, 2013, p. 131). O fato de os representantes do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) utilizarem o valor declarado para o recolhimento do imposto territorial como critério para definir o valor das terras desagradava tanto aos representantes do PSD (Partido Social Democrático) quanto àqueles que representavam a UDN (União Democrática Nacional). Além disso, outro ponto causava discordância: a proposta de que para cada família seria assegurada, conforme a lei assim estabelecesse, uma propriedade rural ou urbana.

Esse último ponto apresentado foi decisivo para que se perdesse o apoio dos pessedistas. O arrendamento compulsório, que também era proposta presente no projeto petebista, foi responsável para que, além dos pessedistas, os udenistas também se opusessem a ele. O que estava em jogo nessa recusa era que, caso fosse aprovada, a proposta “acabaria com uma das formas mais antigas de manutenção da exploração dos trabalhadores rurais, e conseqüentemente, com o controle que as oligarquias agrárias possuíam sobre essa comunidade política”. (RIBEIRO, 2013, p. 132). Além dessa questão, não havia disposição em negociar a respeito da alteração dos artigos que garantiam o monopólio da terra.

Nesse contexto, falando em nome do seu partido, e assumindo para si o papel de defensor da democracia, o pessedista Amaral Peixoto deslegitimou a proposta petebista afirmando que ela representava uma ameaça ao regime democrático. Em seu discurso ele destacou o temor em clima de agitação que pairava sobre a discussão da Reforma Agrária, enfatizando ser a “favor de uma Reforma Constitucional que previsse desapropriação com títulos reajustáveis da dívida pública, a fim de garantir os proprietários contra a desvalorização”. Sua fala evidencia a preocupação primordial tanto dos pessedistas quanto dos udenistas em defender os interesses de classes dos latifundiários (RIBEIRO, 2013, p. 133).

Vale mais uma vez ressaltar que não havia, em nenhum dos três partidos, homogeneidade quanto ao modo como a reforma agrária deveria ser realizada. Inclusive dentro de cada partido existiam divergências. No PTB, os setores mais próximos a Jango eram favoráveis à ideia de que as propostas deveriam ser amenizadas, o que possibilitaria a eficácia de uma nova negociação com os pessedistas. Já o PSD possuía grupos que eram favoráveis à proposta de reforma agrária apresentada pelos petebistas, enquanto outros, de base ruralista, não aceitavam a criação de emendas constitucionais, exigindo que todas as indenizações das terras improdutivas fossem realizadas somente com o pagamento em dinheiro.

Já os udenistas, mais tarde, preocupados com o fato de que sua oposição aos projetos reformistas pudesse intervir negativamente sobre o seu eleitorado, passaram a apoiar a realização das Reformas de Base com a condição de que fossem enquadradas dentro da Constituição e que houvesse luta contra qualquer extremismo político. Contudo era notório que os udenistas não estavam dispostos a fazer qualquer tipo de negociação, visto que não aceitavam nenhum tipo de alteração na Constituição.

Referente especificamente à Reforma Agrária os udenistas foram claros ao reafirmar o quanto sua posição partia do objetivo inicial de resguardar o pleno direito à propriedade privada. Além disso, indicavam que não estavam dispostos a negociar a proposta petebista de indenização às terras desapropriadas (RIBEIRO, 2013, p. 134).

A partir da análise do que foi exposto, torna-se patente o quanto todo esse debate realizado dentro da política nacional entre os partidos de esquerda e de direita, em torno das propostas reformistas do governo Jango, contextualizou o confronto entre os interesses de classes divergentes: os que vinham representando a classe dos trabalhadores e os que representavam o interesse dos grandes proprietários.

A partir das considerações dadas por Pêcheux (2014), seria um absurdo pensar que todos os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), numa dada conjuntura, viessem a contribuir

“de maneira igual para a reprodução das relações de produção e para sua transformação” – assim como havia aqueles que, representando um dado partido, eram favoráveis às mudanças relativas à desapropriação de terras em benefício dos trabalhadores rurais, também havia os que queriam a hegemonia dos grandes latifundiários.

Os partidos políticos, como ressalta Althusser (1985), fazem parte do conjunto dos AIE, os quais representam o domínio privado – ao conceituar desse modo, ele cita também os aparelhos repressivos de Estado e chama a atenção para a diferença que há entre ambos. Os aparelhos repressivos, diferente dos aparelhos ideológicos, segundo o autor, representam o domínio público. Enquanto os AIE funcionam massivamente pela ideologia, os aparelhos repressivos, ainda que funcionem também pela ideologia – pois não existe aparelho puramente repressivo (ALTHUSSER, 1985, p. 47) –, têm, como característica fundamental, funcionar pela violência, o que significa incluir nesse funcionamento a repressão física. Os AIE, ainda que de modo secundário, também podem funcionar pela violência, que muitas vezes se manifesta de uma forma dissimulada ou simbólica.

Ao chamar a atenção para a aparente contradição que possa haver ao considerar como AIE instituições que são majoritariamente privadas, o autor constata que “o que importa é o funcionamento. Instituições privadas podem perfeitamente funcionar como Aparelhos Ideológicos de Estado”. (ALTHUSSER, 1985, p. 45).

Os partidos políticos, como Aparelhos Ideológicos de Estado, funcionando na instância ideológica, a qual, na sua materialidade, “existe sob a forma de formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2014, p. 132), comportavam, em seus embates sobre a aprovação ou não das reformas propostas por Jango, as posições de classe. Como afirma Pêcheux (2014), as ideologias são práticas de classes, que existem não no plano abstrato, senão no plano concreto e material, como as que estavam sendo representadas no Congresso.

Os AIE não pertencem e nem são a expressão de uma classe específica, de uma classe dominante, como se fossem puros instrumentos por meio dos quais um grupo impusesse sua ideologia, antes “constituem simultânea e contraditoriamente o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, 2014, p. 131). Desse modo, podemos dizer que os partidos políticos que se encontravam no palco conflituoso das disputas pela desapropriação de terras improdutivas são, ao mesmo tempo, o lugar e as condições em que essas disputas de classes estavam ocorrendo.

2.3.2 Aparelhos Ideológicos de Estado: sindicatos

Com o crescente aumento no movimento gerado em torno dos trabalhadores rurais, o governo passa a intensificar suas ações para a sindicalização desses trabalhadores. É quando se presencia um crescente número de projetos, decretos e portarias referentes à sindicalização do trabalhador do campo. Em março do ano de 1963, o Congresso Nacional havia aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural que, em tese, foi uma grande conquista para a classe dos trabalhadores do campo, pois os direitos pleiteados e conquistados pelos trabalhadores urbanos há décadas passam a ser estendidos também a eles. Dentre esses direitos, incluíam-se obrigatoriamente registro em carta profissional, salário mínimo, repouso semanal, férias remuneradas. Contudo a aprovação do Estatuto não significava dizer que todos os trabalhadores rurais tenham se apoderado de tais direitos (NATIVIDADE, 2011, p. 6).

Em meio a toda essa produção legislativa a favor dos trabalhadores rurais, foi criada também a Superintendência da Política Agrária (SUPRA), o principal instrumento na intervenção das questões agrárias e na sindicalização rural. Além da importância da SUPRA, Natividade (2011) descreve também a criação e função de outro importante órgão, o CONSIR:

À ela [à SUPRA] coube, juntamente com o Ministério do Trabalho, dar apoio institucional à criação de sindicatos, seja liberando as verbas necessárias para o início de seu funcionamento – aquisição de sede e pagamento de serviços de contadores e advogados – seja facilitando seu reconhecimento. Em meados de 1963, cria-se a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR), que tinha como metas básicas, a fundação de sindicatos e a realização de planos integrados de atendimento das reivindicações da população camponesa em áreas específicas, sobretudo no âmbito do direito civil e dos direitos trabalhistas (NATIVIDADE, 2011, p. 6).

Esse período configura um marco do movimento sindical para o homem do campo: enquanto na década de 1950 o país contava com apenas cinco sindicatos reconhecidos, no período da década de 1960 ocorreu um salto para mil sindicatos.

A organização da população rural nessa mobilização e todos os esforços empreendidos foram decisivos para que o Estado tomasse as medidas necessárias para a legalização do trabalhador do campo.

[...] toda essa criação de sindicatos foi produto da própria legislação e da ação do governo, na tentativa de unificar o campo de disputas entre as forças

que concorriam pelo controle do campesinato, determinando suas regras, definindo e restringindo as organizações que, juridicamente, deteriam o monopólio da sua representação no nível municipal (os sindicatos), no estadual (as federações) e no nacional (a CONTAG) (NATIVIDADE, 2011, p. 8).

Ao criar todos esses dispositivos legais, formalizando direitos e determinando seus representantes, o governo acabou por criar a categoria denominada trabalhador rural, diferenciando-a dos seus empregadores, além, é claro, de dar vários segmentos à categoria: proprietários, arrendatários, posseiros, colonos, ferreiros, entre outros.

Os sindicatos, assim como os partidos políticos, fazem parte do “conjunto dos Aparelhos Ideológicos de Estado da formação social capitalista” (PÊCHEUX, 2014, p. 133), tendo a função de assegurar o contato e o diálogo com o proletariado e seus aliados. Ambos tiveram um importante papel para aquele movimento que se erigia no campo político-social do nosso país, trazendo à baila a necessidade de concretizar mudanças no Brasil. Afinal, uma nação que buscava o desenvolvimento e modernização não poderia se utilizar dos mesmos modelos de domínio e exploração presentes desde tempos coloniais.

2.4 OS TEMORES GERADOS PELOS IDEAIS COMUNISTAS E A DERROCADA DO GOVERNO GOULART

Jango sempre fora visto com desconfiança pela direita e por demais conservadores. Depois de sua posse, temia-se que ele instaurasse no Brasil uma República Sindicalista devido à sua forte ligação com os governos comunistas. O mundo vivia o período da Guerra Fria, em que o globo se dividia em dois grandes blocos: um capitalista, liderado pelos EUA, e o outro socialista, liderado pela antiga União Soviética. Ter um Brasil dominado pela ideologia socialista não era nem um pouco interessante para as grandes indústrias do capital norte-americano e muito menos para os latifundiários brasileiros que serviam a esse capital, e que, ao mesmo tempo, estavam infiltrados na política.

2.4.1 O retorno de um ideal

A posse de Jango trouxe “do passado uma sombra que parecia ter sido banida pela morte de Vargas” (REIS, 2002, p. 22). Uma série de acontecimentos internacionais impulsionou o movimento nacional-estatista latino-americano: a vitória da revolução cubana,

a revolução na Argélia, os processos de independências que se desenrolavam no restante do continente africano, no Oriente Médio e em tantos países que buscavam se desvencilhar do poder capitalista europeu e norte-americano. Tudo isso, associado ao movimento pela legalidade que assegurou a posse de Jango e as relações que este mantinha com uma série de movimentos sociais organizados, poderia trazer de volta ao Brasil o sonho do projeto nacional-estatista que remetia ao governo Vargas.

O Estado Novo de Getúlio Vargas tinha como objetivo assegurar para o país uma maior autonomia no contexto do mundo capitalista. Dentre as principais características dessa nova política, destaca-se a construção de um Estado forte e intervencionista, mais centralização no planejamento estatal, associado a uma ideologia nacional baseada em lideranças carismáticas. Entretanto, com o suicídio de Vargas, a construção desse Estado Novo tornou-se inviável.

A posse de Jango e as agitações sociais da época fizeram parecer que esse projeto ganharia uma redefinição, dessa vez com uma maior participação popular. As Reformas de Base deram corpo e formato a esse novo programa. No entanto a sociedade brasileira dividiu-se entre os que apoiavam o sonho reformista e os que lhe eram contrários, levando as políticas do governo a novos rumos.

Muitos dos que haviam gozado do rápido desenvolvimento econômico que florescera no país não aceitavam que os líderes representantes das classes populares ganhassem espaço na política nacional. A respeito disso, Reis (2002) explica:

Nesse conjunto extremamente heterogêneo, muitos haviam acumulado riquezas e privilégios no interior do nacional-estatismo. Não desejavam destruí-lo, mas não suportavam a irrupção das lideranças populares que se faziam cada vez mais atuantes. Todos sentiam obscuramente que um processo radical de redistribuição de riqueza e poder na sociedade brasileira, em cuja direção apontava o movimento reformista, iria atingir suas posições, rebaixando-as. E nutriam um grande Medo de que viriam um tempo de desordem e de caos, marcado pela subversão dos princípios e dos valores, inclusive dos religiosos. A ideia de que a civilização *ocidental e cristã* estava ameaçada no Brasil pelo espectro do *comunismo ateu* invadiu o processo político, assombrando as consciências (REIS, 2002, p. 27 [grifos do autor]).

O governo Goulart, que até determinado período mostrou certa neutralidade, buscando uma posição mais conciliadora, evitou demonstrar seus ideias esquerdistas, obviamente, para obter o apoio dos mais diversos setores da sociedade. Até a retomada do presidencialismo, Jango foi duramente criticado pelos representantes da extrema esquerda, que o acusavam de ter se rendido ao capital estrangeiro.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, que já vinha perdendo notoriedade no cenário político havia algum tempo, perdeu ainda mais expressão durante o governo Jango e passou a adotar uma postura hostil com relação ao governo empreendido por Goulart. Segundo Jorge Ferreira (2013), durante todo o ano de 1962, o órgão oficial do partido, o jornal semanal “Novos Rumos”, sequer fizera uma referência ao presidente. Até o plebiscito de 1963, as poucas menções que eram feitas à figura de Jango eram de cunho depreciativo, o que se diferenciava do tratamento dado a Leonel Brizola, figura constante cujas declarações sempre tinham destaque no jornal.

Quando assumiu a presidência da República, Jango tinha como estratégia garantir a maioria no Congresso. Para isso, reforçou as alianças com o PTB e com o PSD, esperando que, com a formação dessas alianças, as reformas fossem viabilizadas. Essa opção política de João Goulart é que sofreu duras críticas e oposição das esquerdas.

Para os comunistas, Goulart necessitava “romper com a política de conciliação que vem seguindo, de desfazer a aliança com a cúpula retrógrada do PSD, de recompor o sistema de forças que o constitui”. A alternativa defendida pelos comunistas era a mesma da Frente de Mobilização Popular: o rompimento com o PSD e a formação de um governo exclusivo das esquerdas – a Frente Única (FERREIRA, 2013, p. 6).

Sob a forte pressão que vinha sofrendo ao longo de seu governo, Goulart não teve alternativa, senão formar um governo exclusivo de esquerdas, rompendo com o PSD. Com isso, o próprio PCB passa de aliado a opositor:

Em texto publicado em fins de fevereiro, Novos Rumos não escondia as conversações com Goulart sobre o governo de esquerda e o programa reformista, identificados mesmo em linguagem cifrada: “É partindo dessa posição que os comunistas encaram os entendimentos políticos que hoje se processam no país. [...] para a formação de uma frente progressista” (FERREIRA, 2013, p. 9).

É nesse contexto de retomada de alianças do governo com as esquerdas que surge e ganha força na sociedade o discurso anticomunista. Diante desse quadro geral, o governo Jango passou a sofrer acusações de estar sendo infiltrado por comunistas, como as que foram desferidas por Carlos Lacerda, o qual, paradoxalmente, no início da sua vida política teve filiações com o PCB, como descreve Napolitano:

Em outubro, uma entrevista de Carlos Lacerda a um jornal norte-americano (*Los Angeles Times*) acusava Jango de ser um caudilho golpista, cujo

governo estava infiltrado por “comunistas”, e que estava prestes a ser deposto um golpe militar. Além disso, Lacerda sugeria que os EUA intervissem na política brasileira, para preservar a “democracia” do continente (NAPOLITANO, 2014, p. 41).

As declarações de Lacerda causaram reações dos mais diversos setores da sociedade, inclusive de ministros militares, que exigiram a sua prisão. O presidente, após a divulgação da entrevista, solicitou ao Congresso medida emergencial, a qual foi vista como hesitante, sendo, pois, criticado por setores não só da direita, como também da esquerda.

2.4.2 A tentativa final

A crise apenas intensifica-se, até que Jango resolve abandonar a posição de neutralidade e partir para a ofensiva. Comícios foram projetados, decretos planejados, a fim de pressionar a realização das reformas. Em 13 de março de 1964, o único comício que conseguiu realizar reuniu mais de 300 mil pessoas das esquerdas. Nele, o presidente exaltou a reforma e os decretos assinados para a desapropriação de terras. Essa manifestação teve “um valor mais simbólico do que o real, mas indicando uma direção – a da radicalização e dos enfrentamentos”. (REIS, 2002, p. 30).

O Comício das Reformas, como foi chamado o evento de 13 de março, foi, de fato, o “ápice da radicalização ideológica” (NATIVIDADE, 2011, p. 14), infligida por João Goulart e seu governo. Coberto pelos principais meios de comunicação do país, alguns poucos destacavam a importância do evento e conclamavam a população a comparecer. Outros, de forma contrária, faziam uma espécie de campanha de alerta contra a comunização da nação brasileira.

Após essa manifestação, as reações não tardaram. Em 19 daquele mês, reuniram-se em São Paulo mais de 500 mil pessoas da direita, no primeiro encontro do movimento denominado Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Outras marchas como essa foram realizadas em diferentes cidades, buscando unir forças contra as reformas.

Em 31 de março, dias após o Comício das Reformas, João Goulart havia perdido um de seus mais importantes aliados, o General Amaury Cruel, pois ele já havia deixado claro que só apoiaria o presidente caso Jango afastasse de si os “comunistas”, o que significava reprimir os movimentos sociais e afastar os sindicatos; ou seja, isso seria, para Jango, cometer

um “suicídio político” (NAPOLITANO, 2014, p. 64). Não aceitando a proposta, o presidente viu a rebelião militar ampliar-se:

No dia 1º de abril, a rebelião militar se ampliou, enquanto a esquerda esperava uma ordem para reagir, que nunca viria. No dia anterior, San Tiago Dantas, bem informado nas questões diplomáticas, avisou o presidente que os norte-americanos estavam prontos para reconhecer o “o governo provisório” e intervir militarmente em favor dos golpistas. A partir desse momento, Jango começou a voar pelos céus do Brasil buscando um porto seguro para tentar articular uma saída política (NAPOLITANO, 2014, p. 64).

Em meio a esses acontecimentos, os altos comandos a favor da intervenção militar uniram-se para articular com os partidos políticos que apoiavam o golpe a eleição, no Congresso Nacional, do nome do general Castelo Branco³ como novo presidente do Brasil.

Assim, foi derrubado um presidente eleito por meio do voto popular direto, para dar lugar a um governante gerado no centro das ações golpistas. Sem a resistência e apoio das esquerdas, Jango deixou para trás o rastro de incêndio que provocara. Os representantes e demais adeptos da direita, sentindo-se vitoriosos, conclamaram o povo para mais uma Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na qual celebrariam a derrocada de Jango e de seus projetos reformistas. Seguiu-se então no Brasil um regime político com a durabilidade de 25 anos, o regime de uma ditadura militar com todos os elementos necessários para a construção de um cenário de autoritarismo e terror.

³ Castelo Branco (1900-1967) foi político, militar e o primeiro Presidente do Brasil depois do golpe militar de março de 1964. Nomeado pelo Congresso, ficou no poder de 15 de abril de 1964 até 15 de março de 1967. O regime militar que passou a vigorar a partir de sua nomeação era baseado na política de fortalecimento do poder Executivo e na ideia de Segurança Nacional, sendo criado o SNI (Serviço Nacional de Informação). A principal proposta de Castelo Branco era barrar o comunismo e recuperar a credibilidade internacional do País. Fonte: FRAZÃO, Dilva. *Castelo Branco, ex-presidente do Brasil*. 2012. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/castelo_branco/>. Acesso em: 12 dez. 2017.

3 MÍDIA E DISCURSO: CONSTRUÍDO A CENA DO GOLPE

Nos últimos quarenta anos, a imprensa brasileira passou por grandes transformações. Isso se deve à transição pela qual passou a política do país, sendo conduzido da democracia a um período de ditadura. A partir de 1964, os jornalistas passaram a trabalhar sob o regime autoritário da ditadura militar, que agia contra qualquer tipo de manifestação de ideias contrárias ao governo, censurando-as. Antes desse período sombrio, a imprensa brasileira floresceu de forma significativa, não só no desenvolvimento técnico, como também nas discussões políticas, difundindo ideologias dominantes, moldando os sujeitos e contribuindo para a construção de opiniões a partir do que é por ela veiculado.

A mídia impressa foi, ao lado do rádio, um dos principais meios de comunicação do século XX, período em que houve o aumento significativo da circulação de jornais e revistas. Na década de 1950, o Brasil assistiu ao lançamento de um grande número de jornais que representaram a modernização do jornalismo brasileiro. A informação, que se convencionou chamar de notícia, tornou-se um elemento central nessa conjuntura. É importante ressaltar o *status* e o valor de mercadoria que a notícia passa a ter em meio a esse contexto de desenvolvimento dos meios de comunicação de massa.

3.1 A NOTÍCIA E O PAPEL DA MÍDIA COMO DIFUSORA DE IDEOLOGIAS

O discurso jornalístico representa valiosa fonte de pesquisa para a AD, pois não reproduz somente condições histórico-sociais, antes revela marcas ideológicas em sua teia informativa que muitas vezes passam despercebidas pelo grande público. Nessa fábrica de produção de fatos, a notícia é um produto oferecido pelos jornais, o que nos faz repensar e reavaliar se seu objetivo primeiro, que seria informar, mantém-se em sua inteireza. Isso, contudo, não é uma tarefa tão simplória, como afirma Charaudeau (2015, p. 17):

Abordar as mídias para tentar analisar o discurso de informação não é tarefa fácil. É mesmo mais difícil do que abordar o discurso político. Isso porque, enquanto se admite no mundo político, de maneira geral, que o discurso aí manifestado está intimamente ligado ao poder e, por conseguinte, à manipulação, o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação.

Analisar o discurso produzido pelas mídias é muito mais complicado do que se imagina, pois, diferente do discurso político que já tem em sua essência a manipulação que visa ao poder para aqueles que dele se utilizam, o discurso midiático é travestido de imparcialidade.

É comum no discurso jornalístico a afirmação, como pressupostos, dos princípios da neutralidade, da imparcialidade e da objetividade. É o caso da notícia que, como diz a literatura especializada no gênero, não deve expor o posicionamento daquele que a produz, fazendo com que seja mantido determinado nível de impessoalidade, sendo possível dizer que ela não tem como objetivo formar nenhum posicionamento ou opinião naqueles que consomem o conteúdo difundido por ela. No entanto essa ideia levanta questionamentos, pois como seria possível àqueles que a produzem se desvencilhar dos próprios pontos de vista, ou até mesmo da ideologia presente nos órgãos que eles representam?

O fato de uma notícia, ou mesmo outros gêneros jornalísticos, como a reportagem e a entrevista, ser produzida por um sujeito ideologicamente assujeitado nos permite dizer que, de alguma forma, ela sempre trará as marcas desse assujeitamento relacionado a determinada ideologia. É a mídia que constrói identidades e molda sujeitos. Segundo Gregolin (2007, p. 16):

Na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento. É ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente.

Muito mais que informar ou noticiar fatos, a mídia contribui para a construção da própria história do presente. Sua importância é tamanha que ela formata a historicidade que nos atravessa, contribuindo para a construção das identidades e dos sujeitos.

Charaudeau (2015) observa ainda o seguinte: as mídias têm a pretensão de se definirem contra o poder e contra a manipulação, o que leva a concluir que, até nesse aparentemente louvável posicionamento, há um objetivo presente. Sobre isso, o referido autor prossegue: “o cidadão aparece como refém da mídia, tanto pela maneira que é representado, quanto pelos efeitos passionais provocados, efeitos que se acham muito distantes de qualquer objetivo à informação” (CHARAUDEAU, 2015). Fica claro, desse modo, que, ao contrário do que se prega, a notícia não tem o simples objetivo de informar, mesmo que a pretensão daqueles que estão por detrás de sua divulgação seja parecer avesso à manipulação.

Por muitas vezes, a mídia é denominada de o quarto poder pelo fato de exercer uma forte influência sobre as questões mais importantes da sociedade. Tal influência é frequentemente decisiva para que as ideologias que nelas são veiculadas sejam modeladas por aqueles que estão sob sua influência.

A identidade vai sendo tecida com base na memória que emerge em determinados momentos, sempre lembrando que, em cada emergência, ocorre a produção de um novo sentido. Tendo isso por princípio, a identidade que é construída na prática discursiva da mídia impressa resulta de uma relação sempre descontínua entre o discurso e a história, por isso a identidade não é algo definitivo e acabado (NAVARRO-BARBOSA, 2007, p. 101).

A identidade dos sujeitos não está de todo acabada, ela vai sendo construída continuamente por intermédio das práticas discursivas que são, por eles, realizadas diariamente. No seio dessas práticas, a mídia tem um papel significativo, pois ela resgata memórias, mobiliza sentidos, difunde ideologias que contribuem para o tecer da identidade dos sujeitos.

3.2 A MÍDIA E OS PRIMEIROS MOMENTOS DO GOVERNO JANGO

Depois da Segunda Guerra Mundial, os países lutavam para estabelecer suas políticas econômicas, pois essa era a maneira de garantir o próprio poderio e estabelecer a ordem em relação às demais nações. Nesse quadro geral, o cenário político era dominado pelos Estados Unidos, que lutavam pela liberdade comercial, e pela União Soviética, que era o representante principal dos ideais do comunismo, inspirado pela filosofia marxista. Em meio a isso, o Brasil vinha sofrendo influências de ambas as potências internacionais.

As elites políticas e econômicas do Brasil favoráveis ao capital econômico norte-americano acreditavam que deviam combater veementemente as ideias do presidente João Goulart. Várias foram as reformas propostas pelo presidente; muitas delas, inclusive, elaboradas no governo de Juscelino Kubitschek, sugerindo mudanças administrativas, agrárias, universitárias, urbanas e nos demais setores, visando à diminuição da desigualdade social e o estabelecimento de maior autonomia do Estado com relação às questões econômicas, como por exemplo, investimentos estrangeiros. Dessa forma, pouco tempo

depois da posse de Jango, foi criado o Instituto de Pesquisa e estudos Sociais (IPES)⁴, em 1961, e o Instituto Brasileiro de Ação democrática (IBAD)⁵, ambas as instituições firmaram relações com a Agência de Inteligência Norte Americana (CIA)⁶.

As relações estabelecidas entre os meios de comunicação e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) eram estreitas, uma vez que os mais importantes jornais, rádios e televisão nacionais tinham representantes ligados ao Instituto (IPES). A mídia jornalística que mantinha boa relação com o Instituto eram os “Diários Associados”, “Folha de S. Paulo”, “O Estado de S. Paulo” e o extinto “Jornal da Tarde”, “Diário de Notícias”, “Jornal do Brasil”, “Correio do Povo”, “O Globo”, a “Tribuna da Imprensa”, este de propriedade de Carlos Lacerda, o mais contundente militante anti-Jango.

Jornais como “Correio da Manhã”, “Jornal do Brasil”, “Última Hora”, “À noite”, “Correio Brasiliense” e “Zero Hora” foram contra o veto dos ministros militares que buscavam impedir a ascensão de Goulart à presidência. Por outro lado, o jornal “O Globo” e “O Estado de São Paulo” contrapuseram-se à posse. O jornal paulista foi inclusive a favor da convocação das Forças Armadas para impedir que a oposição chegasse ao poder.

Não somente a influência da mídia, mas as tentativas de golpe que ocorreram após a renúncia de Jânio Quadros eram geradas pelas próprias forças do movimento militar com o apoio midiático, articulando modos para impedir a posse do vice-presidente João Goulart. Contudo, após a Campanha da Legalidade liderada por Leonel Brizola, a imprensa resolve apoiar a investidura de Goulart, apesar de não confiar na sua competência administrativa e política para governar o país. Sobre os impasses relativos à posse de Jango, José Antonio Seggato comenta:

⁴ Organização de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo estruturada no decorrer de 1961 e fundada oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, com o objetivo de “defender a liberdade pessoal e da empresa, ameaçada pelo plano de socialização dormente no seio do governo João Goulart”, através de um “aperfeiçoamento de consciência cívica e democrática do povo”. Após o triunfo do movimento militar de março de 1964, de cuja preparação participou ativamente, reduziu suas atividades, desaparecendo completamente em 1972. Fonte: FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-de-pesquisas-e-estudos-sociais-ipes>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

⁵ O instituto foi fundado em maio de 1959, por Ivan Hasslocher, recebendo contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros, que, descontentes com a disparada da inflação e o estilo populista de JK [Juscelino Kubitschek], julgaram necessário organizarem-se com o objetivo de combater o comunismo no Brasil e influir nos rumos do debate econômico, político e social do país. O papel desenhado para o IBAD era a ação política. Fonte: FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-de-pesquisas-e-estudos-sociais-ipes>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

⁶ Acredita-se que a CIA contribuiu ativamente para implantação do regime militar no Brasil. Fonte: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Cultura Acadêmica*. 2014, p. 13.

Não é demais lembrar que Jango assumira a presidência numa situação extraordinária, fruto de um fato imprevisto: a renúncia intempestiva de Jânio Quadros da presidência da República em agosto de 1961, com somente sete meses no cargo. Goulart, eleito vice em chapa diversa, era o sucessor imediato. Os ministros militares das três forças, no entanto, instados por setores antidemocráticos das classes dominantes, resolveram vetar, arbitrariamente, sua posse, alegando que ele era não só um demagogo populista, mas um adversário da ordem. Isso, aliás, não era novidade; situação análoga já havia ocorrido em 1954 (tentativa de deposição e suicídio de Vargas) e 1955 (veto à posse de Juscelino Kubitschek). Goulart só assumiria depois de uma grave crise política, ameaça de guerra civil e uma grande mobilização em defesa da legalidade e, mesmo assim, por meio de uma solução de compromisso com a reforma da Constituição e o estabelecimento de um parlamentarismo de ocasião (SEGGATO, 2014, p. 44).

O curto período do governo João Goulart – setembro de 1961 a março 1964 – foi bastante intenso e cheio de desafios. Suas principais características foram: crise econômica financeira, políticas institucionais, sistema partidário, ampla mobilização política das classes populares com o movimento sindical dos operários e dos trabalhadores do campo, paralelamente a uma organização e ofensiva política dos setores militares e empresariais – a classe média também compõe essa ofensiva – constituindo, em todo esse cenário, o surgimento de uma luta ideológica de classes.

Devido ao cenário de crise política, econômica e social deixado pelos governos anteriores, João Goulart passa a defender medidas consideradas de esquerda, a fim de trazer mudanças à situação do país. Vários foram os planos de Jango para executar as reformas de base: a reforma bancária, eleitoral, educacional e agrária. Entretanto o projeto contrariava diretamente os interesses das elites brasileiras.

Os principais partidos políticos desse período conduziam os debates com relação às reformas propostas pelo Executivo. As discussões entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo dominaram os espaços dos jornais de grande circulação nacional. Diante disso, a imprensa ainda mantinha um comportamento não tão partidário.

A imprensa teve grande influência durante o governo de João Goulart (1961-1964), pois disseminava ideias radicais relacionadas ao comunismo, e, em sua maioria, as relacionava às condutas do governo. Além disso, noticiava a existência de um caos administrativo, participando da divulgação da ideia de que era imprescindível a necessidade do restabelecimento da ordem.

O alinhamento da maioria dos jornais às posições político-ideológicas dominantes, ou seja, contra o comunismo, contra as mudanças na estrutura

da sociedade, está referenciado a uma visão conservadora dos proprietários de jornais e de alguns jornalistas. Para eles a tradição e a legitimidade da autoria eram valores a serem preservados. Acusar de “comunistas” todos os que defendiam o governo, fossem socialistas, trabalhistas, nacionalistas ou até mesmo liberais, foi a tática usada pelos conservadores contrários a qualquer mudança na estrutura social (ABREU, 2006, p. 110).

As medidas assumidas por Jango provocaram incômodo às elites, uma vez que elas não aceitavam alterações na estrutura da sociedade, pois elas trariam ameaças ao poder econômico e ao domínio que vinham exercendo há muito. Desse modo, foi atribuída a função de Executivo ao Congresso, o qual era constituído, na sua maioria, por representantes da elite.

3.3 O CRUZEIRO: A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE SOCIEDADE

O Cruzeiro foi uma das revistas de maior destaque no século XX no Brasil. Seu lançamento aconteceu no ano de 1928. Mesmo antes do seu lançamento, já era conhecida entre seus leitores como “a revista dos arranha-céus”, porque na semana anterior ao lançamento foram espalhados, dos mais altos prédios do Rio de Janeiro, cerca de quatro milhões de folhetos publicitários divulgando o surgimento da revista ilustrada, um *marketing* nunca visto no país. Sua publicação atingiu todo o país, tornando-se a revista detentora da maior abrangência nacional (GAVA, 2005, p. 134), tendo uma duração de quase 50 anos de publicações semanais, motivo por que se tornou uma verdadeira referência jornalística dos anos de 1950 a 1960.

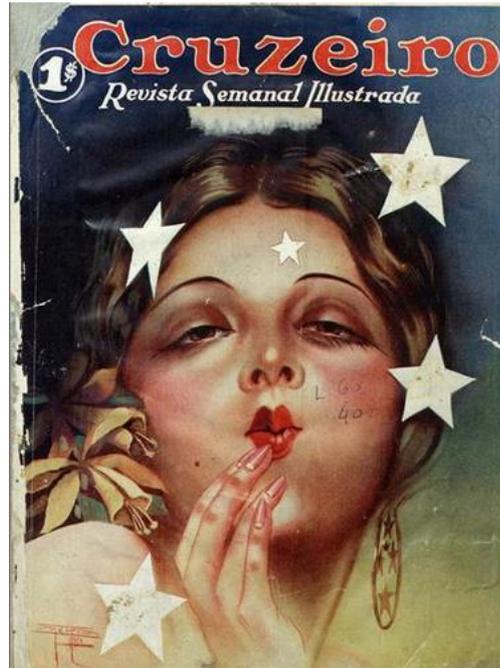
A revista foi fundada pelo jornalista português Carlos Malheiro Dias, que, devido a dificuldades financeiras, vendeu-a para Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo (1892-1968), empresário, advogado, professor universitário e jornalista. Assis Chateaubriand já tinha experiência com as comunicações, visto que já possuía alguns jornais, e a revista veio colaborar com a diversificação de seu corpo midiático, a famosa cadeia dos “Diários Associados”. Logo a revista conquistou o título de referência no mercado editorial nacional, conseguindo sustentar-se nele por décadas.

O Cruzeiro possuía uma significativa independência para definir suas pautas e procedimentos internos, contudo estava sujeita a cumprir os interesses de seu proprietário quando se referia a determinadas reportagens (GAVA, 2005, p. 134). Sendo uma revista de sucesso, logo se tornou um instrumento para que Assis Chateaubriand disseminasse visões

políticas e ideológicas. A revista era um referencial para divulgação de notícias, campanhas publicitárias e assuntos variados de importância nacional.

A primeira edição da revista foi publicada em 10 de novembro de 1928, cuja capa podemos a seguir:

Figura 1



Fonte: Hemeroteca Digital, 15 de novembro de 2017.

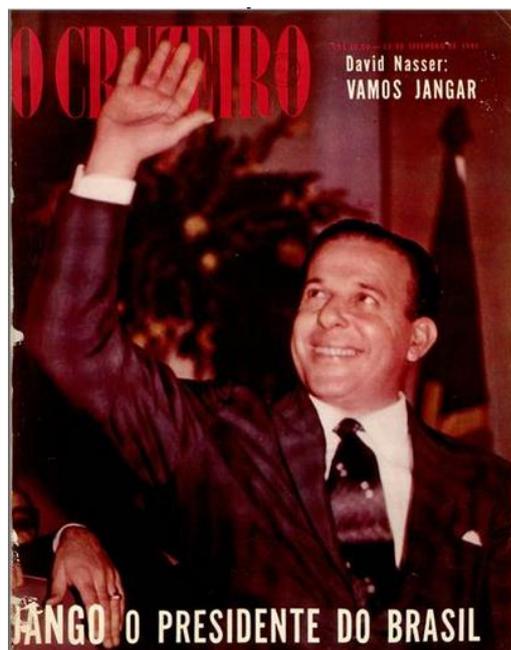
O Cruzeiro passou por diferentes momentos até que se tornou, na década de 1940, uma referência para o jornalismo brasileiro. As primeiras publicações da referida revista tinham um cunho bem diferente daquelas que vieram posteriormente: inicialmente ela continha publicações de variedades direcionadas para o público feminino, sendo destinada a reportagens sobre contos românticos, saúde, beleza e o mundo artístico (GRISOLIO, 2015, p. 15). Para cativar um determinado público feminino, seções como “Lar Doce Lar”, “De mulher para mulher”, “Páginas das mães”, “Elegância e Beleza”, “Figurinos ou Donas” abordavam temas destinados à mulher. Tratar de assuntos voltados a esse público não era o único objetivo; a revista também ajudou a construir um ideal de mulher por um longo período.

De cunho extremamente conservador, a revista divulgava o tipo ideal de mulher: submissa e que se vinculava ao universo do frívolo e supérfluo; uma mulher que cumpria as normas sociais e tinha seu papel demarcado socialmente: o lar e a condução da família (GRISOLIO, 2015, p. 15).

Contudo, em meados da década de 40, mudou-se o foco da revista, e as reportagens passaram a ter cunho bem mais político, tocando temas de interesse nacional e internacional, embora não tenha de todo perdido elementos que apresentassem o universo feminino. Nos anos de 1950, ela passou por outras melhorias, adotou diferentes formatos em sua parte gráfica, e as grandes reportagens continuavam em ritmo acelerado. A sua sede foi transferida para o bairro da Gamboa, na cidade do Rio de Janeiro, e o projeto para a nova sede foi produzido por Oscar Niemeyer.

O quesito política, como já foi mencionado, era de grande interesse da revista, a qual estava sempre cobrindo os grandes acontecimentos do país, como podemos ver na figura da capa da edição a seguir, que destacava a posse de João Goulart à presidência da República:

Figura 2



Fonte: Hemeroteca Digital, 15 de novembro de 2017.

O grande diferencial da revista se deu pelo fato de incorporar a suas reportagens o jornalismo investigativo e de incluir o modelo de fotorreportagem, como podemos ver nas imagens a seguir, as quais ilustram a histórica edição que apresenta a cobertura feita sobre a morte do ex-presidente Getúlio Vargas e a repercussão que o fato gerou em todo o Brasil. As imagens trazem inúmeras fotografias retratando manifestações e tumultos nas ruas das

principais cidades do país, com técnicas tão realistas que parecem trazer o leitor para dentro do cenário apresentado, sem dúvida um recurso bastante avançado para a época.

Figura 3



Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 11 de setembro 1954, p. 51-52, ed. 0048. Elaboração nossa.

O amplo destaque dado às fotografias tinha como objetivo romper com a ideia de que elas eram meras ilustrações dos textos aos quais estavam associadas. A fotografia passa a ser uma forma de narrar os fatos, e não mais apenas um registro. Sobre a importância do uso da técnica de fotorreportagem para a projeção da revista *O Cruzeiro* no país, considera-se:

A implantação da fotorreportagem influenciou diretamente na escalada da tiragem. A edição com a cobertura do suicídio de Getúlio Vargas (1954), por exemplo, atingiu a cifra de 720.000 exemplares, número só recentemente igualado pela revista *Veja*. Mas, levando-se em conta o crescimento da população, vê-se que o feito de *O Cruzeiro* ainda não foi superado em termos relativos. Por isso, tornou-se lugar-comum entre os analistas dizer-se que, àquela época, *O Cruzeiro* significava para o Brasil o que a TV Globo significou nos anos 80 (GAVA, 2005, p. 134).

Como podemos ver, a revista *O Cruzeiro* utilizava-se dos meios mais modernos para cobrir os principais acontecimentos do país, alcançando, dessa maneira, o maior destaque da

época. Além do mais, com recursos gráficos modernos, *O Cruzeiro* inseriu técnicas originais na elaboração do anúncio, a propaganda apresenta mensagens mais criativas, mais bem impressas e mais dinâmicas, como as que são apresentadas logo abaixo.

Figura 4



Fonte: Revista *O Cruzeiro*. Elaboração nossa.

Em 1966, a Editora Abril lançou a revista mensal *Realidade*, que seria uma forte concorrente para a revista *O Cruzeiro*, produzindo reportagens com cobertura internacional. Atingido, Assis Chateaubriand chegou a apresentar reportagens com indiretas para a concorrência. O período entre 1964 e 1977 ficou marcado pelo desaparecimento de vários órgãos de imprensa, como jornais e revistas, que foram desaparecendo devido à nova ordem econômica implantada no país com o golpe de 1964. A própria revista *O Cruzeiro* teve a sua última publicação em julho de 1975.

3.4 O CRUZEIRO E A OPOSIÇÃO AO GOVERNO GOULART

Como representante da ideologia da classe dominante, *O Cruzeiro* deu continuidade às ideias anticomunistas que se alinhavam aos interesses da burguesia, como também à ideia da necessidade de integração nacional e do desenvolvimento econômico interligado ao capital internacional. A sua relação com a política internacional e os interesses de alguns empresários nacionais filiados à revista levaram *O Cruzeiro* a contribuir para a disseminação do estilo de vida estadunidense no Brasil, seguindo um modelo de sociedade moderna e capitalista.

Forte oposição ao governo foi iniciada pela revista quando o presidente passou a defender uma posição mais de esquerda. As reformas propostas pelo governo Goulart sofreram inúmeros ataques, principalmente as que diziam respeito à reforma agrária, como veremos logo a seguir. Muitas reportagens foram elaboradas para denunciar que o próprio governo consentia na invasão indiscriminada às propriedades rurais cujos donos se negassem a acatar as solicitações do governo; outras diziam que as armas seriam enviadas aos lavradores como uma forma de auxiliar nas invasões, intensificando os conflitos, o que, de acordo com a revista, poderia fazer eclodir uma verdadeira guerra civil entre camponeses e latifundiários.

A revista trazia em suas publicações um espaço dedicado aos artigos de opinião, os quais, em sua maioria, eram direcionados ao governo de Jango e à situação política do país naquele momento. A seguir, trazemos trechos de um artigo de opinião que comenta a respeito da questão da reforma agrária, ponto alto da política de João Goulart que gerou diversas críticas, pois abalaria a estrutura latifundiária presente no Brasil desde a época da colonização.

Os exemplos colocados a seguir mostram o modo como a reforma agrária foi discursivizada nessa revista, que, como representante da elite econômica do país, levantava bandeira contrária à divisão das terras no Brasil. Discursos como esses serviram como pano de fundo para a constituição do golpe militar, com a justificativa de proteger o país das invasões comunistas, estabelecendo a ordem e a paz.

Figura 5

NÃO me parece mau êsse garotão da Supra, o João Pinheiro Netto, vendendo a sua mensagem agrária com a desenvoltura de um excelente relações-públicas de uma empresa falida. É um mômço inteligente, quem sabe um rapaz bem intencionado, e o mostruário que leva não é desprezível. Muitos dos seus argumentos são válidos e usados pelos próprios opositores das soluções radicais que êle, o elegante de Ipanema, preconiza para a tragédia agrária brasileira. Infelizmente, é certo que muita terra permanece improdutiva, nas mãos dos especuladores. Desgraçadamente, é verdade que, por êsses Brasis afora, milhares de lavradores precisam de terra — e a generosidade do Executivo, transformado em legislador, talvez lhes dê o chão para plantar. Há muita exploração, muita insensibilidade, muita falta de sentimento nos corações de velhos senhores de glebas tituladas. Mas (e aqui vejo que o jovem Pinheiro Netto é um primário ou não acredita no que diz) as medidas que êle aconselhou ao Presidente — jamais poderiam vir à luz desacompanhadas, incomplementadas de uma regulamentação que desse o mais importante ao lavrador, mais importante que a terra: os recursos para fecundá-la. A terra para o lavrador, digamos assim, é como o ventre. Seu trabalho é o desejo. Mas o crédito é o instrumento com que êle verdadeiramente a possuirá.

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 1964, pg. 4, ed. 0026.

Nessa edição de 04 de abril de 1964, o conhecido jornalista da época, David Nasser⁷ escreveu um artigo criticando a tentativa de realização de reforma agrária pelo governo de João Goulart. O texto acima, cujo título é *O menino da SUPRA*, escrito por Nasser, apresenta considerações sobre as posições do presidente da SUPRA João Pinheiro Neto⁸ e as questões referentes à desapropriação de terras improdutivas pelos grandes latifundiários e sua distribuição aos pequenos trabalhadores rurais e pequenos colonos.

David Nasser caracteriza João Pinheiro Neto, principal representante do órgão responsável por mediar a causa do homem do campo nas disputas com os grandes latifundiários, como “menino”, palavra que, nessa situação discursiva, é simbolicamente

⁷ David Nasser, além de articulista, foi, de 1943 até 1974, um dos principais editores da revista *O Cruzeiro*. Considerado por muitos como um jornalista polêmico, foi um claro opositor do governo Goulart. Fonte: ESTADÃO. *David Nasser, o repórter que inventava a notícia*. 2001. Disponível em <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,david-nasser-o-reporter-que-inventava-a-noticia,20011104p4531>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

⁸ No período em que foi instituído o regime parlamentar no governo Jango, Pinheiro Neto foi ministro do trabalho, porém, logo com o reestabelecimento do presidencialismo, ele assumiu o comando da SUPRA. Fonte: FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *João Pinheiro Neto*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao_pinheiro_netto>. Acesso em: 22 dez. 2017.

oposta à palavra “homem”, o que confere, desse modo, ao sujeito-leitor uma série de antecipações a respeito da construção da figura de Pinheiro Neto.

Ao elaborar tal construção utilizando o substantivo “menino” para fazer referência ao representante da SUPRA, podemos afirmar que o sujeito-jornalista lança mão dessa palavra para apontar a imaturidade tanto da sua gestão no órgão quanto dos argumentos de que ele dispõe para defender as necessidades de realizar as reformas de base. A palavra “menino” também indica, nesse contexto, a falta de seriedade e de capacidade do representante, colocando em xeque sua competência frente ao órgão. Essa palavra, que é utilizada para se referir à criança do sexo masculino, também traz, historicamente, outras conotações, podendo ser utilizada em outros contextos e situações referindo-se àqueles homens que, apesar da constituição física, ainda não atingiram o nível de maturidade esperado para a sua idade.

A formação ideológica (FI) a que se filia o sujeito-jornalista, no que tange à ideia de competência, marca a posição do sujeito em relação às ideias de reforma agrária de Neto. Junto à expressão “menino”, outras expressões se unem com regularidade: “moço”, “garoto”, “rapaz”, “jovem”, “primário”, indicando o funcionamento da ideologia para reforçar a falta de experiência do representante da SUPRA em relação às questões da reforma agrária.

De acordo com os dispositivos teóricos da AD, os sentidos que o uso da palavra “menino” pode gerar não existem em si mesmos: o que os determina são as posições ideológicas postas em jogo no processo sócio-histórico, de modo que seu sentido foi gerado conforme as posições ideológicas daquele que a empregou. Ou seja, de modo geral, os sentidos gerados não foram provenientes de um conceito gramatical ou de uma ideia imanente à palavra; o sentido foi construído nas posições inscritas em dada formação ideológica.

Podemos, então, verificar que essa discursivização materializada na utilização das marcas lexicais presentes no título já apontam para as posições do sujeito no texto, as quais correspondem às formações discursivas (FD) que poderão ser levantadas ao longo da construção discursiva do sujeito-jornalista.

Após essa breve análise a respeito do título do texto em questão, iremos em direção a algumas sequências discursivas que, ao longo do construto da estrutura discursiva, nos encaminham para as posições representadas pelo sujeito-jornalista que representa a revista *O Cruzeiro*.

Ao longo do texto, o sujeito-jornalista, entre uma descrição e outra da imagem de Pinheiro Neto, faz suas considerações a respeito das soluções para a reforma agrária, apesar de reconhecer a desigualdade da distribuição de terras no Brasil, como podemos ver a partir da sequência destacada: (i) *Infelizmente, é certo que muita terra permanece improdutiva, nas*

mãos dos especuladores; (ii) Desgraçadamente, é verdade que, por esses Brasis afora, milhares de lavradores precisam de terra – e a generosidade do Executivo, transformado em legislador, talvez lhes dê o chão para plantar; (iii) Há muita exploração, muita insensibilidade, muita falta de sentimento no coração dos velhos de glebas tituladas.

No seguimento (i), o sujeito-jornalista assume uma posição discursiva em que reconhece a improdutividade de muitas terras sob a posse dos latifundiários. Com o uso inicial do advérbio de modo, ou operador argumentativo “infelizmente”, podemos reconhecer a posição contrária do sujeito. Em (ii), mais uma vez vemos a utilização de outro operador argumentativo iniciando a construção do enunciado e revelando a posição do sujeito-autor. A palavra “desgraçadamente” indica a situação dos lavradores que precisam de terras para seu trabalho e sustento. Por fim, no segmento (iii), é descrito o quadro da situação do homem do campo com os latifundiários, os quais são chamados de “velhos”. Esse adjetivo, no corpo da sequência textual, contrasta com outros adjetivos como “garotão”, “moço”, “rapaz”, que são utilizados para fazer referência ao presidente da SUPRA. Ao utilizar-se dessa expressão, o sujeito-jornalista não o faz aleatoriamente, pois “no processo de enunciação, todo elemento sintático tem um contorno significativo” (ORLANDI, 1996, p. 119). O uso de tais vocábulos estabelece, simbolicamente, a oposição entre o desejo pelas mudanças, que se materializaria com a implementação das reformas, e o desejo de permanência e da não mudança.

Porém, no decorrer do artigo, o sujeito-jornalista se coloca contrário a essa divisão, conforme a sequência discursiva a seguir: *Há muita exploração, muita insensibilidade, muita falta de sentimento nos corações dos velhos senhores de glebas tituladas. Mas (e aqui vejo que o jovem Pinheiro Netto é um primário ou não acredita no que diz) as medidas que êle aconselhou jamais poderiam vir à luz desacompanhadas, incomplementadas de uma regulamentação que desse o mais importante ao lavrador, mais importante que a terra: os recursos para fecundá-la.* O uso da partícula “mas” serve para introduzir um argumento de discordância e conflito em relação ao fato de que era preciso distribuir a terra. Nesse caso, o argumento é de que não adianta distribuir a terra sem que sejam dados aos camponeses recursos para fecundá-la. A partir desse argumento, o sujeito-jornalista descaracteriza o programa de reforma agrária da SUPRA, colocando-se em posição contrária ao mesmo. A seguir, apresentamos a continuidade do artigo.

Figura 6

DIRÁ o m^oço iluminado que o resto virá depois. Que êste é o primeiro passo. Mas o primeiro passo também teria sido o projeto Milton Campos, o substitutivo Aniz Badra, que equacionam a Reforma Agrária, sem reformar a Constituição. Desapropriar terra com pagamento prévio em dinheiro é impossível — argumenta, com razão, o sinhôzinho da Supra. Mas de que maneira serão desapropriadas as terras com o histórico decreto da Supra? A dinheiro. Se a Supra usará o mesmo recurso

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 1964, pg. 4, ed. 0026.

Na sequência discursiva retirada do exemplo acima, temos o sintagma “o sinhôzinho da Supra”, do qual destacamos a expressão “sinhôzinho”. Essa expressão, que muito chama a atenção pelo seu uso nessa situação discursiva, ativa, no bojo do interdiscurso, todo um imaginário que evoca aos tempos da Casa-Grande, pois assim eram chamados os antigos senhores e proprietários de terra pelos seus escravos. Orlandi (2012) nos diz que há um longo percurso entre o interdiscurso – que, para ela, é o mesmo que memória discursiva – e o texto, ou, como podemos melhor especificar, a materialidade linguística.

Dentro de um discurso há sempre outros discursos: quando o sujeito-jornalista usa a expressão “sinhôzinho”, ele não apenas nos traz uma simples caracterização do sujeito a que ele se refere, mas aciona toda uma memória discursiva que o uso e repetição da palavra consagraram. Com essa construção discursiva, fica estabelecida uma comparação da figura de Pinheiro Neto não apenas com os antigos senhores de engenho, mas também com os latifundiários que estavam no jogo das disputas de terras, como aquele que irá impor suas ideias de reforma agrária aos latifundiários, ainda que estes não as aceitem. A expressão “sinhôzinho”, assim, dá uma ideia do autoritarismo comum aos senhores de engenho.

Figura 7

A PROPAGANDA intensa, frenética, maciça, cruel, deturpou a imagem do homem do campo ante os olhos nacionais. Existem os maus, os insensíveis, os exploradores, como noutras áreas, mas, para êsses, aí está a lei para ser cumprida. A grande, a absoluta maioria dos fazendeiros é constituída de homens bons, amigos de seus colonos, sócios de seus lavradores — numa parceria agrícola que só o açodamento do m^oço da Supra em apresentar o problema generaliza como um mau negócio. O fazendeiro entra com a terra, a aração, a gradeação, cus-

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 1964, pg. 5, ed. 0026.

Ainda sobre o texto *O menino da SUPRA*, analisaremos um último enunciado. A sequência discursiva acima traz os seguintes dizeres: *A grande, a absoluta maioria dos fazendeiros é constituída de homens bons, amigos de seus colonos, sócios de seus lavradores – numa parceria agrícola que só o açodamento do moço da Supra em apresentar o problema generaliza como um mau negócio.*

Como podemos ver ao longo das análises, o sujeito-jornalista, apesar das críticas feitas às propostas reformistas defendidas por João Pinheiro Neto, um dos integrantes da equipe de Jango e presidente do principal órgão de defensores da reforma agrária, ao mesmo tempo em que se identificava com as necessidades de mudanças nesse sentido, apontava duras críticas ao que, como é discursivizado, seriam excessos e tentativas de não cumprir a legislação, caso o governo não pagasse pela desapropriação das terras.

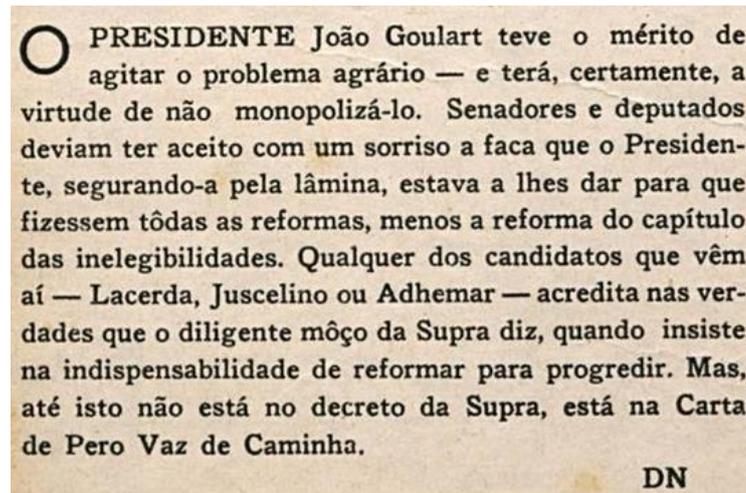
Um discurso não é somente a transmissão de informação, mas sim efeitos de sentidos e, ao longo da construção do discurso pelo sujeito-jornalista, diferentes formações discursivas (FD) são identificadas. Essas FD, muitas delas conflitantes entre si, operam para a produção de sentidos. Ao reconhecer que há uma distribuição de terras a ser feita, o sujeito-jornalista traz em seu discurso saberes da FD dos camponeses e comunistas, mas, ao passo que se coloca contra ela, traz elementos da FD dos latifundiários.

Na sequência discursiva que se encontra no trecho da figura de número 5, encontramos: *A grande, a absoluta maioria dos fazendeiros é constituída de homens bons, amigos de seus colonos, sócios de seus lavradores – numa parceria agrícola que só o açodamento do moço da Supra em apresentar o problema generaliza como um mau negócio.* Há uma representação dos proprietários de terra que se opõe à que foi apresentada na sequência retirada da figura de número 3: *Há muita exploração, muita insensibilidade, muita falta de sentimento no coração dos velhos de glebas tituladas*; nesta, “os velhos”, como são chamados os latifundiários, são descritos como insensíveis exploradores; naquela, apresenta-se outra visão, totalmente desidentificada. Assim, os grandes fazendeiros, dentro da FD que define que é natural ter proprietários de terra e não proprietários, os latifundiários são chamados de “homens bons”, em sua grande maioria, “amigos” dos lavradores e trabalhadores do campo, que vivem numa “parceria”, rompendo desse modo com os dizeres anteriores.

Notamos que o discurso do sujeito-jornalista é constituído por diferentes formações discursivas, que podemos chamar de FD1 e FD2. A FD1 orienta o seu dizer para uma necessidade da implementação das reformas, ainda que deva ser revista devido aos seus

excessos, e confirma a exploração do homem do campo. A FD2 já orienta outros dizeres. Essa traz os latifundiários como homens bons, cuja parceria com os homens do campo só poderia ser prejudicada pela precipitação exigida pelo presidente da SUPRA.

Figura 8



Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 1964, pg. 5, ed. 0026.

O artigo é finalizado com dizeres que indicam que as propostas referentes à questão agrária do país foi uma espécie de agitação promovida por João Goulart para que outros a seu encargo assumissem e a levassem adiante. Essa breve análise realizada a partir do artigo de opinião de David Nasser foi uma demonstração dos discursos encontrados nos textos jornalísticos que a revista *O Cruzeiro* produziu, a fim de expressar seu posicionamento com relação ao governo do presidente João Goulart.

4 MATERIAIS E MÉTODOS: A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Sabe-se que os meios de comunicação exercem forte influência sobre a opinião pública no Brasil, como tem sido patente ao longo de muito tempo. Essa influência não se restringe à profusão de costumes, hábitos do dia a dia, ou à simples difusão de tendências da moda. A mídia, de um modo geral, influencia, também de forma significativa, os assuntos políticos, levantando discussões, debates e até mesmo, de forma estratégica, moldando as ideologias que mais a interessam para atender a seus objetivos.

Como temos visto ao longo deste trabalho, a mídia, por meio das comunicações, não se mostrava indiferente aos acontecimentos da cena política do país, e, naquele período histórico, nos momentos que antecederam a concretização do golpe militar, inúmeros órgãos da imprensa defendiam a destituição do governo Jango por meio de uma intervenção militar com a finalidade de impedir que alterações substanciais ocorressem no país.

Dentre esses meios de comunicação, encontrava-se a revista *O Cruzeiro*, com o seu poder de comunicação, opinando e posicionando-se sobre os fatos mais importantes do país. Desse modo, é de grande relevância compreender como a referida revista – que possuía projeção nacional, sendo a principal revista semanal ilustrada brasileira da primeira metade do século XX e que deixou de circular em junho de 1975 – discursivizava as questões referentes ao governo do presidente da República João Goulart. Para isso, selecionamos textos verbais e imagéticos provenientes de reportagens que tratavam sobre o período que antecedeu a tomada de poder pelos militares, buscando observar as regularidades, repetições e já-ditos que constituíam os sentidos sobre o fato histórico anteriormente mencionado, o qual se tornou também, a partir do viés da revista ora pesquisada, um fato discursivo.

4.1 DISPOSITIVOS DE ANÁLISE

A metodologia empregada para as análises dos dados coletados na revista *O Cruzeiro* se dará segundo as propostas teóricas da Análise de Discurso de Linha Francesa (AD). É importante ressaltar que, para AD, a pesquisa não deve ser realizada de forma exaustiva, ou quantitativamente. Orlandi (2012) bem explica o porquê desse *modus operandi* em AD:

Não se objetiva, nessa forma de análise, a exaustividade que chamamos de horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou a exaustividade em relação ao objeto empírico. Ele é inesgotável. Isto porque, por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar dados diferentes (ORLANDI, 2012, p. 62).

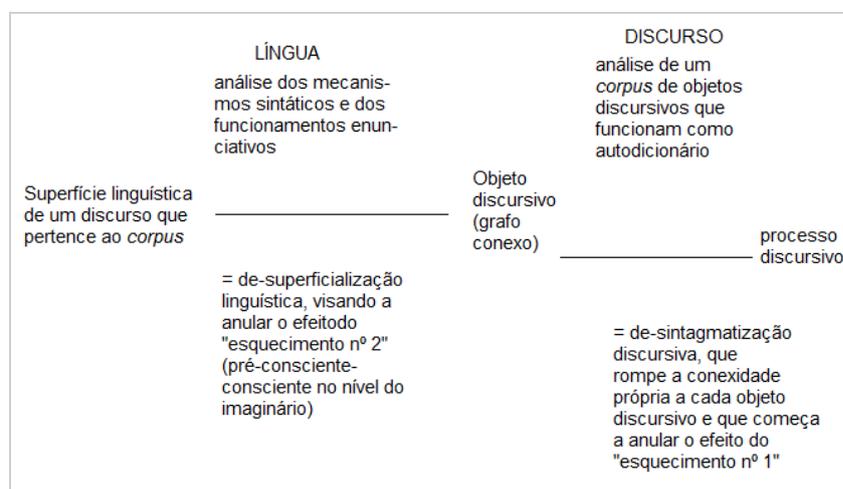
Desse modo, o que importa não é a quantidade de objetos, mas o modo como são analisados e interpretados pelo analista, mantendo sempre de forma clara a relação dele com a temática que o compreende. É necessário que o analista lance um olhar profundo sobre o dado em análise, pois ele não tem mero efeito ilustrativo, ele “trata de ‘fatos’ da linguagem como sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguística discursiva”. (ORLANDI, 2012, p. 63).

Outro ponto importante a ser considerado pelo analista é a relação que a construção do *corpus* possui com a análise, devendo se levar em conta os princípios teóricos da AD com os critérios utilizados para a montagem do *corpus*. Assim, devem ser feitas montagens discursivas para que se chegue à compreensão do objeto.

Com base nesses princípios, montamos as sequências discursivas, para a análise, a partir de categorias temáticas que mais se repetiam nas revistas *O Cruzeiro* com relação ao governo Goulart.

Assim, como propõe a AD, faremos uma passagem da superfície linguística, ou seja, do material bruto, para o objeto discursivo. Para melhor compreender esse processo trazemos, a seguir, o esquema que representa e explica esse proceder em AD:

Figura 9



Fonte: (PÊCHEUX, 1993, p. 181).

Como mostra o esquema, no processo de análise do dado, o analista parte primeiro da superfície linguística, ou de um material linguístico, como o enunciado, por exemplo. Assim faremos em nosso trabalho. Partiremos de um material linguístico e, a partir “daquilo que se mostra em sua sintaxe e enquanto processo de enunciação” (ORLANDI, 2012, p. 65), buscaremos compreender os vestígios das formações ideológicas deixadas na trama do discurso. Retornaremos, ademais, às condições de produção do período referente à publicação das revistas, para compreender os acontecimentos históricos que cercam o material analisado. Além disso, faremos uso de outras categorias disponibilizadas pela AD pecheutiana, conforme descritas anteriormente, tais como: o discurso, as formações discursivas e ideológicas, as formações imaginárias e o interdiscurso, a fim de destrinchar as sequências discursivas selecionadas.

4.2 A CONSTRUÇÃO DO *CORPUS*

Para a realização da pesquisa, que é de cunho bibliográfico, serão utilizados oito exemplares da revista semanal *O Cruzeiro*, do período de março a abril de 1964. A revista obteve grande circulação nacional entre as décadas de 1950 e 1960, e pode ser considerada a revista mais influente desse período, sendo uma produção voltada para um público da classe média brasileira.

Os exemplares da revista *O Cruzeiro* utilizados nesta pesquisa se encontram disponibilizados na forma digitalizada no portal de periódicos denominado Hemeroteca Digital Brasileira. Essa é uma plataforma digital cedida pela Fundação Biblioteca Nacional para consultas gratuitas. Na Hemeroteca Digital é possível encontrar uma série de periódicos nacionais que não se encontram mais em circulação, com exemplares de jornais na forma digital datados do século XIX.

Inicialmente, a revista tinha suas publicações voltadas para o público feminino. Ao longo dos anos, com as inúmeras transformações, avanços tecnológicos na produção de suas matérias e reportagens, *O Cruzeiro* começou a dar maior ênfase aos assuntos políticos que tinham relevância no Brasil e no Mundo, embora ainda mantivesse em suas páginas temas dedicados às leitoras. A revista era dividida em oito seções, dentro das quais diferentes assuntos eram trabalhados pelo corpo editorial, como é possível ver a partir do recorte do sumário a seguir:

Figura 10

SUMÁRIO	
Ano XXXVI - N.º 29	
REPORTAGENS	
A retirada de Jango	10
Dutra: "Minha vida não me pertence"	36
Ação do IV Exército contra Arroas	42
Os frutos do ódio	56
Entrevista com Tolstoi	72
Forte de Copacabana não foi tomado	84
A queda da Segunda República de Piratini	90
Governadores indicam Castello	116
Castello Branco, estrategista da Revolução	120
Chineses são prisioneiros	124
Assis Brasil: "Eu cumpria ordens"	128
EM CÔRES	
Diego Rivera	24
Magali Noel, uma francesa na Itália	32
Polinésia da Ilha Grande	62
Jadrell Bank escuta o Universo	78
Bolicho também é nosso	108
PARA A MULHER	
Modas	101
PARA AS JOVENS	
Garôtas	52
ARTIGOS	
David Nasser	6
Theophilo de Andrade	8
Mário de Moraes	54
Gilberto Freyre	76
Austregésilo de Athayde	88
Rachel de Queiroz	130
POLÍTICA	
Magalhães dispara na sucessão	40
HUMOR	
Carlos Estêvão	20
O Amigo da Orça	106
E MAIS	
O Impossível Acontece	22
Heureco	60
Escreve o Leitor	71
Teatro	98
Cochichos	115

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 25 de abril de 1964.

Selecionamos para a constituição do *corpus*, como já especificamos, oito edições da revista *O Cruzeiro*, que datam do período de 14 de março a 25 de abril, pois nelas o discurso a favor do golpe intensifica-se. No quadro a seguir, descrevemos as edições utilizadas.

Quadro 2: Lista das Revistas analisadas

Revistas	Edição/Ano de Publicação
1. Revista <i>O Cruzeiro</i>	Nº 0023 / 14 de março de 1964
2. Revista <i>O Cruzeiro</i>	Nº 0024 / 21 de março de 1964
3. Revista <i>O Cruzeiro</i>	Nº 0025 / 28 de março de 1964
4. Revista <i>O Cruzeiro</i>	Nº 0026 / 04 de abril de 1964
5. Revista <i>O Cruzeiro</i>	Nº 000 / 10 de abril de 1964
6. Revista <i>O Cruzeiro</i>	Nº 0027 / 11 de abril de 1964
7. Revista <i>O Cruzeiro</i>	Nº 0028 / 18 de abril de 1964
8. Revista <i>O Cruzeiro</i>	Nº 0029 / 25 de abril de 1964

Fonte: Elaboração nossa.

Para o desenvolvimento da pesquisa, distribuimos os enunciados que discursivizavam o golpe – os quais foram retirados de textos da revista (reportagens, artigos de opinião,

notícias, dos quais, grande parte estava presente na seção sobre política) – em três categorias de análise, como se vê na seguinte tabela:

Quadro 3: Categorias de análise.

1	2	3
<ul style="list-style-type: none"> • O golpe para assegurar a democracia. 	<ul style="list-style-type: none"> • O golpe para combater a ameaça comunista. 	<ul style="list-style-type: none"> • O golpe para salvar o Brasil do caos político e econômico.

Fonte: Elaboração nossa.

Com relação às duas primeiras categorias, é importante ressaltar que a segunda é uma extensão da primeira, pois, em muitos discursos presentes nas revistas, como veremos, a veiculação da ideia de que o comunismo estaria se expandindo no Brasil estava ligada à tentativa de implantação de um regime ditatorial no país e, conseqüentemente, à queda do regime democrático. Ainda assim, optamos por separá-las por haver seqüências discursivas que enfocam, por exemplo, apenas o caráter doutrinador e criminoso que é atribuído à ideologia comunista.

As seqüências discursivas analisadas foram colocadas dentro de uma dessas categorias, com base na regularidade e na repetição de sentidos sobre a tomada de poder pelos militares. Assim, dentro de cada categoria foram colocados os seguintes enunciados:

Quadro 4: Sequências discursivas – Revista *O Cruzeiro*

Lista de seqüências discursivas sobre a defesa da intervenção militar no Brasil – Revista <i>O Cruzeiro</i>
LISTAGEM DE CATEGORIAS:
1. O GOLPE PARA ASSEGURAR A DEMOCRACIA:
1- O potro esquerdista era muito forte para suas rédeas – e disparou ameaçando a normal evolução democrática brasileira. p. 137, Nº 0025.
2- Consideraram os chefes da revolta que, transigir mais com a posição ostensiva do Sr, Goulart, seria decretar a morte da democracia. p. 8, Nº 000.
3- A verdade é que, a partir do momento em que consolidou sua liderança esquerdista, o Senhor João Goulart foi radicalizando sua posição política e

arrastou suas teses para os quartéis. p. 11, Nº 000.
4- As lideranças políticas, inclusive as mais próximas do Presidente Goulart, passaram a desconfiar das intenções continuístas do chefe trabalhista. p. 10, Nº 000.
5- [...] ou desarticulária o dispositivo de esquerda que passara a comandar, ou os generais teriam que tomar posição para defender a integridade do regime democrático que juraram defender. p. 11, Nº 000.
6- A eficiente articulação empreendida, que garantiu a adesão de elementos decisivos, e a rapidez e ação foram preciosos para a fulminante vitória das forças democráticas. p. 13, Nº 000.
7- O Brasil ganhou uma luta democrática e cristã contra grupos que tramavam para liquidar a democracia e a consciência do povo. p. 63, Nº 000.
8- O EXÉRCITO, de cujo bojo saíram tantos patriotas ilustres, representa o que demais democrático o Brasil possui. p. 5, Nº 0027.
9- O general Castello Branco, escolhido pelos comandos revolucionários civil e militar e governadores que participaram da revolução, para ocupar a Presidência da República, em substituição ao Presidente deposto, produziu de improviso um discurso equilibrado, no qual expôs os objetivos do movimento democrático e conclamou o povo a continuar a luta, até que completasse o expurgo dos comunistas do governo. p. 121, Nº 0029.
10- Êste soldado tem o apoio dos comandos militar e civil para exercer as altas funções de Presidente da República e restituir ao Brasil a tão esperada normalização democrática. p. 121, Nº 0029.
2. O GOLPE PARA COMBATER A AMEAÇA COMUNISTA:
1- O governador reaproximou-se do Sr. Carlos Lacerda, ao qual o vincula o comum desejo de lutar contra o avanço esquerdista, ou, mais especificamente, comunista, que, no entender de ambos, estaria sendo promovido sob a inspiração do próprio Govêrno federal. p. 94, Nº 0023.
2- Só a assistência militar (e talvez nem essa) poderá impedir que todos aqueles países venham a cair em mãos de governos títeres de Pequim. p. 98, Nº 0023.
3- Uma razzia de sangue, vermelha como eles, atravessaria o Brasil de ponta a ponta, liquidando os últimos soldados da democracia, os últimos paisanos da liberdade. p.4, Nº 000.
4- Não é porque eram criminosos que em criminosos vamos nos transformar. Não é porque representavam o totalitarismo, a radicalização, o que de mais vergonhoso, mais sórdido, mais brutal e mais brasileiro pudesse existir no Brasil que devemos nós, os democratas, pedir-lhes as armas e as usar com a mesma ausência de liberdade democrática. O que nos diferencia deles é justamente isso. O mesmo que diferencia a carniça que eles são do abustre que não somos. p. 4, Nº 000.
5- Baixou então, o pano sôbre a primeira grande tentativa de lançar-se no campo de luta da conquista do Poder as chamadas forças populares, representadas pelos sindicalistas e subalternos militares, numa reedição da grande revolução de outubro, na Rússia. p. 56, Nº 000.
6- Todos nós, democratas, devemos considerar as Forças Armadas como a base de uma Santa Aliança contra a invasão comunista no Brasil. p. 7, Nº 0029.
7- Não importa que êste ou aquele general, êste ou aquele coronel, pareçam engajados na mesma aventura de destruição da denacionalidade. p. 7, Nº 0029.
8- Na hora absoluta da decisão, êles, os militares, não estarão defendendo apenas

<p>as propriedades rurais e urbanas, as liberdades públicas, os alicerces democráticos da Pátria: êles, os militares, estarão defendendo, contra o comunismo, que não é mais uma utopia, mas uma realidade brutal – as suas carreiras, pois sabem que, vencidos, serão trocados por mílicas operárias, como na terra de Fidel. p. 7, Nº 0029.</p>
<p>9- No dia da chegada do ex-presidente Goulart a Pôrto Alegre, com crianças à frente, pedia armas e reformas. Outras faixas diziam que havia chiegado a hora da revolução. Que não houve. p. 91, Nº 0029.</p>
<p>10-Rápida, eficiente e decisiva foi a ação militar do IV Exército comandado pelo Gen. Justino Alves Bastos, neutralizando em poucas horas a região considerada barril de pólvora do movimento comunista no Brasil. p. 50, Nº 0029.</p>
<p>11-A homenagem da mulher brasileira resultou, sem dúvida, numa consagração popular a um dos chefes da revolução, deixando a marca da necessidade da descomunização de todos os organismos democráticos, civis e militares. p. 121, Nº 0029.</p>
<p style="text-align: center;">3. O GOLPE PARA SALVAR O BRASIL DO CAOS POLÍTICO E ECONÔMICO:</p>
<p>1- A crise pode até ser sido criada artificialmente – e o foi –, mas não pode ser mais negada ou ignorada. p. 88, Nº 0023.</p>
<p>2- [...] na realidade, o PSD não será um pacífico campo pelo qual transitará uma proposição dessa natureza, tão explosiva neste momento a UDN denuncia os prenúncios de uma “guerra revolucionária” e recolhe do pessedismo reflexos positivos à sua realidade. p. 96, Nº 0023.</p>
<p>3- Nas hipóteses configuradas, imagina-se então a de um convulsionamento de ordem nacional, pelo menos cem focos de invasão, representando um quadro de “comoção intestinal”. p. 46, Nº 0024.</p>
<p>4- Pra onde se marcharia então? – perguntam todos. p. 46, Nº 0024.</p>
<p>5- O exército em primeiro lugar, pelas informações dadas, traçou uma linha: [...] manutenção a qualquer custo da legalidade. p. 46, Nº 0024.</p>
<p>6- A inflação se agrava, desmoronavam-se os planos administrativos do governo. p. 8, Nº 000.</p>
<p>7- [...] e os chefes militares viram-se na contingência – cruel para êles – de sacrificar o mandato do Chefe da Nação para evitar a desagregação das forças armadas, a tomada do poder pelo esquema esquerdista radical e, quem sabe, a guerra civil do país. p.10, Nº 000.</p>
<p>8- Encerrava-se um perigoso e explosivo ciclo da política brasileira. p. 56, Nº 000.</p>
<p>9- Contra a legalidade da manutenção do Presidente da República argüiia-se a suspeita, para alguns certeza, do seu propósito de subverter o Regime, a começar pela destruição da disciplina e da hierarquia militares. p. 56, Nº 000.</p>
<p>10-O Exército democrático brasileiro, lado a lado com o povo, evitou uma guerra civil, não cometeu violências e ganhou a batalha. p. 63, Nº 000.</p>
<p>11-Cessem as violências. Vamos restabelecer a ordem. p. 63, Nº 000.</p>
<p>12-O presidente João Goulart, por uns acusado, por outros apontado como consciente dessa orientação, se encontra de qualquer forma, naquela encruzilhada que todos concordam se situar êle nesse momento delicado da vida brasileira. p. 86, Nº 0027.</p>
<p>13-Tudo depende, entendem todos, da maneira como se comportarão as Fôrças Armadas no justo minuto do inevitável choque dessas forças que se defrontam</p>

dentro e fora do campo político. p. 86, Nº 0027.
14- O episódio da insubordinação de marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos derramou um processo crítico da política brasileira que, êste sim, parece irreversível e, tudo indica, se encaminhará pelo indesejável, seja qual fôr a direção que êle tomar. p. 119, Nº 0028.
15- Caracteriza-se, claramente, a infiltração de agentes da subversão na estrutura das Fôrças Armadas. O perigo que isto representa para as instituições e para o Brasil não pode ser subestimado. p. 120, Nº 0028.
16- General Humberto Castello Branco, um dos generais da vitória, surge agora como nome apto a consolidar a paz. p. 20, Nº 0029.
17- Para se entender essa ação militar tem-se de aludir à participação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, cuja oficialidade, com o agravamento da crise, começou a se inquietar com os rumos tomados pelo Presidente da República de franca hostilidade à ordem legal e atentatórios à hierarquia e disciplina das Fôrças Armadas. p. 85, Nº 0029.

Fonte: Elaboração nossa.

Após a escolha do *corpus*, a partir do qual notamos a forte recorrência das categorias temáticas descritas acima, demos continuidade ao processo de análise baseado nos pressupostos da AD. Entretanto, como se trata de um trabalho de cunho qualitativo e não quantitativo, trabalhamos somente com algumas sequências discursivas do *corpus*, levantadas dentre as categorias temáticas apontadas. Então, distribuímos, no quadro a seguir, as sequências discursivas analisadas:

Quadro 5: Sequências discursivas e categorias de análise – Revista *O Cruzeiro*

SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS ANALISADAS
CATEGORIAS – ENUNCIADOS (REVISTA <i>O CRUZEIRO</i>)
1. O GOLPE PARA ASSEGURAR A DEMOCRACIA:
1- A verdade é que, a partir do momento em que consolidou sua liderança esquerdista, o Senhor João Goulart foi radicalizando sua posição política e arrastou suas teses para os quartéis. p. 11, Nº 000.
2- O general Castello Branco, escolhido pelos comandos revolucionários civil e militar e governadores que participaram da revolução, para ocupar a Presidência da República, em substituição ao Presidente deposto, produziu de improviso um discurso equilibrado, no qual expôs os objetivos do movimento democrático e conclamou o povo a continuar a luta, até que completasse o expurgo dos comunistas do governo. p.121, Nº 0029.
2. O GOLPE PARA COMBATER A AMEAÇA COMUNISTA:
1- Todos nós, democratas, devemos considerar as Forças Armadas como a base de uma Santa Aliança contra a invasão comunista no Brasil. p. 7, Nº 0029.
2- Não importa que êste ou aquêle general, êste ou aquêle coronel, pareçam

engajados na mesma aventura de destruição da denacionalidade. p. 7, N° 0029.
3- Na hora absoluta da decisão, êles, os militares, não estarão defendendo apenas as propriedades rurais e urbanas, as liberdades públicas, os alicerces democráticos da Pátria: êles, os militares, estarão defendendo, contra o comunismo, que não é mais uma utopia, mas uma realidade brutal – as suas carreiras, pois sabem que, vencidos, serão trocados por mílicas operárias, como na terra de Fidel. p. 7, N° 0029.
4- Não é porque eram criminosos que em criminosos vamos nos transformar. Não é porque representavam o totalitarismo, a radicalização, o que de mais vergonhoso, mais sórdido, mais brutal e mais brasileiro pudesse existir no Brasil que devemos nós, os democratas, pedir-lhes as armas e as usar com a mesma ausência de liberdade democrática. O que nos diferencia deles é justamente isso. O mesmo que diferencia a carniça que êles são do abustre que não somos. p. 4, N° 000.
5- No dia da chegada do ex-presidente Goulart a Pôrto Alegre, com crianças à frente, pedia armas e reformas. Outras faixas diziam que havia chiegado a hora da revolução. Que não houve. p. 91, N° 0029.
3. O GOLPE PARA SALVAR O BRASIL DO CAOS POLÍTICO E ECONÔMICO:
1- Pra onde se marcharia então? – perguntam todos. p. 46, N° 0024.
2- O exército em primeiro lugar, pelas informações dadas, traçou uma linha: [...] manutenção a qualquer custo da legalidade. p. 46, N° 0024.
3- O presidente João Goulart, por uns acusado, por outros apontado como consciente dessa orientação, se encontra de qualquer forma, naquela encruzilhada que todos concordam se situar êle nesse momento delicado da vida brasileira. p. 86, N° 0027.
4- Tudo depende, entendem todos, da maneira como se comportarão as Fôrças Armadas no justo minuto do inevitável choque dessas forças que se defrontam dentro e fora do campo político. p. 86, N° 0027.
5- General Humberto Castello Branco, um dos generais da vitória, surge agora como nome apto a consolidar a paz. p. 20, N° 0029.

5 OS CAMINHOS DA REVOLUÇÃO

Falar sobre o golpe militar que instituiu o regime da ditadura no Brasil – regime que perdurou por pouco mais de vinte anos, restringindo a participação do povo na política e reprimindo com violência aqueles que se opunham a esse sistema – não constitui tarefa das mais simplórias. Compreender o cenário político, econômico e social no qual foi desencadeado esse evento nos exigiu diversas leituras, a fim de alcançar a dimensão de todo o processo em questão. Mais complexo ainda foi associar essa tarefa de investigação histórica aos discursos que faziam apologia ao golpe produzidos por meios de comunicação, em particular pela revista *O Cruzeiro*, e identificar, em suas publicações, posicionamentos ideológicos favoráveis à destituição do presidente João Goulart. Afinal, como afirma a própria *Análise de Discurso de Linha Francesa*, a linguagem não é transparente, e foi sobre essa não transparência, essa opacidade da linguagem que tivemos de nos debruçar, saindo da aparente obviedade para entender o funcionamento dos processos discursivos manifestos nesse veículo de comunicação.

Realizamos, ao longo deste trabalho, um pequeno trajeto a partir do qual buscamos discutir os dispositivos teóricos utilizados para desenvolver esta pesquisa. Sumarizamos um percurso histórico para dar-lhe a sustentação necessária, além de elaborarmos algumas considerações sobre as relações entre mídia e discurso. A partir de agora, iremos nos debruçar sobre os dados colhidos na revista *O Cruzeiro*, reconhecendo as categorias levantadas a respeito do discurso em defesa do golpe militar: (i) O golpe para assegurar a democracia; (ii) O golpe para combater a ameaça comunista; (iii) O golpe para salvar o Brasil do caos político e econômico. As duas primeiras categorias estabelecem uma forte relação entre si, visto que se via na implantação de um Estado comunista uma forma de extinguir os ideais democráticos da nação brasileira.

5.1 O GOLPE: ASSEGURANDO A DEMOCRACIA

Dentre os inúmeros discursos em defesa da tese golpista que podem ser identificados nas produções da revista *O Cruzeiro*, temos o que defende o golpe como uma forma de manter a estabilidade do regime democrático na nação brasileira. As publicações da revista, que incluíam reportagens, artigos de opinião e notícias, nos momentos finais, começam a reproduzir de forma mais intensa o discurso de que o presidente da República passara a ser

uma ameaça ao regime vigente, devido às suas declarações consideradas radicais, às suas supostas pretensões de continuar no poder e ao seu posicionamento cada vez mais ligado ao comunismo. Para discutir essa categoria temática, serviremo-nos de dois exemplos extraídos de duas diferentes edições da revista do ano de 1964.

O primeiro exemplo a ser analisado foi selecionado de uma edição extra da revista, datada de 10 de abril de 1964, a qual foi intitulada de “Edição Histórica da Revolução”, pois nela os jornalistas se encarregaram de relatar os principais acontecimentos referentes à derrubada de João Goulart da presidência da República. Essa edição continha uma série de reportagens que descreviam em sequência cronológica todos os fatos que se desenrolavam durante aquele momento histórico, como se pode ver, a seguir, pelo sumário daquela edição:

Figura 11

SUMÁRIO 10 / ABRIL / 64	
A REVOLUÇÃO PELA ORDEM	
O começo do fim	6
Por que Jango caiu	10
Minas em guerra	12
Minas hora a hora	16
São Paulo fica de pé	18
São Paulo hora a hora	26
A batalha da Guanabara	28
O carnaval da vitória	34
Guanabara hora a hora	36
Os quarenta do Forte	38
Front de São Paulo	46
Rumo à Guanabara	48
Front de Minas	50
A crise vista de Brasília	56
ARTIGO.	
David Nasser	4
E MAIS	
Entrevistas dos líderes	44
A marcha da fé	58
Cochichos	63

“O CRUZEIRO” - EXTRA, 10-4-1964

NA CAPA: O Governador Magalhães Pinto, logo após a vitória da rebelião que comandou contra a comunização do País, é beijado por sua nora, D. Terezinha de Magalhães Pinto, esposa do Sr. Eduardo Magalhães Pinto. O País entrava num período de ordem. (Foto de José Nicolau)

Fonte: Revista O Cruzeiro, 10 de abril de 1964, pg.3, ed. 000.

Dentre as 13 reportagens que relatam o processo do golpe, extraímos dessa edição, para análise, um exemplo da reportagem denominada *Por que Jango caiu*. A reportagem, que foi escrita pelo sujeito-jornalista Adirson de Barros, narra todo o processo percorrido pelo presidente João Goulart durante o período em que esteve no governo, da posse à presidência, após Jânio Quadros ter renunciado, até a sua queda.

A reportagem mostra ao leitor os motivos que suscitaram a queda de Jango. Dentre esses motivos estão a radicalização da posição do presidente com relação aos ideais esquerdistas, como também as demonstrações de suas intenções de permanecer no poder, mesmo estando iminente o período das eleições para a presidência, o que, conforme a revista, era na verdade a tentativa de um golpe de Estado, já articulado desde o período parlamentarista. Essa estratégia elaborada pelo presidente, de acordo com a publicação, era

uma ameaça aos princípios democráticos do país, por isso, em contrapartida, forças contrárias estavam se articulando para impedir que as intenções de João Goulart se concretizassem.

Abaixo, temos um trecho da reportagem *Por que Jango caiu*, a partir da qual iremos analisar a seguinte sequência discursiva: *A verdade é que, a partir do momento em que consolidou sua liderança esquerdista, o Senhor João Goulart foi radicalizando sua posição política e arrastou suas teses para os quartéis.*

Figura 12

A verdade é que, a partir do momento em que consolidou sua liderança esquerdista, o Senhor João Goulart foi radicalizando sua posição política e arrastou suas teses para os quartéis. Do outro lado, as forças oposicionistas passaram da tática política para a estratégia militar. Construiu-se, rapidamente, um poderoso dispositivo militar inicialmente defensivo, para evitar que o CGT, a UNE, a Frente Parlamentar Nacionalista, os comandos do Deputado Brizola, o Governador Miguel Arraes — o esquema da esquerda radical — pudessem dar solução prática às teses revolucionárias que defendiam.

Fonte: Revista O Cruzeiro, 10 de abril de 1964, pg.3, ed. 000.

Em outros trechos da mesma reportagem, é possível ver a repetição de sequências como essa, que apontam para uma radicalização nas estratégias políticas do presidente Jango. A sequência em destaque nos mostra um sujeito-jornalista interpelado por uma formação discursiva que permite dizeres a respeito das posições e estratégias políticas do presidente Jango, as quais, como dito, encaminhavam-se para um golpe de Estado cujos ideais eram de base comunista.

Logo de início, o uso da expressão “a verdade é que”, dá o tom afirmativo para o que será dito posteriormente. É uma afirmação que não pode ser refutada, uma vez que o enunciador já a apresenta, de antemão, como verdadeira. Como discurso que é, esse dizer é atravessado por outros dizeres que o antecedem. Ao falar da consolidação da posição esquerdista na liderança do presidente com o uso dos termos “consolidou” e “liderança esquerdista”, o sujeito-jornalista traz, no interior dessa sequência discursiva, as ideias associadas a dizeres anteriores e que estão inscritos na história, como, por exemplo, aqueles que dizem sobre líderes de esquerda serem uma ameaça ao país. Isso é fundamentado nos

ideais de liberdade, uma vez que o pensamento de esquerda seria responsável, como era disseminado, pela queda da democracia de muitos países que eram governados por líderes de filosofia comunista, como era o caso de Cuba, que se desvencilhara das forças capitalistas dos EUA. De modo geral, a mídia tomava acontecimentos históricos que sucederam em outros países para perpetuar dizeres que tomavam os partidários da esquerda como criminosos, apátridas e déspotas.

A ideologia é constitutiva do discurso, visto que não existe discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia e, como já mencionamos aqui, é a ideologia que interpela o indivíduo em sujeito; e é a formação discursiva que age regulando o que ele deve e o que ele não deve dizer. O funcionamento da ideologia, no exemplo em questão, fornece as evidências para que o sujeito produza sentidos sobre socialismo, comunismo e esquerdismo, atribuindo a essas expressões sentidos antidemocráticos. Ou seja, esse discurso indica o funcionamento da ideologia que afirma que modelos não democráticos são elementos centrais nos governos de esquerda, ficando isso ainda mais ressaltado pelo uso do verbo no gerúndio “radicalizando”. Ações radicais estão historicamente associadas aos ideais da esquerda e aos seus movimentos, que são vistos como atos repletos de intolerância e violência contra seus opositores. Desse modo, o uso da referida expressão retoma partes do interdiscurso que constituem e discursivizam o que é ser de esquerda.

Quando, no mesmo trecho, é dito que o Senhor Jango “arrastou sua tese para os quartéis”, vemos que, nesse processo discursivo, o sujeito-jornalista apresenta antecipadamente representações imaginárias a respeito do presidente e de suas ações, exprimindo a ideia de que o próprio João Goulart estaria engendrando uma tomada de poder com o auxílio dos militares. A radicalização apontada pelo jornalista seria a justificativa plausível para que se suspeitasse dessa provável tomada de poder por intermédio dos militares. Desse modo, na sequência discursiva aí analisada, é como se o próprio João Goulart fosse responsável, ainda que indiretamente, por um possível golpe militar, devido a seus ideais de esquerda e suas articulações com o exército. Tais representações ou formações imaginárias resultam de processos históricos anteriores, visto que, em outros países, líderes políticos encontravam no exército o apoio e a força para instituir seus governos ditatoriais. Isso confirma a afirmação de Pêcheux (1997), quando diz que a percepção é sempre atravessada pelo “já dito” e pelo “já ouvido”, o que constitui a substância das formações imaginárias.

A seguir, há outro exemplo que se encaixa também nessa mesma categoria:

Figura 13

O General Castello Branco, escolhido pelos comandos revolucionários civil e militar e governadores que participaram da revolução para ocupar a Presidência da República, em substituição ao Presidente deposto, produziu de improviso um discurso equilibrado, no qual expôs os objetivos do movimento democrático e conclamou o povo a continuar a luta, até que se completasse o expurgo dos comunistas do Governo. Eis um resumo da fala do General Castello Branco em resposta à homenagem que recebeu em sua casa:

Fonte: Revista O Cruzeiro, 25 de abril de 1964, pg. 121, ed. 0029.

A figura 3 foi extraída da reportagem de capa da edição de 25 de abril, elaborada por Ubiratan de Lemos, tendo como título *Castello Branco o Cérebro da Revolução*. Em primeiro lugar, é importante destacar os sentidos da palavra “revolução”, pois a reportagem denomina a tomada de poder pelos militares de revolução, não de golpe. Segundo o Dicionário Online,

Uma revolução é alteração violenta nas instituições políticas de uma nação, muitas vezes alcançadas através de uma rebelião ou motim. É uma mudança radical dentro de uma sociedade, que ocorre no contexto político, econômico, cultural e social, onde é estabelecida uma nova ordem, que é instituída pelas forças políticas e sociais vencedoras (DICIONÁRIO ONLINE, 2018).

A denominação “revolução”, nesse caso, indica um posicionamento ideológico do sujeito do discurso, o sujeito-jornalista, e do veículo midiático *O Cruzeiro*, uma vez que, na prática, não houve a modificação radical do contexto econômico, cultural e social. Ao contrário, a tomada do poder pelos militares teve o objetivo de impedir que tais mudanças ocorressem – dentre elas, a própria reforma agrária, que havia sido uma bandeira de luta do presidente deposto, João Goulart. No entanto, discursivizar o fato histórico da tomada de poder pelos militares como revolução já indica o funcionamento da ideologia que interpela o sujeito-jornalista: a que defendia a retirada dos ideais de esquerda do poder.

A reportagem em questão buscava apresentar a pessoa do General Humberto de Alencar Castello Branco aos leitores, mostrando seu histórico político e militar e a sua aceitação por parte daqueles que eram contrários ao governo e posições políticas de João Goulart.

O texto que constitui a reportagem inicia-se mencionando a homenagem popular que o general recebeu das mulheres cariocas, o que configurou, segundo o sujeito-jornalista, a consagração pelo povo do entitulado “chefe da revolução”. A reportagem segue descrevendo trechos do discurso proferido por Castello Branco – o qual parece misturar-se com os próprios dizeres do jornalista – durante as homenagens recebidas em sua residência. O corpo da reportagem traz, também, um bloco com breve relato da vida do general, suas origens, formação militar e histórico dentro do exército brasileiro.

Quanto ao trecho recortado dessa reportagem de capa, trazemos para a análise a sequência que diz: *O general Castello Branco, escolhido pelos comandos revolucionários civil e militar e governadores que participaram da revolução, para ocupar a Presidência da República, em substituição ao Presidente deposto, produziu de improviso um discurso equilibrado, no qual expôs os objetivos do movimento democrático e conclamou o povo a continuar a luta, até que completasse o expurgo dos comunistas do governo.*

O trecho destacado acima traz em sua materialidade discursiva posições ideológicas que defendem o golpe militar como um meio para se manter a democracia, a qual, segundo a revista *O Cruzeiro*, estava sendo posta em risco por meio das ideias que eram partilhadas pelo presidente Jango. Mais uma vez, a repetição desse argumento indica uma regularidade que chama a atenção aos olhos do pesquisador. Tal regularidade instaura uma relação parafrástica que incide sobre o funcionamento da ideologia no discurso: a democracia brasileira estava ameaçada pelo comunismo.

É interessante notar como esse discurso de defesa do golpe é sutilmente construído pelo sujeito-jornalista ao ser estabelecida uma espécie de oposição entre o chefe militar e o presidente Jango. Quando ele diz que Castello Branco “produziu de improviso um discurso equilibrado”, é revelada uma oposição às ideias e discursos “radicais” de Jango – assim eram denominados pela revista *O Cruzeiro* os pronunciamentos feitos pelo presidente em seus comícios antes do golpe ser, de fato, consumado. O uso da expressão “discurso equilibrado” aponta para uma formação discursiva e ideológica e coloca em cena as posições políticas do sujeito-jornalista. Essa formação ideológica interpela o sujeito-jornalista fazendo-o dizer que as forças de direita e os dispositivos militares operam no equilíbrio, e aqueles que representam a esquerda, no desequilíbrio. Estes últimos agem de modo radical, usando, muitas vezes, a força e a violência, passando por cima dos princípios da democracia para alcançar seus objetivos. A noção de discurso equilibrado também se opõe à ideia de radicalização colocada na reportagem anterior e faz com que a revista “venda” para o público uma imagem do

general Castelo Branco como a figura ideal para combater o radicalismo atribuído ao comunismo anteriormente.

Ainda nessa sequência, temos o uso da expressão “movimento democrático”, que se trata de um objeto imaginário a respeito desse cenário político, o que não corresponde à realidade, como será possível perceber ao se analisar os Atos Institucionais que endureceram o regime do governo militar, instituindo uma ditadura. Assim, a ideia de que a tomada de poder pelos militares seria um modo de resguardar a democracia teria origem nas representações e formações imaginárias do sujeito interpelado por essa ideologia, dando, com isso, base ao funcionamento do processo discursivo que arrefece o esquema político golpista e o institui como um movimento revolucionário que conta com o apoio tanto de civis quanto de militares.

Há, também, o deslocamento da expressão “expurgo comunista” para essa situação discursiva. A expressão foi consagrada por fazer referência ao movimento denominado Grande Expurgo, cujo processo de reforma visava expulsar do Partido Comunista da antiga União Soviética militantes e revolucionários bolcheviques. O uso dessa expressão gera sentidos que confirmam as posições ideológicas do sujeito-jornalista que representa a revista e mostra, mais uma vez, que esse discurso é atravessado pelos já-ditos sobre o movimento comunista no processo sócio-histórico, constituindo, desse modo, sua interdiscursividade. Expurgar, segundo o Dicionário Online de Português (2018), significa “retirar a sujeira” ou “limpar a ferida com água”, reforçando novamente a ideia de que o comunismo era uma mancha a ser removida, ou, até mesmo, uma ferida a ser tratada em nossa sociedade.

Em ambas as sequências apresentadas, nota-se o discurso de que o golpe militar era o meio para assegurar a defesa da democracia:

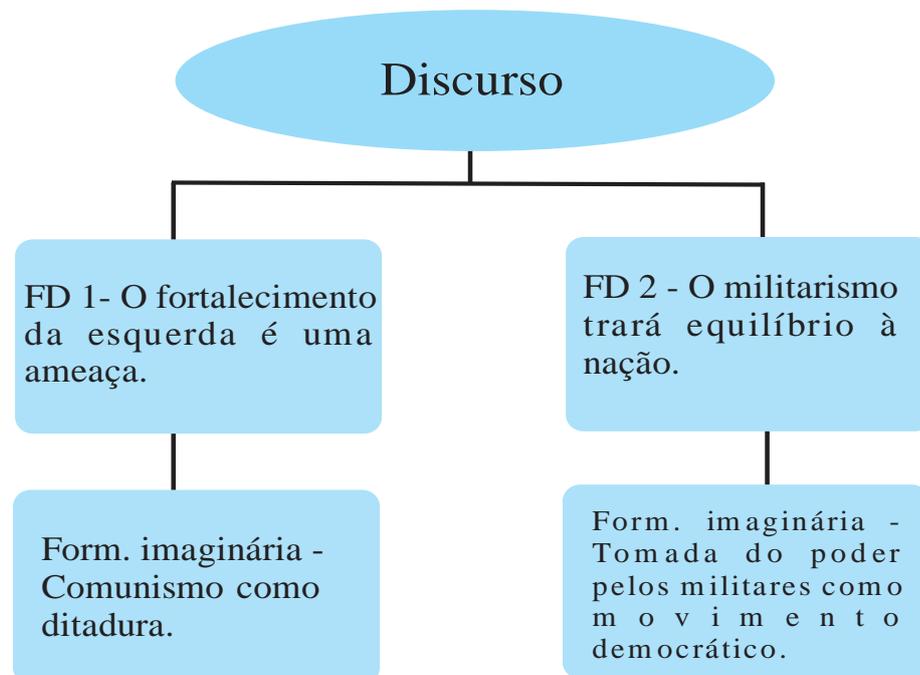
- (i) *A verdade é que, a partir do momento em que consolidou sua liderança esquerdista, o Senhor João Goulart foi radicalizando sua posição política e arrastou suas teses para os quartéis.*
- (ii) *O general Castello Branco, escolhido pelos comandos revolucionários civil e militar e governadores que participaram da revolução, para ocupar a Presidência da República, em substituição ao Presidente deposto, produziu de improviso um discurso equilibrado, no qual expôs os objetivos do movimento democrático e conclamou o povo a continuar a luta, até que completasse o expurgo dos comunistas do governo.*

Na primeira, vemos a produção de um enunciado que discursivizava a figura de Jango como um sujeito que estava adotando uma posição assumidamente de esquerda e bastante

radical, sendo apresentado como um líder temível que buscava o apoio das forças do exército, ameaçando instituir no Brasil uma República sindicalista e antidemocrática. A segunda sequência em questão traz como cerne a figura do General Castello Branco, apresentado como um chefe político aprovado e apoiado pelas mais diversas instâncias da sociedade. Um líder revolucionário capaz de defender os ideais democráticos postos em risco pela ameaça comunista, tecido como um governante sereno e equilibrado, muito diferente da figura radical de Jango.

A partir dessas análises, segue abaixo o esquema desenvolvido do funcionamento discursivo oriundo do posicionamento dos sujeitos-jornalistas da revista *O Cruzeiro*:

Esquema 1: Formação discursiva e formação imaginária: o golpe pela democracia.



Fonte: Elaboração nossa, 2017.

5.1.2 O golpe: combate à ameaça comunista

Essa categoria é um desdobramento da anterior, mas tem como princípio o argumento de que a tomada de poder pelos militares seria necessária para banir do Brasil a ameaça comunista. Enquanto a primeira estava ligada à ideia de que o golpe serviria como arma para assegurar a democracia no país, nesta, a tônica é de que o golpe servirá para banir os ideais

esquerdistas. Em muitas das publicações de *O Cruzeiro*, o pensamento comunista era apresentado como uma famigerada ideologia política, tendo caráter de doutrinação, além de, como era dito, ser uma maneira de se ensinar a subversão de forma técnica para a conquista do poder por uma minoria que buscava dominar uma maioria descuidada.

Alguns colunistas afirmavam que o comunismo havia se infiltrado na sociedade brasileira com o consentimento do governo, com a finalidade de ministrar cursos àqueles mais displicentes e desprovidos de consciência política.

Abaixo temos um fragmento do artigo de opinião escrito por David Nasser, que foi intitulado de *O Grande Mudo*, o qual fala da importância do exército como instituição na luta contra os agentes comunistas e da distinção das suas funções no país com relação ao poderes parlamentar e judiciário. O articulista apresenta as Forças Armadas como a verdadeira voz democrática no país – apesar de ter ficado por um longo período em silêncio, daí o título do artigo – e que, ao contrário do que muitos poderiam pensar, estava mais viva do que nunca para cumprir os seus deveres patrióticos.

Figura 14

TODOS nós, democratas, devemos considerar as Forças Armadas como a base de uma santa aliança contra a invasão comunista do Brasil. Não importa que se imagine o contrário. Não importa que este ou aquele general, este ou aquele coronel, pareçam engajados na mesma aventura de destruição da nacionalidade. No momento exato, veremos que não será necessário recorrer ao velho fuzil ou à garrucha enferrujada do civil assustado, do fazendeiro que defende a terra dos seus pais como quem defende os sete palmos de seu destino. Na hora absoluta da decisão, eles, os militares, não estarão defendendo apenas as propriedades rurais e urbanas, as liberdades públicas, os alicerces democráticos da Pátria: eles, os militares, estarão defendendo, contra o comunismo, que não é mais uma utopia, mas uma realidade brutal — as suas carreiras, pois sabem que, vencidos, serão trocados por milícias operárias ou camponesas, como na terra de Fidel.

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 25 de abril de 1964, pg. 7, ed. 0029.

Iniciando a análise, é importante destacar que o sujeito-jornalista dirige-se ao leitor de forma bastante próxima, com o pronome “nós”, como se vê no trecho: *Todos nós, democratas, devemos considerar as Fôrças Armadas como a base de uma Santa Aliança contra a invasão comunista no Brasil.* Ao usar o pronome “nós”, o sujeito-jornalista coloca-se junto com os leitores no lugar de defensor das Forças Armadas e contrário ao comunismo. A expressão Santa Aliança faz remissão a discursos de cunho religioso, que traziam a ideia de Salvação pela fé. Assim, a expressão Santa Aliança é deslocada para a esfera política e, agora, metaforizada como a aliança que salvará o Brasil das garras do comunismo. Essa expressão também gera a oposição entre o que é santo – as *Fôrças Armadas* –, e o que não é santo – o comunismo. Para o apoio ao golpe, seria necessária uma unidade, sem levar em conta as possíveis contradições do movimento, conforme se pode observar na sequência: *Não importa que êste ou aquêle general, êste ou aquêle coronel, pareçam engajados na mesma aventura de destruição da denacionalidade.*

No trecho: *Na hora absoluta da decisão, êles, os militares, não estarão defendendo apenas as propriedades rurais e urbanas, as liberdades públicas, os alicerces democráticos da Pátria: êles, os militares, estarão defendendo, contra o comunismo, que não é mais uma utopia, mas uma realidade brutal – as suas carreiras, pois sabem que, vencidos, serão trocados por mîlicas operárias, como na terra de Fidel.* A formação ideológica que aqui interpela o sujeito do discurso é a que toma o comunismo como uma ameaça à nação, em que somente as forças militares poderão defender tanto a civis quanto a si mesmos de tal ameaça. O sujeito-jornalista discursiviza uma espécie de transição dos ideais comunistas que vai da “utopia” à “realidade brutal”. A ideia do comunismo como utopia está ligada aos dizeres que veem nos princípios dessa ideologia algo inalcançável, que só pode funcionar nas teorias e livros de Marx, sem aplicação à realidade social. O adjetivo “brutal”, que é utilizado para caracterizar algo como violento ou agressivo, reforça o caráter arbitrário e tirano atribuído, pela revista, à liderança de Jango, e indica as condições em que se encontraria a nação caso se instituísse um governo cujas bases se sustentassem no pensamento de esquerda.

De utopia, palavra que designa um sonho desejável, o comunismo passa a “realidade brutal”, expressão regulada por uma formação discursiva que o inscreve como uma ameaça iminente. Por meio do uso do adjetivo “brutal”, alude-se que essa realidade seria evitada através dos dispositivos militares, reforçando a ideia da necessidade de uma intervenção militar, a fim de que o militantes dos partidos ligados ao comunismo não pusessem em risco a vida do cidadão comum.

Os já-ditos sobre o comunismo que são repetidos nessa sequência apontam para uma formação imaginária que o configura como uma força contrária à instituição militar, principalmente quando fala que os soldados seriam trocados por militantes e operários vencidos: “serão trocados por mílicas operárias, como na terra de Fidel”. Observa-se disso que, nessa rede de memória que tece o interdiscurso e determina a formação discursiva que mobiliza os dizeres desse sujeito-jornalista, há um pré-construído a respeito do que é o comunismo, como um movimento contrário à ordem e à estabilidade, as quais só podem ser asseguradas a uma nação por uma instituição militar como o exército.

Havia uma ideia difundida na sociedade brasileira, da época, de que o Partido Comunista Brasileiro servia a Moscou, pois, desde a sua fundação aqui no país, no início do século XX, esteve associado à III Internacional Comunista. A história mostra que essa crença serviu, inclusive, de pano de fundo para implantação do Estado Novo na Era Vargas, outra espécie de regime ditatorial cujo objetivo foi conter os avanços da Insurreição Comunista no Brasil.

O comunismo sempre esteve associado à sublevação e os partidos que adotavam essa filosofia eram vistos como um centro de formação de pessoas anarquistas e perturbadoras da ordem. Trechos do exemplo abaixo que fazem parte do artigo de opinião de David Nasser intitulado *Saber Ganhar* trazem a materialização desse discurso:

Figura 15

NÃO é porque eram criminosos, que em criminosos vamos nos transformar. Não é porque representavam o totalitarismo, a radicalização, o que de mais vergonhoso, mais sórdido, mais brutal e mais brasileiro pudesse existir no Brasil que devemos nós, os democratas, pedir-lhes as armas e as usar com a mesma ausência de liberalidade democrática. O que nos diferencia deles é justamente isto. O mesmo que diferencia a carniça que eles são do abustre que não somos.

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 10 de abril de 1964, pg.4, ed. 000.

Nesse artigo de opinião, o articulista fala da importância de saber ganhar depois da vitória num embate contra os inimigos, fazendo referência à derrota da liderança esquerdista e de seus seguidores. O sujeito-jornalista diz que os cidadãos de bem não devem usar as mesmas armas que os seus derrotados, deixando que as instâncias e órgãos competentes tomem as providências cabíveis no julgamento deles. Ao fazer esse discurso, ele conclui que

os vencedores não devem se tornar “criminosos” como eram os seus derrotados. Por meio do uso da expressão em destaque, detectamos, no que diz respeito às formações imaginárias do sujeito, a representação construída pelos já-ditos que atravessam a história e que associam os militantes da esquerda a arruaceiros e a agitadores sociais ligados à criminalidade. Ao lançar mão do pronome “nós” em “nós, os democratas”, o sujeito-jornalista mantém uma posição de proximidade com os leitores da revista e estabelece a distinção entre eles, direitistas democratas, e os esquerdistas, como se pode ver com o uso do pronome “êles”, em referência aos favoráveis ao governo Jango, na sequência “a carniça que êles são do abustre que não somos”.

O sujeito-jornalista, ao longo desse discurso, continua a materializar a ideologia que o interpela. Vemos aí a intervenção da formação discursiva que mobiliza o uso das expressões “totalitarismo”, “radicalização”, “vergonhoso”, “sórdido” e “brutal”, palavras que se repetem por diversas vezes no curso da história quando se faz referência aos esquerdistas e a posicionamentos ligados ao marxismo. A repetição desse sentido para o comunismo e o esquerdismo só pode ser percebida se acionarmos a memória discursiva. Segundo Courtine,

A memória que nos interessa aqui é a memória social, coletiva, em sua relação com a linguagem e a história. É nesse sentido que evocamos que a memória coletiva fosse compreendida no seio dos meios sociais nos quais ela se constitui e relaciona família, grupos religiosos, classes sociais, ou analisada nas formas individuais do sonho e da afasia, é sempre a linguagem que está, para Halbwachs, de maneira explícita ou implícita, no coração dos processos de memória (COURTINE, 2006, p. 2-3).

É a memória que faz com que os enunciados sejam organizados, repetidos ou apagados. Ela permite que dizeres sobre o esquerdismo e o comunismo, como os que estão materializados nos vocábulos aqui em destaque, gerem esses sentidos, os quais foram constituídos e repetidos ao longo da história, permitindo perceber o funcionamento da ideologia anticomunista na construção desses sentidos.

Figura 16



Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 25 de abril de 1964, pg 91, ed. 0029.

A imagem acima é uma das fotos que ilustraram a reportagem *A queda da segunda República de Piratini*, que descreve a fracassada tentativa de João Goulart ao buscar apoio político na capital do Rio Grande do Sul após ter saído de Brasília devido à intervenção militar. Não é objetivo deste trabalho fazer um levantamento teórico a respeito da questão do texto imagético, porém é importante tecer alguns comentários sobre o uso de uma imagem como essa no processo de discursivização do golpe.

A fotografia que acompanha a reportagem não é meramente ilustrativa, ela faz parte da teia de discursos que tecem a defesa do golpe tanto para conter os avanços comunistas quanto para evitar um conflito civil entre os membros da esquerda e os adeptos da direita. Como temos visto, a partir das formações discursivas que regulam os dizeres dos sujeitos-jornalistas que representam *O Cruzeiro*, os direitistas são discursivizados como democratas equilibrados que buscam agir dentro dos princípios da Constituição. O mesmo não ocorre quando se referem ao modo de agir dos esquerdistas, sempre associados ao totalitarismo e à radicalização na defesa de suas posições.

A reportagem, como afirma Charaudeau (2015), “deve adotar um ponto de vista distanciado e global” com a finalidade de propor o levantamento das questões ligadas ao fenômeno tratado, o que ele chama de “princípio da inteligibilidade”. Para tanto, o autor justifica o uso de alguns elementos na construção desse gênero discursivo.

É por isso que [a reportagem jornalística] recorre a diversos tipos de roteirizações, utilizando os recursos designativos, figurativos e visualizantes da imagem, para, por um lado satisfazer às condições de credibilidade da finalidade de informação (com formatos de investigações, de testemunho, de reconstituição detalhada trazendo a prova da existência dos fatos e da validade da explicação), por outro satisfazer às condições de sedução da finalidade de captação (dramatização destinadas a tocar a afetividade do espectador). (CHARAUDEAU, 2015, p. 221-2).

Como parte constituinte da reportagem *A queda da segunda república de Piratini*, a imagem – que retrata manifestantes da esquerda numa espécie de passeata em defesa do governo Goulart, pedindo a implementação das reformas de base – é um elemento utilizado com o objetivo de dar credibilidade à informação e captar a afetividade do sujeito-leitor. Porém, como parte da teia discursiva de que falamos, ela repete os já-ditos sobre os manifestantes que apoiam um governo de esquerda, representado-os como sujeitos subversivos que agem muitas vezes com violência. Chamamos a atenção para o destaque dado ao cartaz que, erguido por um dos manifestantes logo à frente, tem em sua inscrição as palavras “armas para o povo”, corroborando a representação imaginária que toma os manifestantes como sujeitos violentos, ligados, como pode ser visto noutro discurso, à criminalidade.

É esperado que a reportagem esteja o mais próximo possível da suposta realidade do fenômeno apresentado, pois ela não faz parte da ficção. O que também é esperado é que o sujeito-jornalista seja imparcial, porém não existe imparcialidade, pois todo sujeito é tomado por uma ideologia. Segundo Charaudeau (2015), ser imparcial no discurso jornalístico se constitui tarefa impossível, afinal a construção do sentido depende de um ponto de vista particular, e esse ponto de vista, que corresponde às percepções do sujeito-jornalista, é sempre atravessado pelos já-ditos sobre um determinado conceito em questão. Entra em questão qual seria, afinal de contas, a realidade que o sujeito-jornalista descreve em seu discurso, visto que uma representação não corresponde à realidade em si? A própria realidade é uma construção que perpassa as posições ideológicas dos sujeitos do discurso.

Segundo Pêcheux (2014), o sujeito se identifica com uma formação discursiva que o domina e é essa identificação que funda a unidade imaginária do sujeito. Como, pois, creditar total autenticidade ao que provém de antecipações representativas de um sujeito, representações que se baseiam numa série de já-ditos e pré-construídos que correspondem a uma formação ideológica específica? Deixemos essa questão aqui em aberto.

Figura 17

NO DIA da chegada do ex-Presidente Goulart a Pôrto Alegre, com crianças à frente, pedia armas e reformas. Outras jaizas diziam que havia chegado a hora da revolução. Que não hoje.

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 25 de abril de 1964, pg 91, ed. 0029.

Além de a fotografia que acompanha a reportagem discursivizar a conduta violenta dos esquerdistas, a legenda acima, que descreve a cena da fotografia, é também outro elemento a se considerar na constituição da reportagem. Ao chamar a atenção do sujeito-leitor para o fato de haver crianças acompanhando a manifestação, “com crianças à frente”, a reportagem aponta para o caráter doutrinador que, segundo a revista, possui o comunismo. Segundo a revista, o comunismo doutrinava jovens brasileiros em galpões de fábricas para perturbar a ordem social e exercer o seu domínio de forma esquemática sobre aqueles mais desapercibidos. Alguns desses dizeres podem ser vistos no exemplo abaixo, o qual foi retirado da coluna sobre política internacional da revista, escrita por Theophilo de Andrade, intitulada de *Cuba, o estopim do mundo*:

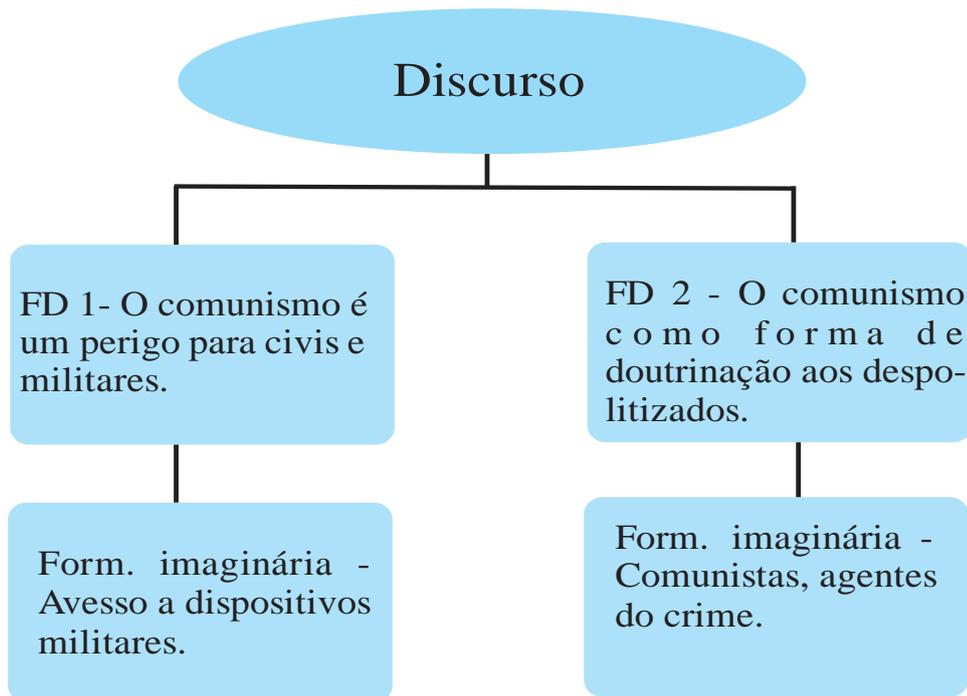
Figura 18

Em Cuba, há, atualmente, três grandes escolas revolucio-
nárias. Uma tem caráter local: a de Matanzas, que treina ope-
rários e camponeses cubanos para a destruição dos elemen-
tos anticastristas que operam na ilha. As outras duas pre-
param guerrilheiros para levar a revolução além-frontei-
ras. Uma está situada em Havana. É política. Treina espe-
cialmente estudantes estrangeiros de tôdas as partes do Mun-
do, em táticas políticas e em propaganda. A outra, também
para estrangeiros, está situada no ponto mesmo da Sierra

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 25 de abril de 1964, pg 18, ed. 0029.

Essa segunda categoria aqui analisada possui grande incidência na revista *O Cruzeiro*, o que aponta para a formação ideológica anticomunista que interpela os sujeitos-jornalistas que elaboram os conteúdos divulgados por ela. A seguir, temos outro esquema que estrutura essa discussão empreendida sobre o discurso em defesa do golpe militar contra a ameaça e invasão comunista no Brasil:

Esquema 2: Formação discursiva e formação imaginária: o golpe contra o comunismo.



Fonte: Elaboração nossa, 2017.

5.2 O GOLPE: MEIO PARA SALVAR O BRASIL DO CAOS

O cenário político e econômico do governo Jango apresentado pela revista *O Cruzeiro* é o que podemos considerar como bastante caótico. Dentre os principais fatores desse cenário caótico estavam os conflitos do homem do campo com os grandes proprietários, resultantes da luta pela reforma agrária. A situação era considerada uma verdadeira bomba-relógio; a qualquer instante poderia ser deflagrada uma verdadeira guerra civil entre camponeses e latifundiários. Eram noticiadas inúmeras denúncias de que armas estavam sendo fornecidas aos trabalhadores rurais com o consentimento do governo, para que eles pudessem invadir as propriedades e se apossar das terras.

Em Brasília, a situação não era menos complicada, a tensão entre os poderes Executivo e Legislativo era tida como inconciliável. Em *O Cruzeiro*, o presidente da República era acusado de querer ferir a própria Carta Magna, passando por cima da Constituição, para aprovar as reformas propostas pelo seu governo. Diante disso, a instituição

mais estável no país, como discursiviza a revista, eram as Forças Armadas, como mostraremos a partir dos discursos retirados de outros textos presentes em suas publicações.

Figura 19

e invadidos. Não há dúvida de que o essencial para esse choque, pelas informações, existe: armas e munições, sobretudo em mãos de proprietários. Nas hipóteses configuradas, imagina-se então a de um convulsionamento de ordem nacional, pelo menos cem focos de invasão, representando um quadro de “comoção intestina”. De imediato, raciocinam os líderes (agora do Governo e da Oposição) o remédio a ser aplicado seria o do “estado de sítio”, senão a intervenção federal naqueles pontos convulsionados. Mas, pelo que já se viu, sendo o Congresso Nacional uma barreira a tais medidas, a providência resultaria nula por deliberação do Congresso Nacional.

Para onde se marcharia então? — perguntam todos.

O Exército, em primeiro lugar, pelas informações dadas, traçou uma linha (sem dúvida admitida pelas duas outras Armas — Marinha e Aeronáutica): manutenção a qualquer custo da legalidade, entendendo-se por legalidade o quadro total da constitucionalidade, a intangibilidade dos três Podêres da República. Mas, pelas informações, nos diálogos entre militares e políticos há um limite aos raciocínios, quando se levanta a hipótese de não refluir o convulsionamento

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 21 de março de 1964, pg. 46, ed. 0024.

O recorte acima foi retirado da seção de notícias sobre política e tem como título *Três candidatos contra o governo*. O texto começa apresentando uma sequência de acontecimentos que ocorreram em Minas Gerais, os quais põem em cheque a aprovação do governo por parte de alguns setores da sociedade mineira e de todo o país: os conflitos entre os representantes da SUPRA e os habitantes locais; a tentativa de impedir o comício de Leonel Brizola e seus acompanhantes, num episódio que a revista chamou de “A guerra das cadeiras”, entre outros.

O quadro geral apresentado é o de total resistência às reformas propostas pelo governo, embora exista, como explica a revista, a possibilidade de o presidente utilizar seus

próprios meios para a implementação das reformas, o que traria consequências ainda maiores. Diante desse turbilhão, “Para onde se marcharia então?” é a pergunta feita após a série de relatos apresentados.

Orlandi (2012) mostra-nos que os dizeres não são simples mensagens a serem decodificadas, como poderia parecer no caso de uma mensagem transmitida por uma notícia jornalística; os dizeres são, antes de qualquer coisa, efeitos de sentidos, os quais são produzidos em determinadas condições de produção. Os dizeres deixam pistas que devem ser detectadas para se compreender os sentidos por eles gerados. No caso de um enunciado como esse, os sentidos que são por meio dele gerados têm a ver com o que ali é dito, com o que é dito em outros lugares, com o que não é dito e, inclusive, com o que poderia ser dito, mas não foi. O enunciado produz a pergunta “para onde se marcharia então?”; esse é o dito, contudo o uso do verbo “marcharia” nos faz atentar para os não ditos e os implícitos. O uso da palavra em destaque, o verbo no futuro do pretérito, remete a uma ação que está ligada ao contexto do militarismo. Tal dizer relaciona-se às condições de produção que envolvem os sujeitos da situação em que foi produzido esse discurso. De acordo com Orlandi (2012), as condições de produção podem se referir tanto ao contexto imediato, ou seja, às circunstâncias da enunciação, quanto, de modo mais amplo, ao contexto sócio-histórico e ideológico.

No exemplo acima, o contexto imediato é a notícia; o suporte, que é a revista *O Cruzeiro*; os sujeitos que assinam a notícia; os leitores, que é um público em sua maioria da classe média; o momento político pelo qual passa o Brasil. O contexto amplo é a forma como se estrutura a sociedade brasileira, os modos e organização de seu poder político, as representações que se fazem das instituições. Somado a isso, temos a história, que associa o exército a estabilidade e segurança. Esse dito pressupõe, entre outras coisas, que existe aí muito mais que uma pergunta, mas uma sugestão mobilizada pela ideia de segurança e estabilidade que a história mostra haver nas forças militares.

Após a pergunta, seguem os dizeres: “O exército, em primeiro lugar, pelas informações dadas, traçou uma linha [...] manutenção a qualquer custo da legalidade [...]”, o que corrobora a referência à instituição militar como mencionamos acima. Ademais, vemos que a formação discursiva que regula tal dizer representa as posições ideológicas que interpelam o sujeito-jornalista produtor dessa notícia, pelo que se entende que o exército é aquele que de fato vai agir dentro da legalidade “a qualquer custo”, em respeito à Constituição e à “intangibilidade dos três poderes”, diferentemente do presidente, que pretende passar por cima dessas instâncias, caso julgue necessário.

Contudo, no decorrer da notícia, a própria revista relata que o exército faz críticas específicas à incapacidade do Poder Legislativo de formular soluções legais mais conciliatórias entre os envolvidos na reforma agrária, além de criticar o conservadorismo do judiciário e a limitação do presidente para lidar com pontos importantes da Constituição. Ao apontar tais críticas desferidas pelo exército aos três poderes, após ter mencionado que a instância militar era a única que havia decidido manter a legalidade, a revista mostra que as Forças Armadas possuíam seu próprio posicionamento com relação ao quadro político, o que poderia significar uma intervenção, a fim de intermediar os referidos impasses políticos.

A análise a seguir é do discurso retirado do texto *Os difíceis caminhos de Jango*, que faz parte da seção sobre política:

Figura 20

O Presidente João Goulart, por uns acusado, por outros apontado como consciente dessa orientação, se encontra, de qualquer forma, naquela encruzilhada que todos concordam se situar êle nesse momento delicado da vida brasileira. Dêsse ponto, levado pelos acontecimentos, por êle não comandados, ou orientando os fatos à sua vontade, o Presidente da República tem nas mãos o destino da sua sucessão. Tudo depende, entendem todos, da maneira como se comportarão as Forças Armadas no justo minuto do inevitável choque dessas forças que se defrontam dentro e fora do campo político.

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 11 de abril de 1964, pg.86, ed. 0027.

O texto fala sobre as complicações políticas que o presidente Jango trouxe para o seu próprio governo ao fazer uma série de pronunciamentos no comício de 13 de março, o qual foi decisivo para revelar as decisões pretendidas pelo governo com relação às reformas de base, intensificando, desse modo, as especulações sobre os rumos que seriam tomados na política nacional.

Destacamos do exemplo retirado do texto *Os difíceis caminhos de Jango* a sequência que diz: *O presidente João Goulart, por uns acusado, por outros apontado como consciente dessa orientação, se encontra de qualquer forma, naquela encruzilhada que todos concordam se situar êle nesse momento delicado da vida brasileira.*

Na sequência em questão, recorrendo às expressões “confuso” e “consciente dessa orientação”, para designar o que se diz a respeito da situação do presidente da República, o sujeito-jornalista não especifica quais são essas vozes que falam; utiliza-se, para tanto, de uma série de pronomes indefinidos para discursivizar o que se pensa dessa situação: “uns”, “outros”, “todos”. Tal uso remete à heterogeneidade do enunciado, própria do discurso, pois indica um conjunto de vozes que falam sobre o presidente. Tais vozes são designadas a partir do uso dos pronomes indefinidos, o que retira do sujeito-jornalista a responsabilidade pelo que está sendo dito, uma vez que ele atribui os dizeres a uns e outros. Notamos com isso que, além de generalizar a visão da população sobre o cenário político e atribuir às decisões do governo um viés negativo, o sujeito-jornalista enfatiza um único posicionamento ideológico com relação ao governo, não levando em conta o que os favoráveis ao governo e aqueles presentes no comício do dia 13 de março dizem sobre as ações e a situação do governo. Ao final desse trecho, quando afirma “tudo depende, entendem todos, da maneira como se comportarão as forças armadas”, a revista reforça as suas representações imaginárias da sociedade, a qual, para ela (a revista), toma a instituição militar como norteadora e estabilizadora do quadro político que se revela caótico. Porém, como foi dito, isso é apenas uma antecipação que, como diz Orlandi (2012), deriva do lugar a partir do qual fala o sujeito, constituindo assim o que ele diz.

Segundo a revista, a atitude do presidente ao propor uma reforma na Constituição com a finalidade de abolir os impedimentos para a desapropriação por títulos da dívida pública fez com que ele se colocasse numa encruzilhada, dispondo de poucos caminhos para resolver o impasse que foi criado por ele mesmo e que incluem apenas *impeachment*, plebiscito para as reformas ou a sua renúncia. O discurso de que o então presidente João Goulart encontrava-se numa encruzilha, dispondo de poucas alternativas, estende-se também à imagem que ilustra o texto da seção.

Figura 21



Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 11 de abril de 1964, pg.85, ed. 0027.

Como já mencionamos, os elementos que acompanham uma reportagem – fotos, ilustrações, legendas, comentários etc. – não estão somente decorativos; eles servem como suportes para o texto principal, conferindo-lhes maior credibilidade com relação à informação que está sendo transmitida. O mesmo é permitido com os demais gêneros do discurso jornalístico, como ocorre com a notícia que está aqui sendo analisada. Segundo Orlandi, a *Análise de Discurso*:

[...] permite trabalhar não exclusivamente com o verbal (o lingüístico), pois restitui ao fato da linguagem sua complexidade e sua multiplicidade, isto é, aceita a existência de diferentes linguagens o que não ocorre com a Lingüística, que, além de reduzir fato (de linguagem) à disciplina (que trata da linguagem), reduz também a significação ao lingüístico. O importante para a AD não é só as formas abstratas, mas as formas materiais de linguagem (ORLANDI, 1995, p. 34).

A fotografia retrata a imagem do presidente João Goulart em uma situação pública, em que ele provavelmente está discursando para algum público em uma espécie de palco. Nela, o presidente aparece cabisbaixo, com uma expressão cansada; sua mão erguida em direção ao rosto enxuga com um lenço seu suor. Nenhuma legenda especifica as circunstâncias em que a fotografia foi feita, mas, ao que parece, refere-se ao comício de 13 de março, o que não importa aqui saber, pois, como diz Orlandi (2012), “o discurso não é um reflexo da situação, nem está mecanicamente determinado por ela”, muito menos é um conjunto de textos; é, segundo afirma a autora, um conjunto de práticas.

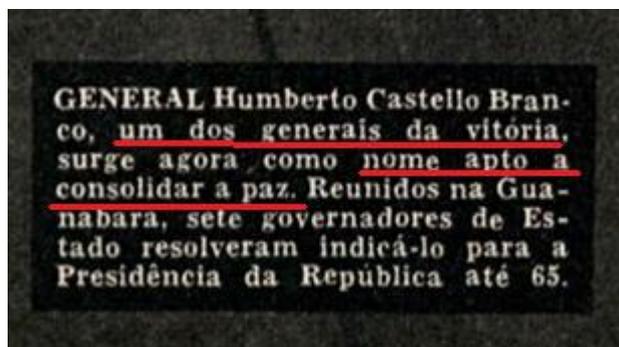
Michel Pêcheux propõe algumas reflexões importantes a respeito do papel da imagem como discurso e busca, com isso, estabelecer uma ligação entre a imagem e o papel da memória, no que diz:

Essa negociação entre o choque de um acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória poderia bem, com efeito, colocar em jogo a nível crucial uma passagem do visível ao nomeado, na qual a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar: tocamos aqui o efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito. (PÊCHEUX, 1985).

Assim, podemos dizer que a imagem funciona como um operador da memória social e, como acontecimento que é, acaba por ser atravessada por discursos anteriores, permitindo que leituras possam ser realizadas a partir dos elementos que a constituem, sendo também, como na linguagem verbal, dotada de opacidade. Dessa forma, como mencionado, a imagem em questão não é uma mera ilustração, mas reflete uma prática discursiva que se estende do enunciado até a imagem, a qual afirma que o presidente reconhece que se encontra numa situação confusa e que não dispõe de muitas alternativas para resolver os impasses do governo. Como discurso, ela retoma os já-ditos sobre a situação do governo Jango.

Apresentamos, por último, mais um sequência discursiva presente na revista *O Cruzeiro* que discursiviza a tomada do poder no Brasil pelo golpe como uma forma de livrar o país da situação caótica em que se encontrava:

Figura 22



Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 25 de abril de 1964, pg. 20, ed. 0029.

A sequência acima faz parte da legenda que acompanha a fotografia do General Castello Branco, a qual ilustra a reportagem *Castello Branco o cérebro da Revolução*. A

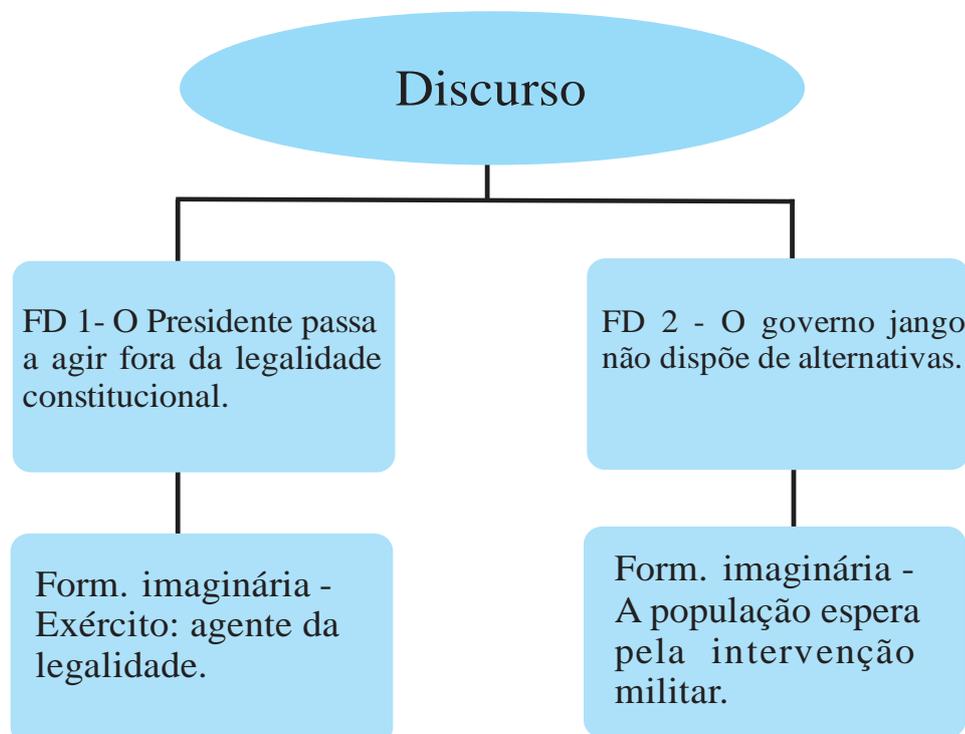
reportagem foi feita dias após a data do golpe militar e busca fazer uma descrição da vida do general.

Destacamos dois trechos: “um dos generais da vitória” e “nome apto para consolidar a paz”. Ambos são dizeres regulados pela formação discursiva em que está inserida a revista, a qual toma por “vitória” a derrubada do presidente João Goulart. Após essa “vitória”, é preciso haver a consolidação da “paz” que faltava no governo deposto e que foi trazida pelos militares.

Esses dizeres confirmam o posicionamento ideológico da revista, que representa as classes que se sentiam ameaçadas pelo governo do presidente e viam na intervenção militar uma forma de manter a estabilidade política e econômica que por ela estavam sendo representadas.

O esquema a seguir estrutura esse estudo empreendido para analisar os discursos que viam no golpe militar uma forma de retirar o país do caos político e econômico.

Esquema 3: Formação discursiva e formação imaginária: o golpe para salvar o país do caos.



Fonte: Elaboração nossa, 2017.

PALAVRAS FINAIS

A análise de discurso não procura o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica. A ideologia não se aprende, o inconsciente não se controla com o saber. A própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo (ORLANDI, 2012, p. 59).

Estas últimas palavras não têm a pretensão de encerrar a discussão a respeito do tema aqui apresentado, ou muito menos de esgotar o assunto. Cumpre, sim, o papel de demonstrar a satisfação de poder contribuir, por meio desta pesquisa, para o fomento das indagações que uma temática como esta pode suscitar para futuras pesquisas acadêmicas. Falar sobre o papel da mídia na discursivização de assuntos de relevância para a sociedade, ainda que pareça um assunto um tanto quanto repetitivo, nunca deixará de ter a sua importância e necessidade, pois essa grande empresa de fabricar informações, como diz Charaudeau (2015), é parte interessada nas práticas sociais e está cada vez mais presente na vida dos cidadãos brasileiros, regulando os dizeres, inspirando, ditando tendências, mobilizando assuntos das mais diversas ordens.

Se falar sobre mídia não constituiu algo simplório, muito menos o foi a missão de atrelar essa questão ao golpe militar que instituiu a ditadura no Brasil por mais de duas décadas, tema que ressurgiu com grande força nos debates acadêmicos neste século. Além disso, não poderíamos deixar de falar aqui sobre a repetição desse evento, pois, pouco depois da escolha deste objeto de pesquisa, coincidentemente, a então presidente do Brasil, Dilma Rousseff, sofreu o *impeachment* que a destituiu do seu governo. Um verdadeiro golpe deflagrado contra a democracia brasileira.

Isso configura a importância de não deixar os debates sobre o golpe e as consequências que ele trouxe para a nossa sociedade cessarem. Discutir essa temática e ampliá-la aos diversos setores da sociedade, não a deixando presa e limitada aos muros da vida acadêmica, pode contribuir para conscientizar as pessoas de que aquele momento histórico não trouxe benefícios para o país; e, não só isso, pode trazer também a consciência de que não podemos deixar de lutar pelo direito à democracia.

Assim, pudemos, por meio desta pesquisa, tecer algumas considerações sobre as categorias em defesa do golpe militar sistematizadas em nosso trabalho, bem como o processo de discursivização dessas mesmas categorias na revista *O Cruzeiro*.

Dentre os discursos em favor do golpe militar, notamos que alguns se repetiam com maior frequência, como o discurso que via o golpe, por meio de uma intervenção militar, como uma forma de manter a democracia na sociedade brasileira. A revista, por meio de diferentes gêneros discursivos, falava das pretensões continuístas do presidente Jango, que devido a sua conduta no governo, segundo ela, desconsiderava a proximidade das eleições para presidente. Além do mais, de acordo com o que era noticiado naqueles momentos finais, o próprio João Goulart já vinha articulando um golpe de Estado desde que assumira o posto presidencial, deixado vago pelo ex-presidente Jânio Quadros, com a finalidade de implantar, no Brasil, uma ditadura esquerdista. Assim, a revista *O Cruzeiro* apresentava aos seus leitores o discurso do golpe contra golpe.

Outra questão também estava sendo problematizada, a disseminação do comunismo no Brasil. Um enfoque maior era dado à ideologia comunista, que ganhava força no Brasil, o que, para a revista, significava um risco para os cidadãos brasileiros, sobretudo para os jovens, que, de acordo com relatos da revista, eram o alvo principal dos doutrinadores da filosofia de Marx. Nos discursos da revista, pouco se fazia distinção entre os políticos da esquerda, o comunismo exacerbado e as estratégias políticas do presidente da República, o que requereria uma intervenção militar, a fim de impedir que o Brasil se tornasse uma República Sindicalista ligada à União Soviética. Além dos motivos acima mencionados, as práticas discursivas da revista mostravam que a intervenção militar traria ao país a estabilidade que o governo Jango, segundo ela, havia perdido em sua gestão, mergulhando o país no caos político, econômico e social.

Tais discursos revelam as posições ideológicas defendidas em *O Cruzeiro*, as quais não eram favoráveis ao governo de João Goulart, por ser ele um líder de esquerda, cujos princípios muitas vezes divergiam das intenções da direita. Este estudo, por intermédio da Análise de Discurso, permitiu realizar um percurso histórico, compreendendo como esse meio de comunicação apresentou aos seus leitores aquele momento ímpar da sociedade brasileira, fazendo-nos refletir sobre práticas de linguagem do passado que, por vezes, repetem-se no presente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mario Augusto Morato Pinto de. **A política econômica do governo João Goulart**: descrições estruturais e vetos políticos. Campinas: UNICAMP, 2010.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 4. ed. rev. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1995.

BRASIL, Luciana Leão. **Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso**: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. Goiás: UFG, 2011.

CADERNOS da comunicação, **O Cruzeiro – A maior e melhor revista da América Latina**, Série Memória, vol. 3, Rio de Janeiro, 2002.

CAZARIN, Ercília Ana; MENEZES, Eduardo Silveira de. **A mídia e o golpe de 1964**: revista O Cruzeiro como aliada do discurso das forças militares. São Paulo: Conexão Letras, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Trad.: Ângela M. S. Côrrea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

COELHO, Thomaz. **À sombra do sistema**: de Castelo a Geisel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COURTINE, Jean-Jaques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

FERREIRA, Jorge. **O Partido Comunista brasileiro e o governo João Goulart**. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 27., 2013, Natal.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart**: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. São Paulo: USP, 2014.

FONSECA, Rodrigo Oliveira. **Condições de produção do discurso e formações discursivas**: uma proposta de abordagem da práxis discursiva. São Paulo, julho de 2010.

FREIRE, Sérgio Augusto. **Conhecendo a análise de Discurso**: linguagem, sociedade e ideologia. Manaus: Editora Valer, 2006.

GASPARINI, Alberto Carlos. **Carlos Lacerda e o golpe militar de 1964**. São Paulo, 2004.

GAVA, José Estevam. Momento Bossa Nova Arte e modernidade sob os olhares da revista *O Cruzeiro*. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis/SC, v. 2, n. 1, p. 133-146, 2005.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 14, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.

GRISOLIO, Lilian Marta. A oposição da revista *O Cruzeiro* ao projeto nacionalista de Getúlio Vargas nas eleições de 1950: A derrota dos vencedores. **CADUS – Revista de História, Política e Cultura**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 14-29, jul. 2015.

MAZZOLA, Renan Belmonte. Análise do discurso: um campo de reformulações. In: MILANEZ, Nilton; SANTOS, Janaina de Jesus (Org.). **Análise do discurso**: sujeito, lugares e olhares. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 7-16.

MILANEZ, Nilton; SANTOS, Janaina de Jesus. **Análise do discurso**: objetos, sujeitos e olhares. São Carlos: Clara Luz, 2009.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. v.2. p. 101-142.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2016.

NASCIMENTO, Márcio Santos. **O partido comunista brasileiro e o governo de João Goulart (1961-1964)**. Niterói, RJ: PPGH, 2016.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. A questão agrária no Brasil no governo João Goulart: uma arena de luta de classe e intraclasse (1961-1964). In: XXVI Simpósio Nacional de

História, 26., 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, 2011.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis. Mídia, Memória e Identidade. In: FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; POSSENTI, Sírio. (Org.). **Mídia e Rede de Memória.** Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. 4. ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 1996.

_____. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. **As formas do silêncio.** Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

_____. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. São Paulo: Pontes, 2005.

_____. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. São Paulo: Pontes, 2012.

_____. **Discurso e Leitura.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad.: Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. p. 61-161.

_____. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINE, V. et al. **Legados de Michel Pêcheux:** inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Trad.:Eni. P. Orlandi. Campinas, SP: Ponte, 1990.

_____. O papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **O papel da memória.** Trad.: José Horta Nunes. 3. ed. Campinas: Pontes, 2010.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Trad.: Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C.A. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Trad.: Péricles Cunha. 4. ed. Campinas - SP: Ed. UNICAMP, 2010. p. 159-250.

RIBEIRO, David Ricardo Sousa. **Da crise política ao golpe de Estado: conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante o governo de João Goulart.** São Paulo: USP, 2013.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SEGATTO, José Antonio. Crise política e derrota da democracia. In: VALLE, Maria Riberio do (Org.). **1964-2014: Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 41-62.

SKIMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo.** Trad.: Mário Salviano Silva. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TOLEDO, Caio Navarro de. Teses revisionistas sobre 1964: democracia e golpismo. In: VALLE, Maria Riberio do (Org.). **1964-2014: Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 27-39.

ANEXOS





POLÍTICA

TRÊS CANDIDATOS CONTRA O GOVERNO

(Lacerda, JK, Adhemar)



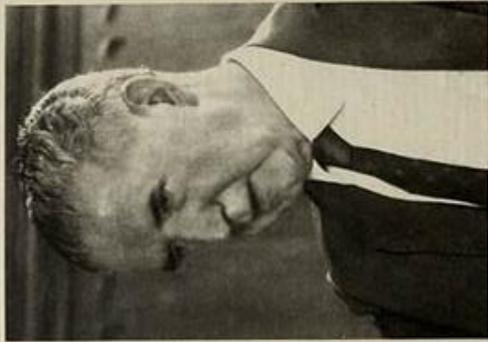
O CANDIDATO, senador do Opusculo, da maioria governista, do nome e mais forte, sempre por o Sr. Carlos Lacerda.

O senador Carlos Lacerda, do Opusculo, da maioria governista, do nome e mais forte, sempre por o Sr. Carlos Lacerda.

Em Minas, onde se realizou uma reunião de trabalho, o governador Adhemar de Barros, acompanhado de seu filho, o deputado estadual João Carlos de Barros, e de outros membros do governo, discutiu a situação política do Estado e as perspectivas para o futuro.

Depois disso, as reuniões passaram a ser realizadas em Belo Horizonte, onde se realizou uma reunião de trabalho, o governador Adhemar de Barros, acompanhado de seu filho, o deputado estadual João Carlos de Barros, e de outros membros do governo, discutiu a situação política do Estado e as perspectivas para o futuro.

Depois disso, as reuniões passaram a ser realizadas em Belo Horizonte, onde se realizou uma reunião de trabalho, o governador Adhemar de Barros, acompanhado de seu filho, o deputado estadual João Carlos de Barros, e de outros membros do governo, discutiu a situação política do Estado e as perspectivas para o futuro.



O GOVERNADOR Adhemar de Barros já anunciou sua candidatura para o cargo de governador do Estado de Minas Gerais em 1964. Ele é considerado um dos principais candidatos à presidência da República em 1964.

O Presidente João Goulart, por sua vez, também se declarou candidato à presidência da República em 1964. Ele é considerado um dos principais candidatos à presidência da República em 1964.

Depois disso, as reuniões passaram a ser realizadas em Belo Horizonte, onde se realizou uma reunião de trabalho, o governador Adhemar de Barros, acompanhado de seu filho, o deputado estadual João Carlos de Barros, e de outros membros do governo, discutiu a situação política do Estado e as perspectivas para o futuro.

8. 1. 1964

8. 1. 1964





David Nassar:

O MENINO

NÃO me parece mas é: garotão da Supra, o João Pinheiro Neto, vendendo a sua mensagem agrícola com a desenvoltura de um excentrico relações-públicas de uma empresa falida. É um moço inteligente, quem sabe um rapaz bem intencionado, e o mostreado que leva não é desprezível. Muitos dos seus argumentos são válidos e usados pelos próprios opositores das soluções radicais que ele, o elegante de Ipanema, preconiza para a tragédia agrícola brasileira. Infelizmente, é certo que muita terra permanece improdutivo, nas mãos dos especuladores. Desgraçadamente, é verdade que, por esses Brasis afora, milhares de lavradores precisam de terra — e a generosidade do Executivo, transformado em legislador, talvez lhes dê o chão para plantar. Há muita exploração, muita insustentabilidade, muita falta de sentimento nos corações de velhos senhores de glebas tituladas. Mas (e aqui vejo que o jovem Pinheiro Neto é um primário ou não acredita no que diz) as medidas que ele aconselhou ao Presidente — jamais poderiam vir à luz desacompanhadas, incomplementadas de uma regulamentação que dêse o mais importante ao lavrador, mais importante que a terra: os recursos para fecundá-la. A terra para o lavrador, digamos assim, é como o ventre. Seu trabalho é o desejo. Mas o crédito é o instrumento com que ele verdadeiramente a possui.

DIRA o moço iluminado que o resto virá depois. Que este é o primeiro passo. Mas o primeiro passo também terá sido o projeto Milton Campos, o substitutivo Anísio Baidin, que especulam a Reforma Agrária, sem reformar a Constituição. Desapropriar terra com pagamento prévio em dinheiro é impossível — argumenta com razão, o simbolinho da Supra. Mas de que maneira serão desapropriadas as terras com o histórico decreto da Supra? A dívida. Se a Supra usará o mesmo recurso do pagamento em espécie — constituído-se no primeiro passo, na medida mais positiva, ou antes, na única medida para a Reforma Agrária — por que, então, valer-

do-se da boa vontade manifesta do Parlamento, não se aceita o seu novo estatuto como um primeiro passo mais largo e mais legal? No momento em que ficasse provada a impossibilidade da desapropriação em dinheiro — talvez já estivéssemos numa fase mais calma — e a Câmara e o Senado, temerários de tocar na atual vigência da Constituição, avançariam mais, ouariam mais, ceteris paribus.

O SENADO e a Câmara, nesta legislatura, têm-se comportado com a dignidade de um parlamento romano, cabeça e glória da República. Não é admirável que, no caso das reformas, substituíssem o interesse da Pátria pelo interesse particular. O Estatuto do Trabalhador Rural foi obra parlamentar, do escoteiro maranhense de um ideal indefinido, o deputado Fernando Ferrari — e descausou nas gavetas burocráticas dois anos a fio, até que, livre do pó, teve a sua regulamentação presidencial. Progredir é reformar — diz o jovem Pinheiro Neto — como se tivesse descoberto a penicilina. E mesmo. Todos, todos queremos as reformas, elas serão feitas, o Brasil precisa funcionar, mas não me parece lógico que se destrua o que existe, para se plantar, sobre o caos, uma boa ideia. Esse País, quando Juscelino encerrou o seu governo contraditório, tinha um nível de crescimento superior a 7, o maior do Mundo. Desceu para um ímpeto. A entrada de capitais parou, apesar de a Lei de Remessas de Lucros disciplinar e garantir o investimento estrangeiro. Não foi apenas o investimento estrangeiro que sumiu, mas o nacional também. Só um débil mental (e ainda existem alguns por aí) se atreve a enterrar dinheiro vivo em uma democracia que parece morta. A confusão da pirôcnica agrária imobiliza o homem do campo. Ele teme plantar, ele teme comprar boia, ele teme fazer a sua terra viver, porque teme que, amanhã, um sapateiro como Chicoa venha ocupá-la.

DA SUPRA

A PROPAGANDA intensa, frenética, maciça, cruel, deturpou a imagem do homem do campo ante os olhos nacionais. Existem os mans, os insensíveis, os exploradores, como noutras áreas, mas, para esses, aí está a lei para ser cumprida. A grande, a absoluta maioria dos fazendeiros é constituída de homens bons, amigos de seus colonos, sócios de seus lavradores — numa parceria agrícola que só o apodamento do moço da Supra em apre-sentar o problema generaliza como um mau negócio. O fazendeiro entra com a terra, a aração, a gradagem, costea o adubo, o inseticida — e se chove ou se não chove muito, põe fê, o homem do campo, é o industrial que não trabalha debaixo do telhado — se tudo ajuda, ele desconta apenas o custo do adubo, procedendo a uma divisão da qual êle fica, sem dívida, com a menor parte. Perguntem a Jango — que é fazendeiro e planta arroz — se lhe toca na mesquinha mais de 20%. O problema, em grande parte do Brasil, não é a terra. É o meio para usá-la. E esse, a não ser em certas áreas de crédito do Banco do Brasil, se não existe para o homem que já possui terra, que diz para o homem que ainda terá de pagá-la. Essa foi a mena vez a principal falha do decreto da Supra, além do seu aspecto eminentemente político.



O PRESIDENTE João Goulart teve o mérito de agitar o problema agrário — e terá, certamente, a virtude de não monopolizá-lo. Senadores e deputados deviam ter acerto com um sorriso à face que o Presidente, segurando-a pela lâmina, estava a lhes dar para que fossem todas as reformas, menos a reforma do capítulo das incapacidades. Qualquer dos candidatos que vêm aí — Lacerda, Juscelino ou Adhemar — acredita nas verdades que o diligente moço da Supra diz, quando insiste na indispensabilidade de reformar para progredir. Mas, até isto não está no decreto da Supra, está na Carta de Pero Vaz de Caminhã.

DN

9 DE JUNHO, 1964

9 DE JUNHO, 1964







■ EXTRA ■
**A CRISE
MILITAR
EM FOTOS**

**PADRES CASADOS
NA IGREJA CATÓLICA**

**COPACABANA
NO FIM DE VERÃO**

TERESA
A PROFESSORA VEDETA

**A NOVA CARA DE
IEDA VARGAS**

DAVID NASSER
**JK. MISSIONÁRIO
SEM CRENÇA**



David Nasser:

O GRANDE

ENCAMAM-SE aqueles que vêm no Exército Brasileiro — certas das Forças Armadas — simples massas de manobra. Mais de uma vez tenho dito que, no momento certo, o grande muito falará.

DAI o meu desatento aos apelos oposicionistas — e quem vos escreve é naturalmente um homem de opinião — para que os civis democratas se armassem e enfrentem as legiões antidemocráticas mobilizadas pelos desordeiros, os grandes e os pequenos. A aceitar tranquilamente a lei do nobre e lícito brasileiro que é o Depoimento Bilac Pinto, de que temos de nos armar nas casas — estaríamos retirando das Forças Armadas brasileiras o crédito de confiança que elas nunca nos desmereceram.

É PRECISO admitir — e aceitar — o fato de que o conceito de legalidade não é o mesmo para todos. Os militares têm deveres capitulados, muito bem delimitados em regulamentos simples, claros e rígidos. Não se parecem, essas fronteiras, com as linhas fluidas da legalidade civil — isto é — a legalidade como nós, civis, a vemos e a interpretamos.

ENTEDEM, os militares, que não compõem a elite a dissepção dos atos governamentais nem o exame de sua constitucionalidade. E ireis para o Parlamento e o Judiciário e se se oultem os negociações em face da inconstitucionalidade de certos atos ou de certas instituições do

Executivo, o Exército não lhes pode tomar a vez. Competiria, em última análise, ao próprio Parlamento declarar a nulidade desses atos, colir essas ilegalidades — e recorrer dramaticamente — a uma atitude histórica — ao único remédio legal. Assim o silêncio de um, não há de estranhar-se a omissão do outro.

O EXERCÍCIO (e como exército se aceita a principal força militar) é o defensor, o executor e o mantenedor da legalidade, não o seu intérprete, o seu jurista.

OS democratas brasileiros podem confiar nas Forças Armadas que não se condicionam à vontade unipessoal de um Ministro, por mais honrado que ele seja — nem nos caprichos de um almirante, por mal-intencionado que ele seja.

NINGUEM pode falar em nome do Exército Brasileiro, da Marinha Brasileira, ou da Força Aérea Brasileira — se a sua fala é antidemocrática. Tenho repetido que os militares são simples civis de uniformes, são cidadãos de classe média que enfrentam os mesmos problemas, sofrem as mesmas angústias, sentem as mesmas depressões, os mesmos temores, as di-liculdades iguais às de todos os brasileiros. Dignam, imaginariamente, o General Jair Dantas Ribeiro do seu uniforme — e o colocam dentro de um pijama burguês. Ninguém poderia admitir que um general de longo curso, vindo de uma carreira de meio século a serviço da Pátria, a pudessem embregar opagamente aos extremistas. Não deve

MUDO

estar longe dos servidos do cabo-de-guerra aquela espanhola declaração de Luiz Carlos Prestes de que lutaria ao lado da União Soviética se esta entrasse em guerra com o Brasil. E hoje não muitos, entre os civis, os nacionalistas impatrióticos, mas, entre os militares, constribuem uma miséria irrisória, porção, ataxada.

TODOS nós, democratas, devemos considerar as Forças Armadas como a base de uma esata aliança contra a lavagem comunista do Brasil. Não importa que se imagine o contrário. Não importa que este ou aquele general, este ou aquele coronel, pareçam engajados na mesma aventura de destruição da nacionalidade. No momento exato, vemos que não será necessário recorrer ao velho fazil ou à gurrucha entrecujada do civil assumido, do fazendeiro que defende a terra dos seus pais como quem defende os sete palmos de seu destino. Na hora absoluta da decisão, eles, os militares, não estarão defendendo apenas as propriedades rurais e urbanas, as liberdades públicas, os valores democráticos da Pátria: eles, os militares, estarão defendendo, contra o comunismo, que não é mais uma utopia, mas uma realidade brutal — as suas carreiras, pois sabem que, vencidos, serão trocados por milícias operárias ou camponesas, como as terra de Fidel.



O GRANDE mudo — o Exército Brasileiro — a todo acúcio, como um leão reumático, um velho leão do circo brasileiro, dentro da jaula, onde prederam a democracia. Cuius-vo, ut

A QUEDA DA SEGUNDA REPUBLICA DE PIRATINI

REPORTAGEM DE TITO TAJED, ANTONIO BONEX E NELSON CÔRREA

O EX-PRESIDENTE Juscelino Kubitschek, o primeiro presidente eleito pelo voto popular da Primeira República, depois de sofrer uma derrota esmagadora nas eleições presidenciais de 1964, foi obrigado a abandonar o Brasil e a se exilar em Portugal. O ex-presidente Juscelino Kubitschek, o primeiro presidente eleito pelo voto popular da Primeira República, depois de sofrer uma derrota esmagadora nas eleições presidenciais de 1964, foi obrigado a abandonar o Brasil e a se exilar em Portugal.



NO DIA da chegada do ex-presidente Juscelino Kubitschek a Porto Alegre, com o objetivo de vender, pedir ajuda e reformar. O ex-presidente Juscelino Kubitschek chegou a Porto Alegre com o objetivo de vender, pedir ajuda e reformar.

Jango chegou às 3 e saiu de casa às 11 h

contra os "golpistas". O relógio marcava 9 horas.

Em seguida, reuniu-se com os chefes militares do Rio Grande do Sul, General Ladário Pereira Telles e Brigadeiro Osório Petras. O que foi dito nesta reunião, que contou com a presença do Deputado Leonel Brizola, do Ministro Wilson Farias, General Lima Pinho e Amadori Silva, do General Argemiro Assis Brasil e de diversos deputados trabalhistas, não transcrevo. Pouco depois, o ex-Presidente partiu apressadamente para o aeroporto e iniciava a viagem para o exterior, enquanto seus sucessores informavam que decidira renunciar, para não banhar de sangue a Nação.

Às 11 horas, o Prefeito Severo Chaise leu um manifesto à população, comunicando que o Sr. João Goulart viajara para fora do País, para evitar o sacrifício do povo gaúcho. E deu por encerrada a existência da II República de Piratini, com apenas oito horas e meia de vida. Detonou o Prefeito de Porto Alegre, do ar, uma interrogação sobre o destino do Deputado Leonel Brizola, que desapareceu como por encanto, depois da reunião em que os chefes militares se confessaram incapazes de conter a crescente onda de insubordinação de seus subordinados e de deter o avanço das tropas revoltadas.

O resto da tarde foi gasto com as autoridades policiais dissolvendo grupos de manifestantes que se espalharam pelo centro da cidade, tentando organizar manifestações hostis às autoridades constituídas e depredando alguns estabelecimentos comerciais. Aos poucos a calma foi voltando e, quando caiu a noite, a situação estava perfeitamente definida: o Poder Constituído era senhor da situação e mantinha a cidade sob forte policiamento. O Governador Ildo Meneguelli, de Passo Fundo, iniciou a viagem de volta, liderando uma coluna de mais de cinco mil homens, para recuperar o Palácio Piratini, mantido inócuo pela Brigada Militar.

Nem diferente desta foi a I República de Piratini, mantida pelos Farrapos durante dez anos de lutas e de heroísmo e que só acabou a autoridade da República quando esta reconheceu e respeitou os seus direitos. Desta feita, tendo sido diferente, não houve tempo para lutar e nem lugar para atos heroicos. Os soldados, que têm o mesmo sangue dos Farrapos, simplesmente não se mostraram dispostos a participar de uma aventura que, se vitoriosa, somente serviria para desgraçar a Nação.



AS MALAS de Jango são embarcadas num carro. Mas o ex-Presidente está num outro, disparando a toda velocidade para o aeroporto. Era o fim.



JANGO Goulart chega à residência do comando em chefe do III Exército, Gen. Ladário Pereira Telles. Esta casa foi o seu quartel-general durante a sua permanência na capital do Rio Grande do Sul.

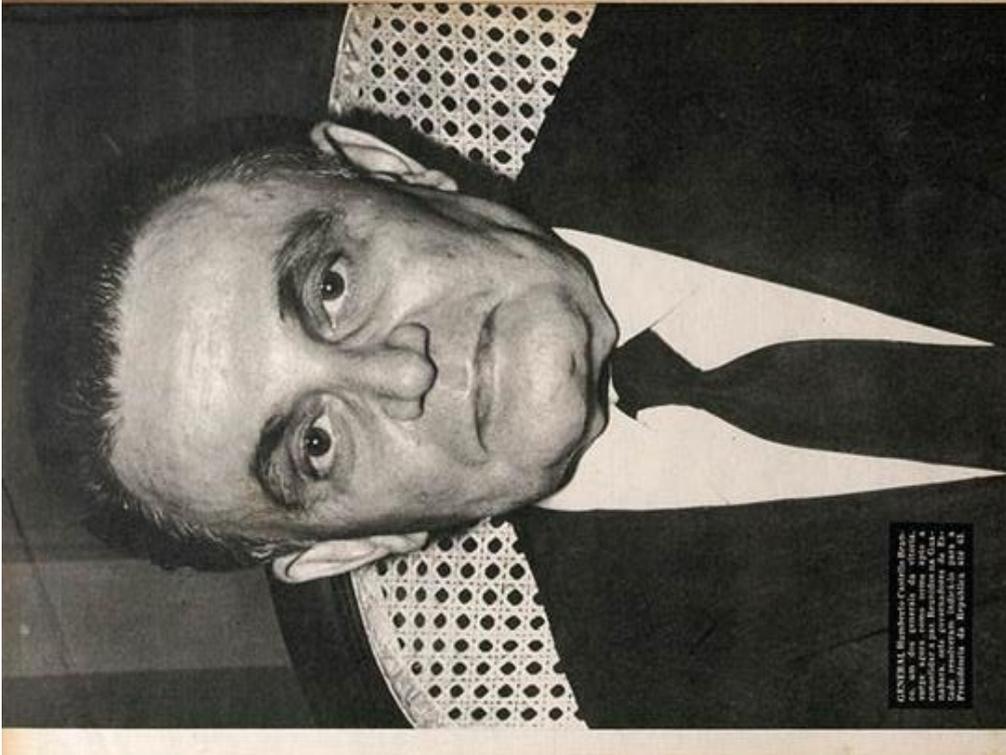


NO INTERIOR da residência do Gen. Ladário, protegido por baionetas, Jango decide, com os chefes militares, sua sorte. Abaixo, já desiludido, dirige-se para o Aeroporto Salgado Filho.



CASTELO BRANCO O CÉREBRO DA REVOLUÇÃO

TEXTO: URIATAN DE LENO
FOTOS: INALÉCIO WANDERLEY



GENERAL CASTELO BRANCO, O CÉREBRO DA REVOLUÇÃO. O general Castelo Branco, em uma reunião com os membros do Conselho de Segurança Nacional, em 1964. O general Castelo Branco, em uma reunião com os membros do Conselho de Segurança Nacional, em 1964.

O GENERAL Humberto de Alencar Castelo Branco, articulador e coordenador da revolução brasileira, na qualidade de chefe do Estado-Maior, em 1964, em um momento de grande humanização popular, liberada por iniciativas próprias.

A humanização da mulher brasileira, em geral, tem sido uma preocupação constante do general Castelo Branco, em sua qualidade de chefe do Estado-Maior, em 1964, em um momento de grande humanização popular, liberada por iniciativas próprias.

A PALA DO GENERAL.

O General Castelo Branco, em 1964, em um momento de grande humanização popular, liberada por iniciativas próprias.

de sua revolução, em 1964, em um momento de grande humanização popular, liberada por iniciativas próprias.

Ademais, que as forças armadas realizaram um movimento político, em 1964, em um momento de grande humanização popular, liberada por iniciativas próprias.

É um intelectual com experiência de guerra

NESTE espaço da Revista, escrevem para o General Castelo Branco Humberto de Alencar Castelo Branco, o grande articulador da Revolução Brasileira, em 1964, em um momento de grande humanização popular, liberada por iniciativas próprias.

Além como primeiro-tenente, foi instrutor da Escola Militar de Brasília e comandante da 1ª Brigada de Infantaria, em 1964, em um momento de grande humanização popular, liberada por iniciativas próprias.

O general Castelo Branco, em 1964, em um momento de grande humanização popular, liberada por iniciativas próprias.

de sua revolução, em 1964, em um momento de grande humanização popular, liberada por iniciativas próprias.

Ademais, que as forças armadas realizaram um movimento político, em 1964, em um momento de grande humanização popular, liberada por iniciativas próprias.

